

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL



PRESI/ÁREA INTERNACIONAL
ANNE-MARIE MILON OLIVEIRA

RELATÓRIO: SEMINÁRIO SOBRE PEDAGOGIA FREINET

DATA: DE 3 A 6 DE NOVEMBRO DE 1981

COORDENAÇÃO. CENTRO EDUCACIONAL DE NITERÓI E CONSULADO DA FRANÇA

RESPONSÁVEL: PROFESSOR MICHEL VIBERT (MINISTÉRIO FRANCÊS DA
EDUCAÇÃO NACIONAL).

Pelo segundo ano consecutivo, o Centro Educacional de Niterói promoveu de 3 a 6 de novembro passado, em colaboração com o Consulado Geral da França no Rio de Janeiro, um seminário sobre a Pedagogia Freinet, destinado principalmente a seus docentes, mas aberto também a outros educadores do Rio de Janeiro e de Niterói. A Área Internacional do MOBRAL, a pedido do Núcleo de Desenvolvimento Infantil, participou deste Seminário. O que segue, precedido de uma breve introdução sobre Celestin Freinet e o movimento que ele criou, é o relatório do ocorrido durante esses quatro dias.

INTRODUÇÃO

Celestin Freinet iniciou sua carreira de professor primário numa aldeia do Sul da França - Bar sur Loup - logo após a primeira Guerra Mundial. Tinha sido gravemente ferido no pulmão durante os combates, motivo pelo qual lhe era extremamente penoso falar.

Foi assim que o jovem professor se deu rapidamente conta de seus limites físicos face a crianças turbulentas e pouco inclinadas a ficarem sentadas várias horas por dia numa sala fechada. Por outro lado, tendo nascido ele mesmo em meio rural, sentia vivamente a contradição existente entre a escola e a vida e foi naturalmente que ele deu os primeiros passos em direção a uma pedagogia mais ativa, que ao mesmo tempo lhe permitisse poupar suas forças e desse aos alunos possibilidades de assumir pessoalmente sua própria educação.

Tais foram os primórdios da Pedagogia Freinet, que rapidamente tornou-se mais conhecida, recebendo tanto elogios como principalmente críticas pois punha em questão todos os princípios da escola tradicional. Na sua busca, Freinet recebeu grande incentivo ao ler as obras de educadores modernos, principalmente de Adolphe Ferrière, precursor da Escola Ativa. Ele mesmo começou a publicar em livros e revistas seus pensamentos e experiências. Daí surgiu um movimento extremamente rico e múltiplo que, em conformidade com a posição do Mestre, não parou de evoluir e recolocar em questão as conquistas já feitas. Hoje em dia, a Escola Freinet ultrapassa largamente as fronteiras da França e do ensino primário. É praticada em numerosos países, tanto nos diversos níveis do ensino regular como na educação de adultos.

PRIMEIRO DIA - 3 DE NOVEMBRO DE 1981.

MANHÃ

O Professor Roberto Ballalai, Assessor de Cooperação Técnica do Centro Educacional de Niterói deu início ao Seminário apresentando o Professor Michel Vibert, Coordenador do mesmo. A seguir, a Professora Myrthes Wenzel, Pro-Reitora do CEN deu-lhe Boas Vindas. Foi feita uma rápida apresentação circular dos participantes, após a qual o Prof. Vibert deu as grandes linhas da Pedagogia Freinet (essas linhas seriam retomadas em detalhe nos 3º e 4º dias, motivo pelo qual não serão desenvolvidas aqui). Continuando, Michel Vibert propôs que os participantes do Seminário se organizassem em grupos de trabalho, escolhessem livremente um tema e o apresentassem depois ao grupão, de forma preferencialmente não verbal.

Após um início um pouco difícil, três grupos se formaram tentando escolher um tema.

TARDE

O trabalho de grupo prosseguiu lentamente. Após uma hora e meia de preparação, um grupo pediu para apresentar-se aos outros, declarando inclusive que "tinha tido tempo de sobra" para ensaio. Todos os participantes voltaram a se reunir. O grupo solicitante sentou-se no chão e iniciou uma discussão extremamente confusa. Todos queriam falar ao mesmo tempo, justificar suas posições. Estava claro que se tratava de um diálogo de surdos. Passados uns quinze minutos, os outros participantes cansados pediram a interrupção do trabalho.

O Professor aproveitou, então, para enfatizar alguns pontos:

- . A falta de organização* do grupo solicitante, impedindo-o de se expressar* e de se comunicar*
- . Falta de preocupação do mesmo com relação aos demais participantes, pois, ao pedir para se apresentar, este grupo interrompeu inutilmente a busca dos dois outros (a Pedagogia Freinet enfatiza muito a responsabilidade de cada um em relação aos demais membros ou grupos da comunidade escolar).

*Essas palavras, como iríamos ver no 3º e 4º dias são palavras-chave da Pedagogia Freinet

- Neste momento, levantou-se entre os participantes e Prof. Vibert, uma discussão sobre não-diretividade. Muitos aparentavam a Pedagogia Freinet às tendências educativas que têm como ponto básico a não diretividade. Michel Vibert esclareceu que, se numa classe Freinet o professor não deve ser diretivo, esforçando-se para que todas as decisões sejam tomadas de forma cooperativa, mas estas uma vez consignadas no plano de trabalho dos grupos e indivíduos da turma, não podem ser postas em questão (a não ser num novo consenso) e devem ser cumpridas. Neste sentido, a exigência vem da classe como um todo e não apenas do professor. Assim mais do que na não-diretividade, a Pedagogia Freinet é centrada na responsabilidade.

Face a essas considerações, o professor Vibert propôs que o grupo que se apresentou e os demais voltassem a se reunir para aprimorar seu trabalho. Ele enfatizou ainda que esse tipo de ocorrência não é raro numa classe e que o papel do professor é de, cooperativamente com todos os alunos, apoiar, avaliar, reorientar o trabalho.

SEGUNDO DIA

MANHÃ

Continuação do trabalho de grupo

- . Alguns participantes se mostrando preocupados com a lentidão desse trabalho, Michel Vibert aproveitou para ressaltar a importância que reveste na Pedagogia Freinet a fase do "tateamento experimental". Trate-se de um momento de busca, em que os alunos vão escolher entre as diferentes possibilidades de expressão, aquela mais adequada. O professor não deve, pela sua impaciência apressar esta fase, deixando a expressão amadurecer livremente.
- Apresentação de dois grupos, entre os quais o da véspera (desta vez, conseguiu liberar-se dos verbalismos, faz uma apresentação belíssima e é muito aplaudido).

Seguem-se comentários de todos os participantes e do coordenador do seminário. Novas pistas de trabalho são abertas - (este constante abrir de novas possibilidades de busca para os alunos é, segundo Vibert, uma das constantes da Pedagogia Freinet e constitui um dos momentos fortes da ação do professor).

TERCEIRO DIA - 5 DE NOVEMBRO DE 1981.

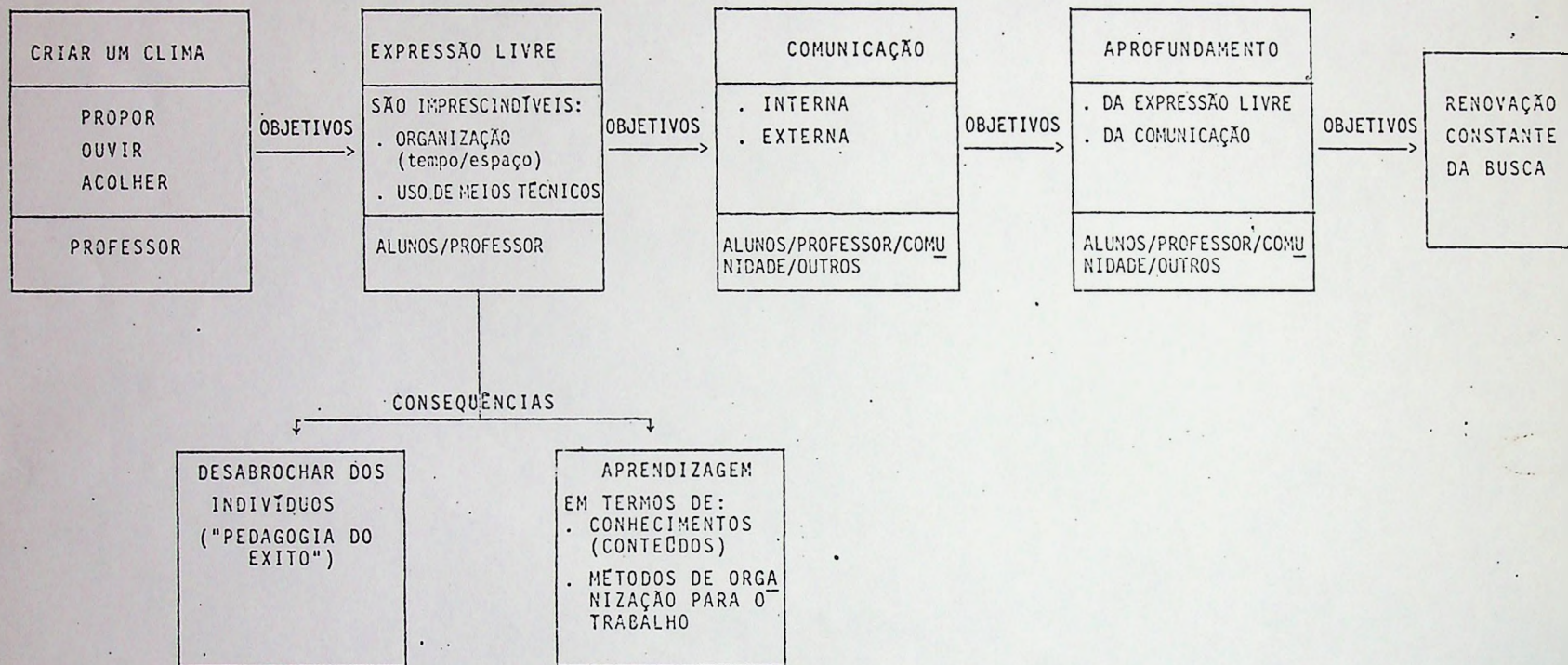
MANHÃ

- . Apresentação do terceiro grupo, seguida de comentários dos demais participantes e do coordenador.

- Nova apresentação dos dois primeiros grupos.
Outros meios técnicos são utilizados. Planeja-se o envio de uma correspondência para um grupo de professores de Volta Redonda que participaram de semelhante seminário na semana anterior.

TARDE

A partir do esquema reproduzido a seguir, o professor Vibert desenvolveu os grandes pontos da Pedagogia, (por questões de clareza modificamos um pouco a forma do esquema).



O ponto de partida é dado pelo Professor a quem cabe criar um clima favorável à expressão livre das crianças. Para isso, ele deve constantemente propor-lhes pistas de trabalho, ouvir atentamente e escolher todas as suas formas de expressão. É importante que cada aluno se sinta aceito, independentemente dos seus talentos e possibilidades. A Pedagogia Freinet enfatiza muito o papel da afetividade na educação, mostrando que não há "aprendizagem" válida quando se leva unicamente em conta o intelecto das crianças.

Assim, a criação de um clima favorável é indispensável ao surgimento da expressão livre, expressão que pode manifestar-se de mil maneiras diferentes, tanto oral como escrita, plástica, musical, corporal etc. O ser humano deve ser considerado na sua totalidade expressiva.

A expressão livre necessita de meios para manter-se viva e evoluir para uma autêntica comunicação. Segundo Freinet, são de dois grandes tipos os meios dos quais uma turma pode se valer para atingir e sustentar a expressão livre:

O primeiro se refere à organização da classe que deve harmonizar trabalho de grupo e trabalho individual em torno dos centros de interesse surgidos na turma. A organização é sempre fruto de um planejamento cooperativo onde professor e alunos participam em pé de igualdade. É muito difundida a instituição de um conselho de classe ou cooperativa de classe, que se reúne periodicamente e onde os alunos, junto com o professor, planejam o trabalho da turma como um todo, dos grupos e de cada um deles em quanto indivíduos membros da comunidade escolar em particular.

O segundo meio de se chegar a expressão livre é, segundo Freinet, o uso de todos os meios técnicos possíveis no momento. É preciso sublinhar que as palavras "meios técnicos" não têm aqui uma conotação sofisticada e sim "utilitária". Pelas suas raízes rurais, Freinet dava muita importância ao que ele chamava de "utensílios", "ferramentas" de trabalho.

Este apego pelo concreto é uma característica muito forte das classes Freinet. Neste sentido, o "meio técnico" que talvez recebeu mais comentários é o prelo, meio rudimentar de impressão dos textos livres produzidos pelas crianças.

Hoje em dia se usa também a máquina de escrever, o mimeógrafo improvisado chamado linógrafo, e outros meios de impressão. Neste sentido a palavra "meio técnico" se refere a qualquer recursos que estiver ao alcance dos alunos para enriquecer sua expressão livre, expressá-la de forma mais adequada e permitir uma comunicação sempre mais autêntica.

A expressão livre tem como consequência o desabrochar dos indivíduos e a aprendizagem.

Freinet entende por desabrochar dos indivíduos o desenvolvimento sempre renovado de suas potencialidades mentais, intelectuais, físicas afetivas etc. O parâmetro desse desabrochar é a satisfação, a felicidade que o aluno deve experimentar nessa busca constante de novos horizontes, numa curiosidade sempre renovada. Para isso, o professor deve praticar o que Freinet chamava de "pedagogia do êxito" ou seja, enfatizar constantemente os sucessos e vitórias de seus alunos. O fundamento de tal

atitude é a convicção profunda de que o êxito é um dos principais motores de progresso dos indivíduos. Freinet acreditava até na possibilidade de contágio do sucesso, ou seja: se por exemplo, uma criança tivesse bons resultados numa atividade e maus resultados numa outra, os sentimentos de alegria e realização experimentados na primeira eram capazes de refletir-se beneficentemente na segunda e levá-lo a melhorar seu desempenho. Por isso, o professor deve dar o mesmo valor a qualquer atividade desenvolvida com entusiasmo pelos alunos. Não existem matérias "nobres" e outra secundárias. O Professor Vibert citou o caso de certas crianças que melhoraram seu desempenho em matemática por terem se revelado excelentes "jardineiros" com as plantas da classe. O reconhecimento unânime dos colegas e do professor as levaram a ultrapassar seus próprios limites numa matéria que, de início, tinha pouco atrativo para elas.

Mas a "pedagogia do êxito" não significa ausência de crítica. Pelo contrário, a prática da crítica é muito enfatizada nas classes Freinet, crítica que deve se mostrar cooperativa, positiva, capaz de abrir novas pistas, de ser elemento de apoio e ajuda.

A segunda consequência da expressão livre é a aprendizagem. Esta na Pedagogia Freinet, nunca é buscada em si. Ela mesma é sempre fruto da prática. Faz-se ali o caminho inverso das pedagogias tradicionais onde primeiro coloca-se a teoria para, com base nela, fazer "trabalhos práticos" de aplicação. O papel do professor é consolidar e ajudar a sistematizar a experiência adquirida, sugerir novas pistas que permitirão ampliá-la constantemente.

Mas, na visão Freinetiana, a expressão livre não constitui, em si mesma, um fim. Ela tem como grande objetivo a comunicação entre as pessoas. Daí a importância da utilização de meios técnicos como instrumentos de transmissão dessa expressão. Na verdade na Pedagogia Freinet, esses dois momentos (expressão livre e comunicação) se confundem quase sempre. É muito difícil existir uma expressão que não queira ser comunicação.

Nas turmas Freinet, as atividades de comunicação se desenvolvem em duas direções. Uma, interna à própria classe, tem por objetivo o intercâmbio entre os indivíduos (alunos/professor) e grupos que a compõem. A outra é externa e se dirige à comunidade onde as crianças estão inseridas (outras turmas da mesma escola, pais, habitantes da mesma cidade) ou até a outras escolas. Uma forma de comunicação muito praticada na Pedagogia Freinet se dá entre classes de cidades e até de países diferentes. Existe uma troca intensa de correspondência, jornais, álbuns fotográficos, fitas, representações gráficas, etc. entre essas classes. Com frequência essas trocas levam até à concretização de encontros: turmas inteiras vão visitar outras e conhecer ao vivo sua realidade, sua vida.

E esse movimento: expressão livre/comunicação se repete, sempre renovando o aprofundamento das experiências e descobertas.

QUARTO DIA - 6 DE NOVEMBRO DE 1981.

MANHÃ

Enquanto uns participantes do seminário preparavam a correspondência a ser enviada aos colegas de Volta Redonda, na qual tentavam

repassar a experiência vivida pelos 3 grupos, outros se reuniam com o Prof. Vibert para esclarecer dúvidas e consultar documentos por ele trazidos: revistas, jornais de classe, trabalhos de alunos etc.

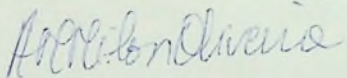
TARDE

- Continuação das atividades de manhã
- Apresentação da correspondência
- Encerramento

CONCLUSÃO

A Pedagogia Freinet apresenta muitos aspectos interessantes e que, possivelmente, poderiam ser utilizados com proveito tanto pelo Programa Pré-Escolar como pelo Programa de Educação Supletiva e pelo Programa de Desenvolvimento Cultural do MOBRAL. Neste sentido, a vinda de um técnico francês em missão, em 1982, vinda essa cujo princípio já foi aceito pelo Consulado Geral da França no Rio de Janeiro, pode constituir uma perspectiva promissora e o primeiro passo para uma frutífera cooperação técnica entre aquele país e o Brasil.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1981



ANNE-MARIE MILON OLIVEIRA



AS TRANSFERÊNCIAS DOS RECURSOS FEDERAIS ALOCADOS
AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA PARA OS ESTA
DOS, DISTRITO FEDERAL, MUNICÍPIOS E TERRITÓRIOS.

"NOVOS MECANISMOS DE ATUAÇÃO"

- Trabalho apresentado pelo
Secretário de Controle In-
terno do MEC Marcos Vini-
cius Mendes Bastos, na
Reunião dos Secretários de
Educação.
Brasília. 1981.

A P R E S E N T A Ç Ã O

O presente trabalho tem por escopo transmitir uma visão geral dos procedimentos adotados pelo Ministério da Educação e Cultura, no que respeita à "Transferências de Recursos Financeiros" pertinentes ao financiamento de programas a serem executados pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.

Serão abordados, basicamente, dentro deste contexto, os aspectos relativos à:

- incorporação ou não dos recursos conveniados ao orçamento da Unidade Federada;
- compatibilização das normas federal, estadual ou municipal, relacionadas com a movimentação financeira dos numerários liberados; e
- adequação da legislação específica dos controles internos, visando a identificação dos órgãos incumbidos do exercício do exame e certificação dos gastos públicos,

considerados como pontos geradores de preocupação por parte da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Educação e Cultura.

Procuraremos no decorrer de nossa exposição, na medida em que forem sendo apresentados os pontos críticos, propor também soluções alternativas e dentre elas, em pauta, o instrumento - "Modelo de Minuta Convênio Padrão" - que merecerá o exame e a apreciação dos Senhores Secretários.

Lógicamente, todo trabalho que envolve a fixação de políticas no campo das finanças públicas, independente da apreciação de outras autoridades, deve ser submetido à audiência das auto

ridades financeiras, locais, em face da necessidade de se ter uma política financeira uniforme nos demais setores governamentais.

Assim, temos que os aspectos a serem abordados, certamente, se constituirão em ponto de partida para a deflagração do processo de racionalização e simplificação das "Transferências Financeiras", no âmbito deste Ministério.

I - AS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Previstas no ordenamento econômico da natureza das despesas públicas, as transferências financeiras estão conceituadas nos §§ 2º e 6º do artigo 12, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, conforme segue:

"Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

.....

§ 1º.

§ 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

§ 6º São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública." (os grifos não são do original).

Da determinação local enunciada, observamos a existência de pontos comuns entre as "Transferências" das quais destacamos, por ser relevante ao desenvolvimento do trabalho, o entendimento de que, em qualquer caso, os numerários transferidos à título de transferências não retornam ao órgão ou entidade que os liberou sob a forma de bens ou serviços.

Aliás, o procedimento adotado na área federal quando se libera recurso com essa classificação, é considerar realizada a despesa da União tão logo seja o crédito financeiro autorizado.

Um outro ponto a considerar é que a princípio pode deixar transparecer ser uma distinção entre as "Transferências Correntes" e as de "Capital", é o que se relaciona com as suas respectivas destinações.

Com efeito, segundo a Lei nº 4.320/64, as "Transferências Correntes" se destinam a consignar recursos para contrituições e subvenções, ao passo que as "Transferências de Capital" destinam recursos para auxílios ou contribuições.

Sob o aspecto etimológico, os três vocábulos apresentam o mesmo significado, ou seja, qualquer que seja a palavra utilizada, representa ela uma ajuda que o Estado dá para um fim útil.

Não existe distinção etimológica, mas, existe diferença conceitual sob o ponto de vista orçamentário.

Assim é que, no orçamento, as subvenções são destinadas a atender às despesas de custeio das entidades beneficiadas: os auxílios, para as despesas de investimentos; as contribuições, mais abrangentes, destinam-se tanto para as despesas de custeio como para as de investimentos, dependendo da classificação econômica dada para os recursos alocados.

II - OS RECURSOS DEVIDOS AOS ESTADOS; DISTRITO FEDERAL, MUNICÍPIOS E TERRITÓRIOS, ALOCADOS AO MEC.

Parcela considerável dos recursos orçamentários atribuídos ao Ministério da Educação e Cultura é transferida aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios, sob a forma de contribuições, subvenções e auxílios.

Além dos procedimentos normais que regem a execução orçamentária e financeira da despesa pública, outros passos importantes são estabelecidos para a concretização do fato financeiro, tais como: a apresentação de projetos, perfis, memoriais descritivos das ações que se pretende executar, pareceres técnicos sobre o assunto e, finalmente, a celebração de acordo bilateral entre as partes envolvidas.

Dos atos mencionados no item anterior, assume relevância o

último citado, isto é, o acordo bilateral, em face da circunstância de que é esse o ato que consolida os direitos e as obrigações recíprocas.

Com efeito, o mandamento constitucional inserido no § 3º do artigo 13, delega à União, aos Estados e aos Municípios a faculdade de firmar convênios, todas as vezes que sentirem necessidade de descentralizar a execução de suas leis, serviços ou decisões, em decorrência disso, o Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que reorganizou a Administração Federal e estabeleceu os princípios básicos para a Reforma Administrativa, consagrou como uma das metas prioritárias para a implementação da Reforma, a descentralização para as unidades federadas, mediante convênio, da execução dos programas cuja conveniência gerencial indicasse execução local.

Revela salientar, outrossim, que o fato da ocorrência da descentralização não significa que os recursos seriam simplesmente repassados, ficando os órgãos repassadores impedidos do exercício das funções de supervisão, controle e fiscalização. O próprio Decreto-lei nº 200/67, tratou de resguardar essas atividades ao dispor sobre o seu exercício, no § 6º do artigo 10, in verbis:

"Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º
§ 6º Os órgãos federais responsáveis pelos programas conservarão a autoridade normativa e exercerão controle e fiscalização indispensáveis sobre a execução local, condicionando-se a liberação dos recursos ao fiel cumprimento dos programas e convênios."

Considerando-se o que até aqui foi exposto, observa-se que, na prática, a operacionalização das despesas classificadas como subvenções, auxílios e contribuições, que não exigem contraprestação de bens ou serviços e as decorrentes da descentralização da execução de programas federais, em muitos aspectos se confundem, principalmente no que diz respeito ao ato final acordado entre as partes, isto é, o Convênio.

Relativamente à feitura do ato em si, a legislação vigente recomenda a adoção dos princípios básicos estabelecidos para a ela

boração dos contratos administrativos, havendo, em consequência a necessidade de se observar, dentre outras, as seguintes prescrições:

- a - que sejam celebrados por autoridade competente para empenhar despesas;
- b - que sejam realizados para a execução de serviços autorizados na lei e dentro do quantitativo e du ração dos créditos, à conta dos quais deva correr a despesa;
- c - a citação expressa, em suas cláusulas, da lei que autoriza a verba ou crédito por onde deve correr a despesa;
- d - que neles se faça a indicação minuciosa e especí fica dos serviços a se realizarem e dos objetos a serem fornecidos;
- e - que guardem conformidade com as propostas apresen tadas;
- f - que os numerários liberados sejam depositados em conta bancária no agente financeiro do repassador dos recursos: e
- g - que no final da execução ou no decorrer dela, se jam enviadas prestações de contas elaboradas pelo executor do acordo.

A aplicação das recomendações citadas acima, via de regra, vem criando embaraços para a Administração nas diversas esferas de Governo, dada a circunstância de que em cada uma delas a legislação específica estabelece normas de atuação que, no geral, não diferem das disposições legais estatuídas nos atos normativos mas, no particular, criam alguns entraves ao cumprimento da regra, em face da autonomia que gozam. Referimo-nos, naturalmente, aos Estados e Municípios.

Em decorrência disso, urge sejam instituídos mecanismos que possam resguardar os direitos e as obrigações de ambas as partes, com obediência aos aspectos legais, formais e administrativos das mesmas.

IV - A SITUAÇÃO ATUAL VISTA DO LADO FEDERAL.

Não obstante sejam observadas em alguns órgãos do Poder Executivo, as dificuldades que passaremos a apresentar refletem a situação do Ministério da Educação e Cultura.

Sob o nosso ponto de vista, dois são os problemas que, de imediato, afloram a discussão, quando da implementação das transferências decorrentes ou não de convênios celebrados:

um, o crédito e a conseqüente movimentação dos dinheiros, no agente financeiro.

outro, a formalização da prestação de contas, através dos documentos analíticos de execução.

O primeiro problema resulta no fato de que, por disposição legal estatuída nos Decretos-Lei nº 1.205 e 1.290, respectivamente, datados de 31 de janeiro de 1972 e 3 de dezembro de 1973, os órgãos e entidades da Administração Federal estão impedidos de movimentar recursos financeiros oriundos do Tesouro Nacional que não seja através do Banco do Brasil S/A, admitindo-se a lei, todavia, em casos excepcionais e específicos, com a expressa autorização do Ministro da Fazenda, a hipótese da utilização de outro agente financeiro.

Assim, as liberações são feitas para o Banco do Brasil S/A, à crédito da Unidade Federada, a qual, em alguns casos, se vê na contingência de descumprir idêntica determinação legal mandada observar no Estado e Município que elege como agente financeiro, local, o Banco do Estado ou Município.

A solução encontrada em alguns casos, não formalizados nos acordos e nem ostensivamente normatizada pelos órgãos competentes mas, que venha a atender às partes envolvidas seria, talvez, a concordância no saque, pelo Estado ou Município, do total dos créditos feitos no agente financeiro federal e o conseqüente depósito do numerário no agente financeiro local. Tal providência viria atender aos dispositivos legais existentes, ainda mais, se considerarmos que alguns Estados e Municípios, costumam incorporar aos seus respectivos orçamentos o dinheiro recebido.

O segundo problema, de natureza formal, ocorre por ocasião da prestação de contas.

Com efeito, a exigência de prestação de contas estava prevista, primeiramente, na Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, que estabeleceu as diretrizes para o pagamento dos auxílios e das subvenções, a qual, assim dispôs:

"Art. 14. As instituições contempladas com subvenções extraordinárias são obrigadas a remeter ao Ministério da Educação e Saúde os comprovantes das despesas efetuadas por conta das mesmas, devidamente autenticados.

§ 1º

§ 3º As instituições contempladas com subvenções ordinárias são obrigadas a remeter ao Ministério da Educação e Saúde o relatório de suas atividades, inclusive o balanço financeiro." (os grifos são nossos).

Assim, além de tipificar as modalidades de subvenções - que naquele diploma legal tinham um caráter mais abrangente, vez que significavam também os auxílios e contribuições, ex-vi do artigo 23 - o dispositivo legal mencionada no item anterior distinguiu a forma de se prestar contas para cada uma das modalidades.

Ocorre que, com o advento da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, as modalidades de subvenções foram mudadas, passando a prevalecer as seguintes distinções:

- I - Sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural sem finalidade lucrativa (item I, § 3º, artigo 12); e
- II - Econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril (item II, § 3º, artigo 12).

É relevante assinalar que, ao par de ter dado nova conceituação às subvenções, a Lei nº 4.320/64 distinguiu as contribuições ou auxílios dessas, considerando-se a circunstância de que ao utilizar a vogal e entre os vocábulos "contribuições" e "subvenções", na redação dada ao § 2º do artigo 12, o legislador desejou dar uma

característica diferente aos termos, o mesmo não ocorrendo quando o legislador tratou dos auxílios em face da utilização da conjunção ou entre as palavras "auxílios ou contribuições". O certo é que não houve menção, na Lei nº 4.320/64, da obrigatoriedade de se prestar contas em nenhum dos títulos porventura utilizados no orçamento.

Em 8 de setembro de 1969, através do Decreto-lei nº 836, o Poder Executivo ao disciplinar a apuração do resultado financeiro dos órgãos da Administração Direta, estabeleceu que:

"Art. 6º As despesas com subvenções sociais são empenháveis em favor das entidades beneficiárias, a requerimento destas, dentro do próprio exercício financeiro a que pertençam e desde que apresentada a documentação comprobatória de sua regular habilitação.

Parágrafo único. Não se concederá ou pagará, conforme o caso, subvenção social a instituição que:

I -

III - não tenha prestado contas da aplicação de subvenção ordinária e extraordinária anteriormente recebida, acompanhada do balanço do exercício;" (os grifos são nossos).

Nota-se, por conseguinte, que as disposições contidas no Decreto-lei nº 836/69, misturou as modalidades de subvenções, em face da menção daquelas especificadas na Lei nº 4.320/64 e as da Lei nº 1.493/51, dando a todas elas um tratamento uniforme no que se relaciona à prestação de contas.

Entretanto, com a promulgação do Decreto-lei nº 1.815, de 9 de dezembro de 1980, que disciplinou a apuração do resultado do exercício financeiro, o Decreto-lei nº 836/69 foi revogado (artigo 10), não sendo a matéria regulamentada no novo Diploma legal.

Assim, na legislação federal, permanecem em vigor, somente, as classificações de subvenções dadas pela Lei nº 4.320/64.

Examinado o assunto sob o aspecto legal, do qual resulta a conclusão de que a partir da vigência do Decreto-lei nº 1.815, de 10 de dezembro de 1980, data em que foi publicado no Diário Oficial da União, não mais subsiste a exigência de prestação de contas. A

matéria desloca-se para a área administrativa, a fim de que seja esclarecida a conveniência ou não de prestação de contas, bem como a sua forma de apresentação.

As normas financeiras que regem a utilização dos dinheiros públicos recomendam que se faça um acompanhamento da aplicação desses dinheiros em todos os seus níveis de execução, através do recebimento de relatórios técnicos em cujos desdobramentos, certamente, devem conter os dispêndios realizados na consecução das metas programadas.

A exigência, nos acordos bilaterais, da remessa de relatôrios desse tipo deve ser adotada, considerando-se a circunstância de que servirão eles para possibilitar ao ôrgão repassador dos reursos as informações pertinentes à execução do projeto ou da atividade anteriormente acordado, bem como a utilização dos recursos disponíveis, sem a necessidade do encaminhamento de documentos analíticos caracterizadores das despesas efetuadas.

V - A SITUAÇÃO ATUAL VISTA DO LADO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, MUNICÍPIOS E TERRITÓRIOS.

Em que pese as peculiaridades inerentes a cada Unidade Federada, as Transferências de Recursos classificadas como "auxílios", "contribuições" e "subvenções", executadas sob a forma de Convênios, tem gerado algumas dúvidas por parte das autoridades locais quanto ao recebimento, classificação, movimentação e prestação de contas dos recursos recebidos. Essas dúvidas originam-se tanto internamente (entendimentos entre autoridades locais), como externamente (entendimentos entre autoridades locais com as federais).

Em termos deste enfoque, três podem ser os itens principais geradores de preocupações:

- 1 - incorporação ou não dos recursos conveniados ao orçamento da unidade federada;
- 2 - compatibilização das normas federal, estadual ou municipal, relacionadas com a movimentação financeira dos numerários liberados; e
- 3 - adequação da legislação específica dos controles

internos, visando a identificação dos órgãos in cumbedos do exercício do exame e certificação dos gastos públicos.

Quanto à problemática aventada no primeiro item, esta tem sido constatada naqueles Estados e Municípios que não dispõem de le gislação específica mandando incorporar nos seus respectivos orça mentos as transferências feitas.

Já no segundo item, excetuados os Territórios, a problemáti ca é constatada nos Estados e Municípios que tenham legislação man dando movimentar os recursos no agente financeiros local e, em de corrência, surgem dificuldades no processo de compatibilização das legislações próprias de cada uma das partes convenientes.

Quanto ao terceiro item, o problema se apresenta em todas as Unidades Federadas, dado que o exame da aplicação dos dinheiros repassados é realizado pelos Órgãos de Controle Interno, locais, e ainda, pelas autoridades convenientes da área federal, em cada caso.

Com efeito, a questão da incorporação ou não ao orçamento das Unidades Federadas, basicamente, se constitui em um assunto de discussão interna entre as autoridades financeiras locais e as in cumbedas da execução dos programas descentralizados, tendo em vis ta que às primeiras, é defesa a tese de que tratando-se de recur sos do Estado ou do Município, esses devem ser incorporados ao or çamento e, em conseqüência, os dinheiros passariam a compor o "Cai xa" do Estado ou do Município. Em contrapartida a essa tese, as au toridades incumbidas da execução alinham inúmeras dificuldades pa ra o desenvolvimento dos projetos ou das atividades, destacando-se, dentre elas, a perda de tempo decorrente dos procedimentos bu rocráticos pertinentes, bem como a possibilidade de ser dada outra destinação aos recursos captados.

As duas teses são procedentes.

O ponto básico pelo qual se batem as autoridades financi ras locais, é o mandamento inserido no artigo 62 da Constituição Federal, in verbis:

"O orçamento anual compreenderá obrigatoriamente as despesas de receitas relativas a todo os Poderes, ór çãos e fundos, tanto da administração direta quanto

da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento".

Se considerarmos que os recursos recebidos em "Transferências constituem "Receita da Unidade Federada", pelo simples fato de que houve uma entrada de numerário no caixa do tesouro, a tese da incorporação do valor ao orçamento deve ser a adotada, aplicando-se, conseqüentemente, os procedimentos administrativos estatuídos na Lei nº 4.320/64, na parte relativa à abertura de créditos adicionais para a movimentação dos valores monetários.

Se, porém, levarmos em consideração que o numerário recebido oriunda de um acordo bilateral, segundo o qual as partes contrataram direito e obrigações recíprocas, os dinheiros recebidos não deverão ser considerados "Receita da Unidade Federada", aplicando-se, no caso, o disposto no Parágrafo Único do artigo 3º, da Lei nº 4.320/64, que determina

"Art. 3º - A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro". (Os grifos são nossos).

Os bens numerários recebidos através dos Convênios firmados podem ser considerados como "entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros", tendo em vista a circunstância de que, se por um lado houve um acréscimo no Tesouro na Unidade Federada, por outro, ocorreu também um acréscimo no seu Passivo Financeiro, decorrente da obrigatoriedade de se prestar contas, à outra parte conveniente, dos recursos por ela repassados.

Esta, talvez, seja a solução mais conciliável tanto para as autoridades financeiras, pelo trânsito nas Contas do Tesouro (não de receita e despesa) local, quanto para as incumbidas de dar consecução aos projetos e/ou atividades, pela garantia do seu recebimento, em tempo hábil, em decorrência da obrigação financeira ca

racterizada nos respectivos balanços.

Em qualquer uma das hipóteses arroladas, a movimentação financeira para a realização das despesas compromissadas deve ser feita pelo agente financeiro, local.

Com efeito, afora os Territórios que devem adotar as normas fixadas para a Administração Federal, os Estados, Distrito Federal e Municípios dispõem de autonomia para, desde que não contrariem disposição constitucional, estabelecer normas próprias de gestão financeira dos recursos postos à sua disposição.

Assim é que, em alguns deles, as normas de execução financeira estabelecem a obrigatoriedade da movimentação de recursos através do agente financeiro local. Essa determinação, com substanciada em Decreto do Poder Executivo, quando se trata da utilização de recursos oriundos de "Transferências" do âmbito federal, esbarra na exigência de se utilizar o agente financeiro federal, em se considerando a condição estabelecida nos Convênios firmados.

A dificuldade do atendimento da norma tem gerado problemas para as partes convenientes, por duas razões fundamentais:

uma, porque na área federal temos determinação expressa de não sacar recursos oriundos de cotas, repasses e subrepasses, para depósito em outro estabelecimento de crédito que não o Banco do Brasil S/A ou outro agente financeiro autorizado pelo Ministro da Fazenda (artigo 3º do Decreto-lei nº 1.205/72, com a redação dada pelo artigo 5º do Decreto-lei nº 1.290/73);

outra, porque nas áreas Estadual e Municipal os atos normativos baixados recomendam que a utilização dos recursos seja feita por agente financeiro, local.

A solução para o problema poderia ser a alternativa proposta anteriormente, ou seja o saque do numerário posto à disposição do executor do programa no Banco do Brasil S/A e, o consequente crédito no agente financeiro local.

Prosseguindo no comentário dos itens arrolados, tomados como geradores de preocupações, apresenta-se-nos um terceiro e que diz respeito ao exercício do controle interno na aplicação dos recursos transferidos, o qual abrange todas as Unidades Federadas.

Observem-se, que qualquer que seja o nível de Governo, os atos administrativos passíveis de se transformarem em fatos patrimoniais estão sujeitos à fiscalização específica dos Órgãos de Controle Interno (Inspetorias de Finanças, Auditorias Internas e órgãos equivalentes), além de serem as contas dos Governadores e Prefeitos Municipais apreciadas pelas respectivas Assembléias Legislativas ou Câmaras de Vereadores. Em se tratando dos Territórios, esses prestam contas à Secretaria de Controle Interno do Ministério do Interior que é o órgão incumbido de examinar a aplicação dos dinheiros públicos, das entidades vinculadas àquele Ministério.

Basta a menção dos órgãos próprios de Controle Interno nas diferentes esferas de Governo para se concluir que a exigência de prestação de contas das despesas realizadas por conta de Convênios não tem muita consistência. Ademais, a apresentação dos atos praticados não significa que os recursos tenham sido corretamente aplicados; tem-se, no máximo, uma evidência da sua aplicação. Para se caracterizar a real aplicação dos dinheiros públicos deve-se não só observar a formalização processual das despesas mas, sobretudo, o atingimento dos objetivos propostos, os quais deram origem à Transferências feitas.

Nestas condições, ao invés de serem enviados documentos analíticos de despesa sob o rótulo de prestação de contas, que que são examinados pelo Controle Interno local, o executor do Convênio poderia remeter, ao repassador dos recursos, "Relatórios Administrativos" dispondo sobre a execução dos projetos e/ou atividades, constituindo este na Prestação de Contas.

Esta providência, além de não contrariar dispositivo legal na área federal, vem eliminar uma infinidade de atos processuais constatados em todos os níveis da Administração Federal, racionalizando os procedimentos utilizados.

VI - PROPOSIÇÃO PARA A DEFLAGRAÇÃO DO PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO.

Em face do que foi exposto, medidas de natureza administrativa podem ser deflagradas pelo Ministério da Educação e Cultura/

MEC, com o intuito de racionalizar o processo de Transferências de Recursos para o financiamento dos encargos decorrentes da execução dos programas aprovados sem, contudo, prejudicar as atividades inerentes ao acompanhamento e controle da execução dos mesmos, bem como às disposições legais existentes.

De princípio, pensamos na adoção de um único documento destinado a caracterizar as intenções do Ministério para com as Unidades Federadas, no que se relaciona com as ações a serem desenvolvidas por seus órgãos e entidades.

Neste sentido, elaboramos um modelo de "Minuta de Convênio Padrão" (Anexo Único) para exame e a apreciação dos Senhores Secretários, cuja consolidação consubstanciará intenção deste Ministério.

Sobre este instrumento, destaquem-se algumas diretrizes predominantes que, basicamente orientaram a sua elaboração:

- 1 - atendimento às disposições legais que determinam a celebração de Convênios para a execução descentralizada de programas federais (Constituição Federal, § 3º do artigo 13 e Decreto-lei nº 200/67, letra "b", § 1º do artigo 10);
- 2 - eliminação do elevado número de atos dessa natureza, firmados pelos Órgãos da Administração Direta do Ministério com as Unidades Federadas, os quais, ao invés de se limitarem aos programas de ação do Ministério, em toda a sua amplitude, limitam-se a especificar projetos e/ou atividades, o que tem sobrecarregado não só os órgãos do Ministério mas, sobretudo, aqueles incumbidos da execução;
- 3 - transferência das ações analíticas de execução para documentos administrativos de mais fácil adequação, na hipótese de se tornar necessária quaisquer alterações durante a execução do projeto e/ou atividades;
- 4 - possibilidade de adoção do mesmo critério às autarquias, empresa pública e sociedade de economia mista, bem como às Fundações vinculadas ao Ministério;

- 5 - fixação dos documentos pertinentes ao acompanha
mento e controle da execução dos programas; e
- 6 - identificação dos órgãos responsáveis pela certi
ficação da aplicação dos recursos públicos trans
feridos.

Sob o nosso ponto de vista, o "Convênio Padrão" apresenta
se-nos como um instrumento eficaz para a implementação do processo
de racionalização administrativa que se pretende executar. razão
porque sugerimos a sua apreciação, em primeiro lugar, e cujos re
sultados esperamos receber, com a brevidade possível.

Relativamente às demais colocações feitas no decorrer de
nossa exposição, e que versaram sobre a:

- inclusão ou não dos recursos recebidos no orçamento
do órgão executor;
- movimentação financeira nos estabelecimentos de crê
ditos oficiais dos órgãos executores,

independentemente do posicionamento que porventura venha a ser ado
tado, temos que merecem ser levados à audiência dos órgãos incumbi
dos da elaboração orçamentária e programação financeira das respec
tivas Unidades Federadas, a fim de que possam ser devidamente apre
ciadas no contexto global das políticas estabelecidas para os seto
res.

ANEXO ÚNICO

CONVÊNIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
FINANCEIRA, ENTRE O MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO E CULTURA E O GOVERNO DO

.....
(Estado, Distrito Federal, Municí

.....
pio ou Território)

Aos dias do mês de do ano
de mil novecentos e, o
Ministério da Educação e Cultura situado na Esplanada dos Ministé
rios, Bloco "L", na cidade de Brasília, Distrito Federal, neste ato
representado pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura
..... e, em seqüência, designado
(nome)

simplesmente MINISTÉRIO, e
(Estado, Distrito Federal, Município ou
....., neste ato representado pelo Senhor
Território)

.....
(Governador ou Prefeito Municipal) (nome)

....., e daqui por diante denominado de

....., têm entre
(Estado, Distrito Federal, Município ou Território)

si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento,
um Convênio, para a prestação de assistência técnica e financeira, de
conformidade com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - O presente Convênio tem
por objeto a participação conjunta do MINISTÉRIO e do
(Estado, Dis

....., no desenvolvimento e trito Federal, Municípios ou Territórios) implementação de projetos e atividades, com vistas a assegurar a expansão dos programas educativo-culturais, executados pelo tornando (Estado, Distrito Federal, Município ou Território) mais flexíveis as transferências federais.

CLÁUSULA SEGUNDA - ENCARGOS DO MINISTÉRIO - O MINISTÉRIO, através de seus órgãos e entidades vinculados, se obriga a: 1º) prestar serviços de consultoria e de assistência técnica, na elaboração de projetos, estudos e pesquisas, nos assuntos relacionados com a área de sua competência; 2º) efetuar, se assim julgar necessário, o acompanhamento da execução dos programas financiados com os recursos transferidos; 3º) possibilitar, dentro dos limites dos créditos disponíveis, o aporte de recursos financeiros necessários ao atendimento dos encargos decorrentes da execução dos programas aprovados.

CLÁUSULA TERCEIRA - ENCARGOS DO (Estado, Distrito Federal, Município ou Território) - O (Estado, Distrito Federal, Município ou Território), através de seus órgãos e entidades vinculados, se obriga a: 1º) executar os programas aprovados pelo MINISTÉRIO; 2º) prestar, quando solicitado, quaisquer informações relativas ao andamento da execução dos programas; 3º) submeter, previamente ao MINISTÉRIO, as alterações dos programas já aprovados; 4º) prestar assessoramento ao MINISTÉRIO, quando para isso solicitado; 5º) arcar com o ônus da complementação financeira aos programas não concluídos no prazo estabelecido pelos respectivos projetos originais ou das alterações previamente aprovadas pelo MINISTÉRIO, salvo se o motivo determinante do atraso independer da vontade

de do executor do programa; 6º) incorporar, ao orçamento dos órgãos e entidades vinculados, os recursos financeiros liberados pelo MI NISTÉRIO, mantendo-os, todavia, relacionados com o projeto e/ou atividades a que se destinam; ou, 6º) registrar no Ativo e Passe financeiros as variações pertinentes ao recebimento dos recursos e sua vinculação ao órgão repassador dos recursos; 7º) encaminhar ao MI NISTÉRIO comunicação de que os Órgãos de Controle Interno e Externo local, foram cientificados do recebimento dos recursos liberados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PROPOSTAS DE FINANCIAMENTO - As propostas de financiamento deverão ser encaminhadas pelo
(Estado,
....., aos órgãos e entidades vinculados ao MINISTÉRIO, acompanhados dos projetos, plantas, perfis, memorial descritivo e outras informações relevantes ao bom desempenho das ações, as quais, serão objeto de apreciação pelos órgãos técnicos do MINISTÉRIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - Do resultado dos estudos levados a efeito pelo MINISTÉRIO, o
(Estado, Distrito Federal, Município ou
....., tomará conhecimento.
Território)

CLÁUSULA QUINTA - DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS - Os recursos que couberem ao MINISTÉRIO, como contribuição sua ao financiamento dos programas aprovados, serão comprometidos por seus órgãos ou entidades vinculados, a favor do
(Estado, Distrito Federal, Município ou Território)
....., para aplicação pelo (a)
....., dentro dos limites fixados pelo órgão responsável pelo programa)
dos pelos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS - Os recur

CLÁUSULA DÉCIMA - VALIDADE E VIGÊNCIA - O presente Con
vênio terá validade a partir do ato de sua assinatura pelas partes
convenientes e vigorará por prazo indeterminado.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Convênio, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes convenientes e pelas testemunhas abaixo firmadas:

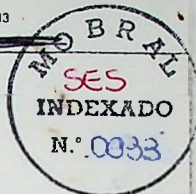
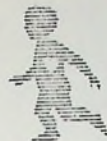
Pelo MINISTÉRIO:
Ministro

Pelo:
(Estado, Dis-
trito Federal,
Município ou
Território) Governador

TESTEMUNHAS:

1ª)

2ª)



? Mensagem do Presidente

Ao ensejo da realização, nesta cidade do Rio de Janeiro, do Congresso sobre Educação e Saúde da Criança e Meios de Comunicação de Massa, cabe-nos a grata satisfação de apresentar as boas-vindas aos especialistas e técnicos que participarão dos trabalhos previstos, convictos dos profícuos resultados que, sem dúvida, emanarão desta jornada.

Em nosso tempo, a cooperação técnica internacional assume importância cada vez maior, na medida em que se torna premente a necessidade de uma contínua aproximação, na busca conjunta de soluções para problemas comuns, de modo a tornar a cada dia melhor o mundo em que vivemos. E todos nós, que atuamos em áreas extremamente fundamentais para este processo de desenvolvimento como a educação e a saúde, conhecemos as grandes carências existentes em nossos países, bem como os consideráveis obstáculos que devem ser continuamente transpostos para que atinjam nossos objetivos. A cooperação técnica internacional mostra-se, assim, como um processo legítimo de interpenetração de esforços para a consecução de metas comuns, de autêntico somatório de iniciativas que, além de fortalecer laços de amizade e respeito mútuo, contribuam de modo efetivo para a melhoria da qualidade de vida de nossos povos.

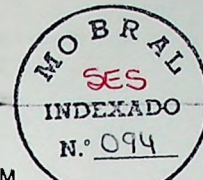
Nesta perspectiva, os meios de comunicação de massa assumem significativa importância como veículos de uma ação política, propiciando a conscientização de grandes contingentes populacionais através da difusão de princípios e estratégias que possibilitem aperfeiçoar, em todos os níveis, suas condições existenciais.

Esta é, sem dúvida, a grande tarefa que nos cabe, durante o Congresso que ora se inicia. A discussão sobre o papel de meios de massa na execução da política de educação e saúde da criança é de importância fundamental, quando reconhecemos o grande poder de disseminação de informações que o avanço tecnológico confere - e incessantemente amplia - aos meios de massa. Estes constituem valiosos instrumentos, se convenientemente empregados, para promover a formação de um ser cada vez melhor, numa sociedade cada vez mais justa e solidária.

Cláudio José da Silva Figueiredo
CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA FIGUEIREDO
Presidente



RELATÓRIO DE VIAGEM

RELATIVO A AV/RP
Nº

IDENTIFICAÇÃO

ÓRGÃO: DETED/DIDES ÁREA: Desenvolvimento de Projetos
NOME: ELISA MARINA DO NASCIMENTO MACHADO
MOTIVO: Participação no Seminário Regional sobre Promoção Popular e Alfabetização na América Latina e Caribe. Participação do Clube UNESCO na luta contra o analfabetismo.
PERCURSO: Rio/Quito/Rio
DATA DA PARTIDA: 28 / 05 / 83 HORÁRIO: 09:03 DATA DO RETORNO: 05 / 06 / 83 HORÁRIO: 10:30

RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM CADA LOCAL PERCORRIDO, POR DIA

Os documentos que resumem as atividades diariamente desenvolvidas, encontram-se em anexo ao presente relatório. São eles:

- DOCUMENTO SOBRE O SEMINÁRIO - que coloca os antecedentes e organização, objetivos, lugar e data, participantes, idioma modalidades e documentos de trabalho do Seminário;
- PROGRAMA DE TRABALHO - que especifica, por dia de trabalho, as atividades desenvolvidas;
- REGULAMENTO - que detalha as condições de participação dos Delegados dos países representados, e dos demais participantes e observadores.

O Seminário transcorreu como o previsto, sendo que as únicas alterações no programa de trabalho foram as seguintes:

- . mudança no item da exposição do representante do MOBRAL que, conforme correspondência recebida, seria "A Participação dos Jovens em Movimentos de Alfabetização, Pós-Alfabetização e Promoção Popular"; o novo tema comunicado no primeiro dia de Seminário passou a ser "Experiências relevantes na área de Alfabetização; a exposição saiu a contento, porém, poderia ter sido melhor se apoiada com a vasta gama de materiais disponíveis no MOBRAL, para ilustrá-la;
- . não participação da Nicarágua e substituição da exposição do delegado desse país, por palestra sobre a Comunicação nos Processos de Alfabetização, Pós-Alfabetização e Promoção Popular, proferida pela professora Nelly de Camargo, Conselheira Regional da Oficina da UNESCO em Comunicação para América Latina;
- . não liberação, ao término do evento, do informe final do Seminário, que deverá ser encaminhado aos participantes pelo correio.

A participação nesse evento possibilitou:

- o conhecimento mais aprofundado das finalidades do Clube UNESCO (associação de pessoas voltadas para preservação e difusão dos ideais da UNESCO, voltados para atividades ligadas à educação, cultura e trabalho), e da situação desses Clubes na Região;

OBS: ESTE RELATÓRIO DEVERÁ SER DATADO E ASSINADO.

CONTINUAÇÃO

- o conhecimento de algumas experiências de alfabetização de adultos na América Latina, em especial no Equador;
- a apresentação da experiência do MOBRAL na área de alfabetização de adolescentes e adultos;
- a reflexão sobre possíveis campos e estratégias de participação da juventude brasileira, em movimentos de educação de adolescentes e adultos;
- a atualização de informações sobre o Projeto Principal da UNESCO e sobre a situação atual do analfabetismo na América Latina e Caribe;
- o intercâmbio com representantes latino-americanos de Movimentos e Institutos de Educação de Adultos e perspectiva de troca de informações e materiais sobre as ações desenvolvidas;
- o conhecimento, in loco, de um Centro de Cultura Popular, com desenvolvimento de cursos de alfabetização, quatro primeiras séries do 1º grau e troca de conhecimentos ocupacionais no âmbito das próprias classes;
- o conhecimento e a apreciação da atuação de um significativo número de jovens da capital e interior, presentes no Seminário, na condição de observadores.

A inauguração oficial do Seminário contou com a participação do Ministro de Estado, Ministro da Educação, Chefe de Polícia do país entre outras autoridades, além de representações de todas as escolas juvenis de Quito. O evento teve ampla divulgação, através dos meios de comunicação. Por solicitação do presidente da Federação Equatoriana de Clubes UNESCO, uma representação de delegados de 5 países (Argentina, Brasil, Bolívia, Venezuela e Panamá) compareceu a Rádio Nacional do Equador, para ser entrevistada sobre a natureza das ações de educação de adultos nos seus respectivos países, e sobre as impressões quanto à participação no Seminário.

Em termos da continuidade e do aproveitamento dos resultados da participação dessa técnica no Seminário, algumas sugestões podem ser feitas:

1. repasse sumário do evento aos grupos interessados;
2. montagem de um painel com o material recebido, para conhecimento de todos; vale dizer que cada delegado recebeu um conjunto de cartazes sobre alfabetização, elaborados por artistas plásticos latino-americanos, a partir de uma solicitação da UNESCO. (A relação do material recebido encontra-se em anexo);
3. contato com o Secretário Executivo da Comissão da UNESCO no Brasil, senhor Edgar Vieira Teles, para repasse dos resultados do Seminário, conforme solicitação prévia desse secretário;
4. envio do documento produzido para a participação no Seminário, e cópia do relatório de viagem às Coordenações que solicitadas, prestaram informações sobre faixa etária dos agentes;



RELATÓRIO DE VIAGEM

RELATIVO À AV/RP 3.
Nº

IDENTIFICAÇÃO

ÓRGÃO: _____	ÁREA: _____
NOME: ELISA	
MOTIVO: _____	
PERCURSO: _____	
DATA DA PARTIDA: ____/____/____	HORÁRIO: _____ DATA DO RETORNO: ____/____/____ HORÁRIO: _____

RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM CADA LOCAL PERCORRIDO, POR DIA

5. estudo interno sobre situação do Projeto Principal da UNESCO no Brasil e no MOBRAF, especificamente:

. contato do MOBRAF com a Secretaria das Relações Internacionais do MEC, que coordena as ações do Projeto Principal no Brasil, para atualização quanto ao andamento dessas ações;

. inclusão, no rol de atividades do DETED, DEPLA ou DEOPE, de ações voltadas para o acompanhamento do Projeto Principal, em termos do próprio MOBRAF, nacional e internacionalmente;

. divulgação do Projeto Principal e dos Boletins informativos sobre o mesmo, a nível de MOBRAF Central e Coordenações, tendo em vista, inclusive, o posicionamento — no marco desse Projeto —, de ações em desenvolvimento ou mesmo de novas propostas.

6. envio do trabalho produzido recentemente sobre a Utilização da Televisão, nas ações educativas do MOBRAF, para apreciação da UNESCO - "Oficina Regional em Comunicação para América Latina". Vale esclarecer que:

A Conselheira Regional da Oficina de Comunicação da UNESCO, Professora Nelly Camargo, brasileira e docente em Comunicação da USP e UNICAMP, proferiu palestra no Seminário, mostrando-se muito receptiva às questões levantadas por essa técnica, sobre o uso educativo da televisão e a possibilidade da continuidade de um diálogo técnico com o MOBRAF; a sugestão é no sentido de que, após apreciação do documento por especialistas, e técnicos consultados para elaboração do documento, o mesmo seja remetido à referida Oficina.

7. assinatura pelo MOBRAF, da revista CHASQUI - revista latino-americana de comunicação que, entre outros assuntos, aborda temas relacionados à Comunicação alternativa, Novas Correntes Teóricas em Comunicação, enfoque de Comunicação, dado por analistas mais representativos da América Latina e no Mundo e Inovações Tecnológicas e pedagógicas.

8. estudo interno sobre temas constantes dos Programas e Missões da UNESCO, integrantes do Plano de Médio Prazo desse organismo para o período de 1984 a 1989, tendo em vista facilitar com esses estudos prévios, o recolhimento e a sistematização de informações básicos para documentos, e provável participação do MOBRAF em próximos eventos da UNESCO; vale esclarecer que está sendo encaminhada, por essa técnica, à chefia do DETED/DIDES, uma proposta detalhada de trabalho nesse sentido;

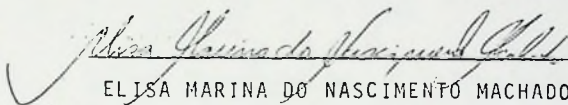
OBS: ESTE RELATÓRIO DEVERÁ SER DATADO E ASSINADO.

CONTINUAÇÃO

9. encaminhamento posterior de todo o material recebido ao SEDOC, para que o mesmo possa servir a toda equipe do MOBREAL.

Considerando as sugestões apresentadas, solicitamos uma apreciação das mesmas, para que possam ser tomadas as providências necessárias.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1983


ELISA MARINA DO NASCIMENTO MACHADO

HISTÓRICO DOS CONTATOS FEITOS PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CLUBES UNESCO NO BRASIL

ENTIDADES E GRUPOS	FINALIDADE DO CONTATO	RESULTADOS
1. Fundação Getúlio Vargas.	Informações sobre Clube Unesco.	Sugestão de contato direto com escritório da UNESCO, em Brasília.
2. Escritório da UNESCO em Brasília.	Informações sobre Clube UNESCO.	Sugestão de contato direto com secretário executivo da Comissão Nacional da UNESCO/DEC/RJ.
3. Comissão Nacional UNESCO/DEC/RJ - Sr. Teles Ribeiro.	Informações sobre Clube UNESCO.	Fornecimento de endereços dos Clubes UNESCOs no Brasil; Solicitação de que as informações obtidas, junto aos Clubes fossem repassadas à Comissão da UNESCO.

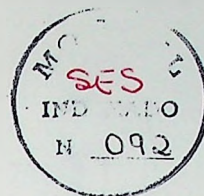
ENDEREÇOS CLUBES UNESCO NO BRASIL

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	E N D E R E Ç O	C O N T A T O
São Paulo	FUNDEC - Cidade Universitária.	A responsável pelo Clube UNESCO enviou documentação.
São Paulo	Clube UNESCO de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, nº 40 - Conjunto 406 - CEP 01037 - São Paulo.	Não foi possível contatar.
Amazonas	Clube UNESCO Conjunto Manavense Q."C" - Casa 23 Bairro Adrianópolis Manaus/AM CEP 69.000	Foi feito contato e o Clube da UNESCO não funciona mais nesse endereço.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	E N D E R E Ç O	C O N T A T O
Rio de Janeiro	Clube Jovens UNESCO SAPS Praça da Bandeira, 96 - 4a. Rio de Janeiro.	Não foi possível contatar.
Goiás	Clube UNESCO de Rio Verde Rua Goiás, nº 478 Rio Verde Goiás CEP 76.200	Não foi possível contatar.
São Paulo	Club UNESCO do Lycee Baster Rua Mairiner, nº 256 Vila Mariana/SP.	Não foi possível contatar.
Pernambuco	IBEC - Seção PE Av. Norte, nº 3.625 Recife/Pernambuco.	Não foi localizado.
Rio Grande do Sul	Clube UNESCO Caixa Postal nº 2.851 Porto Alegre Rio Grande do Sul.	Feito o contato e receptividade dos represen tantes do Clube ao MOBREAL; Perspectiva de novos conta tos entre os dois movimentos

ORIGINAL

POSTGRADUATE SPECIALIZATION COURSE
IN ADULT EDUCATION



INTRODUCTION

In Brazil, as in most developing countries, a great majority of the adult population remains outside the scope of a more effective participation in the social system, especially as concerns education. Such countries are often unable to adequately develop their programs and projects in this field because of a lack of specialized human resources. It was, therefore, with the aim of contributing to the reduction of this problem that the Federal University of Rio de Janeiro and the Brazilian Literacy Movement Foundation have decided to come together in their efforts to organize a Postgraduate Specialization Course in Adult Education.

CHARACTERISTICS OF THE COURSE

Denomination: A Postgraduate Specialization in the Area of Adult Education.

Organization: Brazilian Literacy Movement Foundation -- MOBRAL -- and Federal University of Rio de Janeiro -- UFRJ.

Participants: Brazilian and Latin-American experts.

Duration: From March, 1981 to July, 1981.

Place: Education Department of the Federal University of Rio de Janeiro, Avenida Pasteur, 250/fundos, Urca.

At the end of the course and, in accordance with prerequisites established by the Federal Council on Education, the UFRJ will grant a graduate level specialization in the field of adult education certificate.

OBJECTIVES

. General:

To specialize staff involved in setting up and developing programs and activities tied to adult education providing conditions for theoretical and practical learning about this area within a perspective of permanent education.

. Specific:

1. To contribute to the training of qualified staff as needed for the setting up of programs aimed at involving adult clients.
2. To promote an exchange of experiences and information between Brazil and other countries for greater integration, as well as to promote an increase in activities belonging in the scope of adult education.

3. To encourage the inclusion of adult education in university curricula.

METHODOLOGY

Basically, the course should be geared to the exploration of themes, as well as to the study, reflection and active participation on the part of group members, in a way similar to what occurs with the method adopted by MOBRAL in its programs.

Experiences of participants integrated in the basic theoretical framework of the course, should be used to enrich its content.

Treatment of contents should be in accordance with scientific viewpoints recognized as valid for developing countries and be geared to the operational field.

The course will consist of classes, lectures, working groups, seminars and activities of an eminently practical nature, such as visits and observations.

BASIC CONTENT

The course's basic content is geared to the exploration of the following fields tied to adult education: Philosophy of Education, Sociology of Education, Economy of Education, Psychology, Anthropology, Methods and Techniques of Research in Education, Adult Education Theory, Adult Education Methodology, Planning in Adult Education, Organization and Systems, Supervision and Evaluation in Adult Education.

In addition, seminars should also be held dealing with the Utilization of Educational Technologies and with Latin-American Experiences in Adult Education. Study visits as well should take place.

STRUCTURE OF THE COURSE

The course will start off with a Basic Cycle whose aim is to present the theoretical fundaments of Education which serve as a base to the work carried out with adult clients. The Professionalizing Cycle will concentrate specifically on Adult Education.

A - BASIC CYCLE: THEORETICAL FUNDAMENTS OF EDUCATION

Total number of hours: 310 hours.

B - PROFESSIONALIZING CYCLE

. First Unit:

- Adult Education Theory
- Adult Education Methodology
- Planning in Adult Education

. Second Unit:

- Organization and Systems
- Supervision in Adult Education
- Evaluation in Adult Education

. Third Unit:

- Seminar of Comparative Studies on Latin-American Experiences in Adult Education
- Seminar on the Utilization of Educational Technologies
- Study Visits

EVALUATION

Students' achievement will be evaluated in accordance with the postgraduate norms of the Federal University of Rio de Janeiro and such evaluation will be carried out by a Commission especially designated for that purpose by the course's Coordinating Board. Students must have passing grades in each discipline and present a paper at the end of the course.

Students:

- a) with a grade B in each discipline, and general B average corresponding to all disciplines, plus the final paper; and,
- b) whose attendance is equal or superior to eighty-five per-cent (85%) of the total number of classes in each discipline, and of the Seminar sessions and field visits,

will have met the requirements and will be considered eligible for the corresponding certificate.

SEMINARIO REGIONAL DE PROMOCION POPULAR Y ALFABETIZACION EN AMERICA LATINA Y EL
CARIBE. PARTICIPACION DE LOS CLUBES UNESCO EN LA LUCHA CONTRA EL ANALFABETISMO

QUITO, 30 DE MAYO - 3 DE JUNIO 1983



DOC / 2 674

PROGRAMA DE TRABAJO

Lunes 30 de Mayo

- 8:00 Inscripción de los participantes y entrega de documentos
- 10:00 Elección de Mesa
- 10:30 Situación del analfabetismo en América Latina y el Caribe.
Causas, consecuencias, situación actual. (Sr. José Rivero).
- 11:30 Receso
- 11:45 Panorama de los Clubes Unesco en la Región (Lcdo. Gorki Obando Utreras).
- 15:30 Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe
(Sr. José Rivero). ✓
- 16:30 Receso.
- 18:30 Inauguración del Seminario en CLESPAL (Programa Especial). *

Martes 31 de Mayo

Exposiciones de experiencias relevantes en el campo de la alfabetización
a cargo de los siguientes delegados:

- 8:30 Brasil
- 9:30 México
- 10:30 Receso
- 11:00 Nicaragua

- 14:30 ~~La experiencia ecuatoriana~~ -
 16:00 Receso
 16:30 Visita a Centros de Cultura Popular
 Peña Folclórica

Miércoles 1° de Junio

Exposición en Paneles sobre la participación de los jóvenes en programas de alfabetización.

- 8:30 Argentina, Bolivia y Colombia.
 10:00 Receso
 10:30 Jamaica, Panamá y Guatemala
 12:00 Costa Rica, Salvador.
 15:00 Paraguay, Perú y Venezuela
 16:30 Receso
 16:45 Formación de grupos de trabajo, precisiones sobre el trabajo de jueves y viernes.
 20:00 Velada de Gala en el Teatro Sucre.

Jueves 2 de Junio

- 8:30 Trabajo en grupos sobre los campos de acción para la participación de los jóvenes en los programas de alfabetización.
 10:30 Receso
 11:00 Plenario. Exposición debate sobre los resultados de los grupos de trabajo.

SEMINARIO REGIONAL DE PROMOCION POPULAR Y ALFABETIZACION EN AMERICA LATINA Y EL
CARIBE. PARTICIPACION DE LOS CLUBES UNESCO EN LA LUCHA CONTRA EL ANALFABETISMO

QUITO, 30 DE MAYO - 3 DE JUNIO 1983

3

- 14:30 Inscripción y conformación de grupos de trabajo sobre estrategias a cumplirse para los diferentes campos de acción.
(Estos grupos se conformarán de acuerdo a los campos de acción determinados en la mañana).
- 15:30 Trabajo en grupos

Viernes 3 de Junio

- 8:30 Conclusión (revisión de trabajos de grupo).
- 10:00 Receso
- 10:30 Plenario. Presentación y aprobación de resultados de los grupos de trabajo.
- 15:00 Aprobación del Informe Preliminar
- 18:00 Clausura (Programa Especial).
- 20:00 Noche de la Fraternidad Latinoamericana.

SEMINARIO REGIONAL DE PROMOCION POPULAR Y ALFABETIZACION EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE. PARTICIPACION DE LOS CLUBES UNESCO EN LA LUCHA CONTRA EL ANALFABETISMO

QUITO, 30 DE MAYO - 3 DE JUNIO 1983

DOC /3 - SRA

REGLA MENTO

1. Son miembros del Seminario los delegados de los países de América Latina y el Caribe a quienes la Federación Ecuatoriana de Clubes Unesco cursó las respectivas invitaciones y comunicaron su aceptación. En tal condición, tendrán derecho a participar con voz y voto en todas las deliberaciones.
2. Los representantes de la Unesco y el Secretario de la Federación Mundial de Asociaciones y Clubes Unesco participarán en el Seminario en calidad de asesores técnicos.
3. Los observadores podrán participar en las reuniones pero no tendrán derecho a voto.
4. En la primera sesión se elegirá un Presidente, dos Vicepresidentes y un relator, quienes conformarán la Mesa del Seminario.
5. Se organizarán grupos de trabajo con la participación de delegados y observadores. Cada grupo de trabajo designará un coordinador y un relator.
6. Los boletines de prensa e informaciones se darán a publicidad luego de la aprobación de la Mesa.
7. El Presidente instalará y clausurará cada sesión plenaria, asegurará el cumplimiento de este Reglamento, someterá a votación los asuntos que no puedan ser adoptados por consenso y decidirá sobre los asuntos de orden.

.../...

SEMINARIO REGIONAL DE PROMOCION POPULAR Y ALFABETIZACION EN AMERICA LATINA Y EL
CARIBE. PARTICIPACION DE LOS CLUBES UNESCO EN LA LUCHA CONTRA EL ANALFABETISMO

QUITO, 30 DE MAYO - 3 DE JUNIO 1983

DOC/3 -SRA

2

8. El Presidente concederá el uso de la palabra a los participantes en el orden en que han expresado su deseo de intervenir. En caso de ser necesario, podrá limitar el tiempo a cada orador.
 9. En el transcurso del debate, cualquier delegado podrá plantear una moción de orden, la misma que será calificada de inmediato por el Presidente. Se puede apelar de la decisión del Presidente, quien deberá entonces someter a votación inmediata dicha apelación.
 10. En caso de votación, las decisiones se adoptarán por mayoría simple de los miembros asistentes y votantes.
-

BROSIL. FUSA HQCHADO



DOC / 1 -- SEM

SEMINARIO REGIONAL SOBRE PROMOCION POPULAR Y ALFABETIZACION EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE. PARTICIPACION DE LOS CLUBES UNESCO EN LA LUCHA CONTRA EL ANALFABETISMO.

1.- ANTECEDENTES Y ORGANIZACION

La mayoría de los países de América Latina y el Caribe están afectados por problemáticas comunes: analfabetismo, desigualdad social, miseria, desocupación y otros indicadores de atraso y marginalidad.

Son evidentes los esfuerzos que se están haciendo por superar esta situación, constituyendo la alfabetización una de las principales preocupaciones por considerar que es punto básico de partida para el desarrollo de los pueblos.

Ello se expresa en el Proyecto Principal de Educación de América Latina y el Caribe adoptado por todos los países de la región, teniendo como uno de los objetivos centrales la alfabetización de toda la población adulta antes del año 2000.

Para superar el analfabetismo es necesario congregarse a todas las fuerzas de la comunidad: la presencia de estudiantes y jóvenes es positiva y decisiva para el cumplimiento de los objetivos y las metas previstas. Al efecto y como una contribución a los esfuerzos del Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe, la UNESCO, la Federación Mundial de Asociaciones y Clubes UNESCO, la Federación Nacional de Clubes UNESCO del Ecuador, con la

.../...

colaboración de la Oficina de Alfabetización del Ministerio de Educación y Cultura del Ecuador, organizan el "Seminario Regional de Promoción Popular y Alfabetización en América Latina y el Caribe. Participación de los Clubes Unesco en la Lucha contra el Analfabetismo".

La realización de este Seminario fue acordada en la Tercera Reunión del Consejo Ejecutivo de La Federación Mundial de Asociaciones y Clubes Unesco, celebrada en Túnez en el mes de Abril de 1982.

2.- OBJETIVOS

- 2.1. En el marco del Proyecto Principal de Educación para América Latina y el Caribe, incentivar la participación de los animadores de Clubes Unesco en las acciones de la alfabetización y promoción popular.
- 2.2. Contribuir a que los asistentes compartan experiencias sobre la participación de estudiantes y jóvenes en general en los campos citados.
- 2.3. Establecer estrategias de trabajo para ejecutar acciones de promoción popular y alfabetización con presencia de jóvenes en sus respectivos países, buscando vías y medios de una cooperación en estos dominios.

3.- LUGAR Y FECHA

El Seminario se desarrollará en la ciudad de Quito - Ecuador del 30 de mayo al 3 de junio de 1983, ambas fechas incluidas.

Se ha previsto que la reunión se realice en la Quinta San Patricio situada en la localidad de Cumbayá a 11 kilómetros km. de la ciudad de Quito. Teléf: 355-110.

.../...

4.- PARTICIPANTES Y OBSERVADORES

4.1. Participarán en este Seminario:

- a) Representantes de Clubes Unesco o de Instituciones vinculadas con la juventud y la alfabetización de diecinueve países, incluidos dos países del Caribe de habla inglesa.

La delegación ecuatoriana estará compuesta por veinte delegados

- b) Representantes de la UNESCO, de la Federación Mundial de Asociaciones y Clubes Unesco.

4.2. Observadores

- a) Representantes de Organismos Internacionales vinculados con movimientos juveniles, especialmente convocados.

- b) Representantes de otros organismos ecuatorianos.

NOTA: En el caso de existir en algún país o institución, interés por enviar, sufragando los gastos correspondientes, a participantes u observadores, rogamos hacerlo conocer a los organizadores, antes del 13 de mayo de 1983.

5.- IDIOMA

El idioma de trabajo será el español. Los dos participantes del Caribe inglés, contarán con servicio de traducción simultánea.

.../...

6.- TEMARIO

- 6.1. El analfabetismo en los países de América Latina y el Caribe.
- 6.2. El Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe.
- 6.3. Panorama de la situación de los Clubes Unesco en la Región.
- 6.4. Principales experiencias nacionales de promoción popular y alfabetización con participación activa de jóvenes.
- 6.5. Experiencia de la participación de Clubes Unesco en los programas de alfabetización de sus países.
- 6.6. Grupos de acción para la participación de los jóvenes y los miembros de los Clubes Unesco en los programas de alfabetización adultos.
- 6.7. Estrategias de trabajo para los diferentes campos de acción y propuestas de cooperación.
- 6.8. Recomendaciones del Seminario.

7.- MODALIDADES DEL SEMINARIO

El Seminario se desarrollará considerando los siguientes elementos:

- 7.1. Exposición y discusión sobre los puntos 6.1, 6.2 y 6.3, con entrega de documentos complementarios.
- 7.2. Exposición, discusión sobre cuatro experiencias nacionales de alfabetización y promoción popular, seleccionados previamente, (Entrega de documentos y/o exposición de films o videos).
- 7.3. Visita en terreno de "Centros de Cultura Popular" en la ciudad de Quito, promovidos por estudiantes en el marco

.../...

del Programa Nacional de Alfabetización del Ecuador.

- 7.4. Paneles presentando sintéticamente experiencias de participación juvenil en programas de alfabetización y promoción popular de los demás países.
- 7.5. Grupos de trabajo y plenario para desarrollar los puntos 6.6 y 6.7.
- 7.6. Plenaria para aprobar recomendaciones de la reunión y el informe final preliminar.

8. DOCUMENTOS DE TRABAJO

- 8.1. Los participantes deberán traer consigo y presentar en el Seminario treinta ejemplares de un documento de diez páginas aproximadamente, considerando el desarrollo de los siguientes puntos:
 - i. Situación y estado del analfabetismo en el país.
 - ii. La población juvenil: estadísticas, los Clubes Unesco y otras formas de organización juvenil.
 - iii. Acciones de alfabetización y educación de adultos: características, efectos y proyecciones.
 - iv. Participación de jóvenes y de los Clubes Unesco en los programas de alfabetización y educación de adultos: grados y eficacia, tipos de participación.

Respecto a este documento se sugiere que sea conocido por las autoridades competentes y que, para facilitar la presentación del informe final del Seminario, sea resumido en una o dos páginas.

- 8.2 En consideración a los objetivos del Seminario, la UNESCO desde su Sede (Paris) y de su Oficina Regional de Educación (Santiago de Chile) enviará documentación que será entregada a los participantes.

.../...

- 8.3. Se solicita a los participantes que procuran traer consigo material fotográfico, films o videos que muestren la presencia de la juventud y de los clubes Unesco en los programas de alfabetización.

BENEFICIOS DE LOS PARTICIPANTES

- 9.1. Los organismos auspiciadores del evento sufragarán los gastos de los participantes no ecuatorianos, tanto en lo que se refiere a pasajes aéreos de ida y retorno desde la capital de su país hasta Quito, como en lo relacionado a hospedaje y alimentación durante los días que demande su permanencia en el Seminario.
- 9.2. El Ministerio de Educación y Cultura del Ecuador solventará los gastos de los participantes y observadores ecuatorianos, situándoles pasajes de ida y vuelta desde y hacia su ciudad de origen, además de proporcionarles hospedaje y alimentación en la sede del Seminario.

10. INDICACIONES COMPLEMENTARIAS

- 10.1. En consideración a la necesidad de situar los tickets aéreos con la debida anticipación, se requiere tener los nombres y direcciones de los participantes no ecuatorianos antes del 22 de abril. Para este efecto será necesario dirigirse al:

Licdo. Gorki Obando Utreras
 Presidente de la Federación Nacional de Clubes
 Unesco
 Juan Murillo y San Gregorio Esquina
 Edificio INACAPED 6to Piso Ofc. 605
 Quito - Ecuador

Telof 522 382
 241 437

Telox 2354 INECOB-ED.

.../..

10.2. Los organizadores recomiendan a los participantes ecuatorianos llegar a Quito el día domingo 29 de mayo. Los delegados que por razones de conexión aérea tengan dificultad para llegar ese día procurarán estar uno o dos días antes.

Para efectos de la recepción de los participantes en el Aeropuerto Mariscal Sucre de Quito, se requiere comunicar con la debida anticipación, al Licdo. Gorki Osando Utreras, la fecha de llegada, número de vuelo y compañía aérea.



"AÑO DEL BICENTENARIO DEL NACIMIENTO DEL
LIBERTADOR SIMON BOLIVAR"

MINISTERIO DE EDUCACION
DEL PERU

SEMINARIO REGIONAL SOBRE PROMOCION POPULAR
Y ALFABETIZACION EN AMERICA LATINA Y EL -
CARIBE.

(A realizarse en QUITO-ECUADOR del 30 de-
mayo al 03 de junio de 1,983.).

P R I M E R A P A R T E :

ESTADO Y AVANCE DE LA ALFABETIZACION
EN EL PERU.

S E G U N D A P A R T E :

LA POBLACION JUVENIL EN EL PERU.

o

DOCUMENTO DE TRABAJO ELABORADO POR EL PROFESOR:

Isidro Alfonso, BRICEÑO ALCANTARA, Representante del Perú.

I N T R O D U C C I O N

A través del presente trabajo, alcanzamos la experiencia peruana en materia de alfabetización y la juventud, para ser analizada y discutida dentro del marco del Seminario Regional - sobre Promoción Popular y Alfabetización en América Latina y el Caribe.

Esperando que dicho trabajo sea un aporte en la tarea de erradicación del Analfabetismo de nuestros países que compromete la participación del Estado, del sector privado, de la comunidad y de los organismos internacionales.

El Perú agradece y felicita a la UNESCO y al Gobierno -- del Ecuador por la promoción y organización de este evento, lo que redundará en beneficio de la educación de nuestros países -- hermanos.

PRIMERA PARTE

SITUACION Y ESTADO DEL ANALFABETISMO EN EL PERU

I.- ANTECEDENTES:

1.- CARACTERISTICAS:

- .- El analfabetismo es consecuencia del subdesarrollo de nuestro país; es decir es un problema estructural que afecta a un gran porcentaje de personas que viven en una situación de marginación respecto a los bienes y servicios que toda sociedad debe ofrecer a sus miembros para que vivan con dignidad y decoro.

Según los censos de población: 1,940, 1,961, 1,972(1) y 1,981(2), la población analfabeta del Perú, ha sido la siguiente:

AÑO	POBLACION DE 15 A MAS AÑOS		TASA %
	T O T A L	ANALFABETOS	
1,940	3'593,830	2'670,270	57.61
1,961	5'616,662	2'185,643	38.91
1,972	7'572,881	2'062,830	27.24
1,981	10'863,978	1'737,213	17.41

- .- Se observa un mayor porcentaje de analfabetos en la población femenina (según censo 1,972) el 70 % eran mujeres. Y su distribución para el mismo año a nivel nacional, el 72 % de analfabetos se ubicaban en las áreas rurales, especialmente en los departamentos de: Apurímac, Ayacucho, Huancavelica y Cuzco.
- .- De igual modo se observa que una considerable proporción de la población económicamente activa (PEA) es analfabeta.
- .- Por otro lado un significativo número de analfabetos poseen características etnolingüísticas diferentes.
- .- Déficit de atención y elevados índices de deserción escolar.

-
- (1) Ministerio de Educación "Exposición del Dr. Tamayo Angeles, ante la Comisión Especial de Ciudadanía y Sufragio de la Asamblea Constituyente acerca de los Programas de Alfabetización. Lima-Perú. Pág. 2 y 13.
- (2) Censos Nacionales de Población y Vivienda 1,981.

2.- ACCIONES REALIZADAS:

A lo largo de la historia del Perú, se han desarrollado muchas acciones de alfabetización, tales como:

- La Campaña Nacional de Culturización y Alfabetización en 1,944.
- La Campaña de Alfabetización y Educación de Adultos - en 1,953.
- Plan de Alfabetización y Educación de Adultos en 1956
- Año de la Alfabetización en 1,963.
- El Plan Sexenal de Alfabetización y Educación de Adultos de 1,964 a 1,969.

La mayor parte de estas acciones fueron de carácter esporádico y no garantizaron la irreversibilidad del proceso educativo iniciado con la alfabetización, debido a que no se realizaron acciones complementarias, orientadas a reforzar la lecto-escritura en los neoelectores, o sea la Post-alfabetización; tampoco se propiciaron la organización de Programas de Educación de Adultos para captar a los egresados de alfabetización y procurar su continuidad educativa.

- Los Centros para el Desarrollo Comunal (CEDEC) en 1,969, los que se caracterizaron por el uso de la infraestructura de los planteles educativos; así como la utilización del método PROESCO.
- Los Programas Especiales de Educación de Adultos en 1,972, que se desarrollaron estimulando la formación de Unidades Cooperativas de Producción.
- Con la implementación de la Reforma de la Educación - 1,973 a 1,976, se llevó a cabo el Programa de Alfabetización Integral (ALFIN), dicho Programa concebía al analfabetismo como un fenómeno social, económico y político de carácter estructural; es decir, como la expresión del desarrollo histórico de la sociedad subdesarrollada y dependiente, que genera que vastos sectores sociales queden en condición de marginalidad, razón por la cual la superación del analfabetismo sólo sería posible plantearla como parte de una estrategia global de transformación de nuestras estructuras económicas y sociales.
- Programas del Primer Grado de Educación Básica Laboral de 1,977 a 1,979.

3.- PRINCIPALES DIFICULTADES:

- La población analfabeta tiene una situación socio-económica precaria; que no les permite satisfacer plenamente sus necesidades vitales.
- Población etnolingüística dispersa, especialmente en las áreas rurales.

- Defectos en la planificación y determinación de los objetivos y metas.
- Débil participación sectorial y de la comunidad en las acciones de alfabetización.
- Discontinuidad de la oferta educativa.
- Limitados recursos financieros.
- Limitada participación de los docentes en el proceso de la alfabetización.

II.- PLAN NACIONAL MULTISECTORIAL DE ALFABETIZACION 1981- 1985

Como hemos visto en el capítulo anterior, el analfabetismo se origina fundamentalmente por factores socio-económicos, políticos y culturales como: estructura de ingreso nacional y su distribución, fenómenos sociales (urbanización, industrialización) prejuicios, esquemas valorativos, etc. a los que se suman situaciones educacionales deficitarias (bajos índices de retención de los sistemas educativos escolares, limitadas políticas de extensión de oportunidades educacionales) que lo configuran como "problema estructural".

Por ello, últimos movimientos internacionales intentan concebir la alfabetización de manera orgánica, ligada al contexto socio-económico, político y cultural, inscribiéndola en una estrategia global de cambio con miras a erradicar el analfabetismo. Uno de esos movimientos lo constituye el generado por la UNESCO a través del "PROYECTO PRINCIPAL DE EDUCACION EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE", el que se ha fijado como uno de sus objetivos educacionales "Eliminar el Analfabetismo antes de fin de siglo, desarrollar y ampliar los servicios educativos para los Adultos". Aborda el problema en todas sus dimensiones: política técnica, administrativa, remarcando que su superación sólo será posible mediante acciones que modifiquen las estructuras vigentes.

El Perú ha asumido este reto, reconociendo no sólo las implicancias que el analfabetismo tiene en el campo socio-económico, político y cultural, sino visualizando el analfabetismo como "problema estructural" a resolverse en estrecha vinculación con los planes de desarrollo y mediante acciones conjuntas y coordinadas con participación de los Gobiernos Locales y la Comunidad (1).

El Plan Nacional Multisectorial de Alfabetización 1,981-1,985, recoge estas aspiraciones y plantea una estrategia a mediano plazo que intenta reducir drásticamente el analfabetismo.

(1) Perú 81.- Mensaje al Congreso por el Presidente de la República: Arquitecto FERNANDO BELAUNDE TERRY. Pág.36.

La Constitución Política del Perú, en su artículo 26º manifiesta: " La erradicación del analfabetismo es tarea primordial del Estado, el cual garantiza a los adultos, el proceso de la educación permanente. Se cumple progresivamente con aplicación de recursos financieros y técnicos, cuya cuantía fija el presupuesto del Sector Público. El mensaje anual del Presidente de la República, necesariamente contiene información sobre los resultados de la campaña contra el analfabetismo".

1.- LINEAMIENTOS DE POLITICA:

- 1º.-Las acciones orientadas a resolver el problema del analfabetismo deberán ser parte de los planes de desarrollo socio-económico. En tal sentido, el Sector Educación, impulsará una estrecha coordinación con los demás sectores, en la perspectiva de afrontar el problema del analfabetismo con acciones de carácter multisectorial.
- 2º.-Se promoverá la participación de los Gobiernos Locales y la Comunidad a través de sus organizaciones en la formación de Comisiones de Apoyo a las acciones de alfabetización, vinculadas a los proyectos de desarrollo comunal.
- 3º.-La alfabetización se realizará en forma selectiva y progresiva, orientándose a reducir de modo significativo el analfabetismo, preferentemente en la población de 15 a 40 años.
- 4º.-Los Programas de Alfabetización se ejecutarán prioritariamente en las áreas rurales, zonas de frontera y áreas urbano-marginales.
- 5º.-La alfabetización formará parte de la Educación de Adultos, equivalente al 1er. Grado de Primaria, en sus formas escolarizada y no escolarizada.
- 6º.-La metodología de alfabetización compatibilizará los lineamientos generales de política educativa con los contenidos y orientaciones pedagógicas para la educación de Adultos. Asimismo se tomará en cuenta las características sociales, culturales y económicas de la comunidad.
- 7º.-Las acciones de alfabetización se ejecutarán con personal designado por el Ministerio de Educación y la participación del voluntariado.
- 8º.-La alfabetización al insertarse en las relaciones económicas, sociales y culturales de la comunidad, permitirá elevar las condiciones de vida de la población.
- 9º.-La alfabetización, además de proporcionar las habilidades de la lecto-escritura, servirá para la adquisición de conocimientos básicos y la ejecución de actividades de desarrollo comunal que permitan dar respuesta a la solución de problemas que afectan a dichos grupos y a la comunidad.

- 10º.-La alfabetización está orientada a contribuir al progreso cultural y económico de la sociedad.
- 11º.-Se procurará la captación de recursos financieros y materiales de la comunidad, de instituciones privadas y de Organismos Internacionales, a fin de incrementar los asignados por el Estado.
- 12º.-La alfabetización en las poblaciones de habla vernácula utilizará la lengua materna y un proceso simultáneo de castellanización.
- 13º.-La alfabetización se complementará con programas de educación familiar y para la salud, prioritariamente para la población femenina iletrada.

2.- OBJETIVOS:

1º.-Generales:

- Disminuir el índice de analfabetismo contribuyendo al mejoramiento del nivel educativo y cultural de la población.
- Contribuir al desarrollo integral del país y al afianzamiento de la soberanía nacional.

2º.-Específicos:

- Reducir en un 55.9 % la magnitud de la población iletrada en el quinquenio 1,981-85, con la participación de personal del Sector Educación y del voluntariado en general.
- Desarrollar las acciones de alfabetización como responsabilidad multisectorial e interinstitucional.
- Integrar las acciones de alfabetización a los proyectos de desarrollo comunal.
- Lograr que la población iletrada adquiriera el dominio básico de la lectura, escritura y nociones de matemática, como instrumentos de comunicación social.
- Desarrollar en los iletrados los elementos de su identidad cultural y promover su participación en los programas de desarrollo comunal.
- Lograr la efectiva participación de la comunidad en las acciones de alfabetización.
- Mejorar el nivel de la educación familiar de la población iletrada, con énfasis en la población femenina.

1º METAS DE ATENCION Y OCUPACION

(55.9% DE 1'892,000 =1'058,160)

AÑO	%	METAS DE ATENCION				METAS DE OCUPACION			
		SECTOR EDUCACION		VOLUNT	TOTAL	SECTOR EDUCACION		VOLUNTARIO	TOTAL
		ALFABETIZAD.	PROGRAMA ED. ADULTA			ALFABETIZ.	DOCENT. DE EPI		
1981	7.0	37,840	29,000	7,568	74,408	630	1,250	756	2,636
1982	20.0	151,360	20,500	30,272	211,132	2,522	1,270	3,027	6,819
1983	20.0	151,360	30,000	30,272	211,632	2,522	1,291	3,027	6,840
1984	24.3	189,200	30,500	37,840	257,540	3,153	1,312	3,784	8,249
1985	28.7	227,040	31,000	45,408	303,448	3,784	1,333	4,540	9,657
TOTAL	100.0	756,800	150,000	151,360	1'058,160	12,611	6,456	15,134	34,201

NOTA: La meta para los alfabetizadores del Sector Educación es de 30 participantes por cada semestre y para los alfabetizadores voluntarios es de 5 participantes.

Los Programas de Educación Básica Laboral se convertirán en Educación Primaria de Adultos.

La meta fluctúa entre 25 a 30 participantes por docente.

La meta por alcanzar es de 1'058,160 que representa el 55.9 % de reducción, correspondiendo el 47.9% a alfabetizadores pertenecientes al Ministerio de Educación y el 8% al personal voluntario.

2º Producción

Carteles de Lectura
Libros de Lectura
Guías Metodológicas
Manual de Alfabetizador
Registro y Fichas de Estadística
Material de Difusión

4. ESTRATEGIA

- 1º El Plan Nacional Multisectorial se aplicará en forma intensiva en áreas seleccionadas que permitan logros a corto plazo y extensiva en las demás áreas del país, y según los siguientes criterios:
 - a) Geopolíticos; es decir las áreas de frontera para afianzar la soberanía nacional.
 - b) Población analfabeta y su distribución en área urbana y rural; es decir priorizando las ciudades principales del país y zonas rurales que poseen altos índices de analfabetismo.
 - c) Población de habla vernácula, a quienes se dará un tratamiento especial.
- 2º Para garantizar el éxito de la alfabetización, se ofrecerán a los usuarios, programas de carácter socio-económico y cultural.
- 3º En las acciones de alfabetización se tomará en cuenta al voluntariado; es decir alumnos de los últimos años de Educación Secundaria, Universitarios, organizaciones e instituciones privadas.
- 4º El cumplimiento de los objetivos y metas del Plan Nacional Multisectorial de Alfabetización, se realizará en las siguientes etapas:
 - a) Iniciación 1981.- Que comprende acciones de difusión y motivación, coordinación multisectorial, producción de material de enseñanza, selección y capacitación de personal, captación de recursos financieros y materiales, programación y ejecución de acciones de alfabetización.
 - b) Expansión 1982-1983.- En esta etapa se proseguirá con la selección y capacitación del personal de alfabetización, ampliar la captación de recursos financieros y materiales, ampliar la cobertura de los programas no escolarizados de Educación de Adultos.
 - c) Consolidación 1984-1985.- En esta Etapa se requiere la máxima participación de la comunidad y utilización de los recursos financieros y materiales, reforzamiento de las acciones en las áreas que requieran de mayor atención.

5. ORGANIZACION

La estructura organizativa será la siguiente:

1º A Nivel Nacional

- Comisión Nacional de Coordinación Multisectorial de Alfabetización
- Dirección de Alfabetización

2º A Nivel Regional y Zonal

- Comisión Regional y/o Zonal de Coordinación Multisectorial de Alfabetización
- Unidad de Alfabetización.

3º A Nivel Local

- Comité local de Alfabetización
- Equipo de Supervisión
- Centros Comunales de Alfabetización

6. METODOLOGIA

La metodología de la alfabetización tiene carácter Multisectorial. Las actividades que desarrollan son:

1º Actividades de Alfabetización

Estas se refieren a la enseñanza de lectura, escritura y nociones de matemática.

2º Actividades de Formación Laboral

A través de ellas los participantes se capacitarán en opciones ocupacionales que les permita elevar su nivel económico

3º Actividades de Desarrollo Comunal

Están relacionadas con las condiciones de vida de la comunidad como salud, vivienda, alimentación, deportes y recreación.

4º Actividades Culturales

Están orientadas a revalorar la cultura de la población analfabeta.

7. RECURSOS

Para el logro de las metas establecidas, se requiere los siguientes recursos:

1º Humanos

- Durante el quinquenio será necesario la participación de 19,067 alfabetizadores.

- Se estima, además, la participación de 15,134 alfabetizadores voluntarios.

2º Financieros

- Las fuentes de financiamiento corresponden principalmente al Tesoro Público y Sector Privado.
- Cooperación Técnica Internacional: OEA, UNESCO, UNICEF y otros.

3º Materiales

El módulo Básico de los Medios Educativos (libros, afiches, etc) se implementarán de acuerdo a la metodología y estrategia a desarrollar.

III. LOGROS SIGNIFICATIVOS DEL PLAN NACIONAL MULTISECTORIAL DURANTE

1981 y 1982

- Se ha logrado alfabetizar a un total de 264,540 personas (1)
 - Elaboración de material educativo para poblaciones de Lengua - Vernácula.
 - Aprobación y puesta en marcha del "Proyecto Desarrollo de la Alfabetización y de la Educación No Formal a través de medios audiovisuales"
 - Aprobación y puesta en marcha del Proyecto de Alfabetización en áreas rurales y urbano marginales; por el cual se ha logrado elaborar material especializado para las acciones de Post-Alfabetización "Proyecto Mas Ferrer"
 - Dación de Directivas sectoriales, emitidas con la finalidad de asumir la corresponsabilidad que en la implementación del Plan Nacional Multisectorial compete a todos los sectores e instituciones: Comisión Nacional de Coordinación Multisectorial de Alfabetización.
 - Producción y distribución a nivel nacional de todos los materiales y equipos requeridos para la puesta en marcha de los programas, dichos materiales son:
 - . Libros de Lectura "Mi Perú"
 - . Cuadernos de Escritura
 - . Guía y Fichas de matemática, etc
 - Capacitación al personal encargado de las acciones de alfabetización,.
 - Firma de Convenios, encaminadas a apoyar las acciones de Alfabetización, con instituciones como: ALFALIT, OFASA, Ministerio de Justicia, Ministerio del Interior, etc.
- (1) -Plan Nacional de Acción: Proyecto Principal de Educación para América Latina y el Caribe -Lima-Perú 1981. Pag 15
-Informe General del Plan Anual Multisectorial de Alfabetización 1982 . Pag. 55

S E G U N D A P A R T E

I. LA POBLACION JUVENIL EN EL PERU

1. FUNDAMENTACION

La vida del hombre se manifiesta en acción y la educación se orienta a posibilitar y perfeccionar la vida; por eso el joven es ante todo un ser activo y la base de su formación es la actividad.

El Joven de hoy crece y se desarrolla en un medio cada día más difícil y con frecuentes limitaciones en el proceso de su formación integral; por lo que surge la necesidad de implementar actividades, que no solamente formen parte del currículo y su desarrollo, sino que lo complementen y afiancen.

En el campo de las actividades se da énfasis a las de carácter recreativo cultural; así como la organización de eventos de arte, exposiciones, clubes, grupos, así como la Promoción y organización de actividades de tipo académico; además de la implementación de servicios de Bienestar con Proyectos de Producción y la elaboración y obtención de materiales educativos, todo esto constituye las acciones prioritarias de la juventud a nivel nacional.

La juventud en el Perú, ocupa en gran porcentaje, como usuario de los servicios educativos de las escuelas de Educación Primaria de Adultos especialmente, en los colegios de educación secundaria diurna y en algunos casos en secundaria nocturna, en los Centros de Educación Ocupacional, en los Institutos Tecnológicos Superiores, en las Universidades. Así mismo existe un gran contingente que dada su situación socio económica no son partícipes de estos servicios educativos, pero que merecen la preocupación del Estado.

2. PROBLEMÁTICA

Las exigencias socio-económicas y culturales de la actualidad y la disponibilidad de tiempo libre de la juventud, permiten la realización de una serie de actividades que aseguren su formación integral.

Estando en plena vigencia la nueva Constitución Política del Perú, la misma que promueve la creación de una sociedad justa, libre y culta; así como la fundación de un Estado verdaderamente democrático, en el que la familia es célula básica de la sociedad y raíz de su grandeza, el trabajo es deber y derecho de todos los hombres y representa la base del bienestar nacional, y la justicia es valor primario de la vida en comunidad y que el ordenamiento social se cimienta en el bien común y en la solidaridad humana.

3. OBJETIVOS

- Afianzar y complementar la formación cultural y académica de la juventud.

- Estimular la creatividad, participación y adquisición de hábitos de orden, seguridad, cumplimiento, limpieza, actualización y buena relación social.
- Promover la aprehensión y práctica de los valores éticos, cívico-patrióticos, estéticos y espirituales.
- Orientar el ejercicio de la integración grupal a fin de atender sus necesidades e intereses para la formación integral y proyección comunal.
- Contribuir con la formación para el trabajo, el respeto a los trabajadores y asegurar la formación de hábitos de estudio e investigación y la Promoción de la ciencia y la tecnología.

4. ACTIVIDADES

- De carácter recreativo, cultural, académico:
 - . Actividades Artísticas: Música, teatro, danza, dibujo
- Jornadas de Promoción Bibliotecaria
- Exposiciones: de ciencias, pintura, material educativo, manualidades, origami, artesanía, etc.
- Campeonatos deportivos
- Organización de concursos de matemática, ciencias naturales, ciencias histórico sociales, etc.
- Viajes de estudio e intercambio estudiantil
- Desarrollo del Calendario Cívico
- Organización de Charlas culturales, relacionadas con:
 - . Uso indebido de drogas
 - . Educación sexual
 - . Educación Vial
 - . Educación ambiental sanitaria, cívico-patriótica y defensa nacional.
- Actividades de divulgación de la ciencia y tecnología
- Promoción cultural y alfabetización.

5. ORGANIZACIONES

Organización de grupos y clubes de: periodismo, dibujo y pintura, turismo escolar, cooperativismo escolar, municipios escolares, comités de aulas, bandas de música, bandas de guerra, coros polifónicos, cruz roja, Grupos Scouts, grupos artísticos, grupos folklóricos, policía escolar; clubes: agrícolas, avícolas, etc.; clubes deportivos, clubes sociales, etc.

En los Centros Educativos de Primaria y Secundaria, la organización de los clubes y grupos, así como la planificación y ejecución de las actividades es responsabilidad de los Directores y Equipos de Profesores de cada Centro Educativo.

En los Centros Superiores y en las Universidades son los propios estudiantes los que se organizan y promueven diversas actividades.

En las comunidades también son los propios jóvenes, los que organizan y promueven sus actividades de acuerdo a sus inclinaciones e inquietudes.

La juventud apoya plenamente las acciones de Alfabetización, es así que en el bienio 1981-1982 han participado 3,783 Alfabetizadores voluntarios de los cuales el mayor porcentaje está constituido por estudiantes de los últimos años de Secundaria, universitarios y de las organizaciones sociales de la comunidad.

II.

LOS CLUBS UNESCO

La UNESCO como órgano rector de la educación, la ciencia y la cultura en el mundo, desde su creación en 1946, ha orientado sus esfuerzos hacia la realización del hermoso ideal -- de establecer la paz entre los pueblos y es así que además de trabajar en cada uno de sus países miembros a través de la Secretaría Permanente, promueve la creación de los "Clubs UNESCO" cuyo objetivo es obtener el apoyo del público a las actividades que realizan la UNESCO y las Naciones Unidas.

En el Perú contamos con Clubs UNESCO en:

- . Callejón de Huaylas- Ancash (1965) 2 clubs
- . Provincia Dos de Mayo- Huánuco
Club UNESCO "Los Vencedores del 2 de Mayo (1971) en la ---
Escuela Primaria Nº 32242
- . Provincia de Abancay- Apurímac
Club UNESCO "José Antonio Ocampo" (1972) en el Colegio Ma
cional "José Antonio Ocampo"
- . Provincia del Santa- Chimbote- Ancash
Club UNESCO "José Gálvez"(1973)

Estos clubs aparte de la realización de sus actividades pro
prias, de acuerdo a sus funciones y sugerencias que da la -
UNESCO, apoyan las acciones de alfabetización en la difu--
sión, promoción y como alfabetizadores voluntarios, hacien--
do realidad la participación multisectorial.

En el presente año, la Secretaría Permanente de la UNESCO,
en el Perú, tiene programado la motivación y creación de -
nuevos Clubs UNESCO a nivel nacional, con lo cual debe in--
tensificarse también la participación de dichos Clubs a la
tarea de eliminar el analfabetismo antes de fin de siglo, -
cuyo objetivo es común a todos los países del mundo y parti
cularmente a América Latina y el Caribe, propuesto a través
del "Proyecto Principal de Educación". Dicho proyecto abor
da el problema del analfabetismo en todas sus dimensiones.

El Perú ha asumido este reto reconociendo no sólo las impli
cancias que el analfabetismo tiene en el campo socio-econó
mico, político y cultural, sino visualizando el analfabetis
mo como problema estructural a resolverse en estrecha vincu
lación con los planes de desarrollo mediante acciones conjun
tas y coordinadas.

R E S U M E N

- Según el Plan Nacional Multisectorial de Alfabetización 1981-1985, el analfabetismo es un fenómeno socio-educativo con implicancias políticas y económicas que afecta fundamentalmente a un sector significativo de la población marginada que vive en las áreas, urbano marginales y rurales.
- Actualmente la población analfabeta asciende a 1'737,213 o sea representa el 17,41% de la población de 15 a más años (10'863,978).
- Las principales dificultades que atravieza la población analfabeta son las siguientes:
 - Situación socio-económica precaria
 - Monolingüismo y plurilingüismo
 - Discontinuidad de la oferta educativa.
- La alfabetización forma parte de la Educación de Adultos equivalente al 1er. Grado y se da en forma escolarizada y no escolarizada.
- La alfabetización proporcionará las habilidades de lecto-escritura, las nociones básicas de matemática y servirá para la adquisición de conocimientos básicos y la ejecución de actividades de desarrollo comunal.
- Los objetivos del Plan Multisectorial son:
 - Disminuir los índices de analfabetismo contribuyendo al mejoramiento del nivel educativo y cultural de la población.
 - Contribuir al desarrollo integral del país y al afianzamiento de la soberanía nacional.
 - Reducir en un 55.9% la magnitud de la población iletrada en el quinquenio 1981-1985, mediante la responsabilidad multisectorial e interinstitucional.
- La estrategia de aplicación del Plan Nacional Multisectorial, será de carácter intensiva y extensiva, según la realidad y necesidades de cada región.
- Las acciones de alfabetización se ejecutarán en corresponsabilidad de todos los sectores e instituciones congregados a través de la Comisión Nacional de Coordinación Multisectorial de Alfabetización.
- La juventud y los Clubs UNESCO, apoyan positivamente al Programa de Alfabetización, en acciones de difusión, promoción y ejecución.

I N D I C E

	Pág.
. Presentación.	01
. Situación y Estado del Analfabetismo en el Perú.	02
. La Población Juvenil en el Perú.	11
. Los Clubs UNESCO.	14
. Resumen.	15

SEMINARIO REGIONAL DE PROMOCION POPULAR Y ALFABETIZACION EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE. PARTICIPACION DE LOS CLUBES UNESCO EN LA LUCHA CONTRA EL ANALFABETISMO

QUITO, 30 DE MAYO - 3 DE JUNIO 1983



DOC / 2 62A

PROGRAMA DE TRABAJO

Lunes 30 de Mayo

- 8:00 Inscripción de los participantes y entrega de documentos
- 10:00 Elección de Mesa
- 10:30 Situación del analfabetismo en América Latina y el Caribe.
Causas, consecuencias, situación actual. (Sr. José Rivero).
- 11:30 Receso
- 11:45 Panorama de los Clubes Unesco en la Región (Lodo, Gorki Obando Utreras).
- 15:30 Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe
(Sr. José Rivero).
- 16:30 Receso.
- 18:30 Inauguración del Seminario en CIESPAL (Programa Especial).

Martes 31 de Mayo

Exposiciones de experiencias relevantes en el campo de la alfabetización a cargo de los siguientes delegados:

- 8:30 Brasil
- 9:30 México
- 10:30 Receso
- 11:00 Nicaragua

- 14:30 La experiencia ecuatoriana
 16:00 Receso
 16:30 Visita a Centros de Cultura Popular
 Peña Folclórica

Miércoles 1° de Junio

Exposición en Paneles sobre la participación de los jóvenes en programas de alfabetización.

- 8:30 Argentina, Bolivia y Colombia.
 10:00 Receso
 10:30 Jamaica, Panamá y Guatemala
 12:00 Costa Rica, Salvador.
 15:00 Paraguay, Perú y Venezuela
 16:30 Receso
 16:45 Formación de grupos de trabajo, precisiones sobre el trabajo de jueves y viernes.
 20:00 Velada de Gala en el Teatro Sucre.

Jueves 2 de Junio

- 8:30 Trabajo en grupos sobre los campos de acción para la participación de los jóvenes en los programas de alfabetización.
 10:30 Receso
 11:00 Plenario. Exposición debate sobre los resultados de los grupos de trabajo.

SEMINARIO REGIONAL DE PROMOCION POPULAR Y ALFABETIZACION EN AMERICA LATINA Y EL
CARIBE. PARTICIPACION DE LOS CLUBES UNESCO EN LA LUCHA CONTRA EL ANALFABETISMO

QUITO, 30 DE MAYO - 3 DE JUNIO 1983

3

- 14:30 Inscripción y conformación de grupos de trabajo sobre estrategias a cumplirse para los diferentes campos de acción.
(Estos grupos se conformarán de acuerdo a los campos de acción determinados en la mañana).
- 15:30 Trabajo en grupos

Viernes 3 de Junio

- 8:30 Conclusión (revisión de trabajos de grupo).
- 10:00 Receso
- 10:30 Plenario. Presentación y aprobación de resultados de los grupos de trabajo.
- 15:00 Aprobación del Informe Preliminar
- 18:00 Clausura (Programa Especial).
- 20:00 Noche de la Fraternidad Latinoamericana.

SEMINARIO REGIONAL DE PROMOCION POPULAR Y ALFABETIZACION EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE. PARTICIPACION DE LOS CLUBES UNESCO EN LA LUCHA CONTRA EL ANALFABETISMO

QUITO, 30 DE MAYO - 3 DE JUNIO 1983

DOC /3 - SRA

REGLA MENTO

1. Son miembros del Seminario los delegados de los países de América Latina y el Caribe a quienes la Federación Ecuatoriana de Clubes Unesco cursó las respectivas invitaciones y comunicaron su aceptación. En tal condición, tendrán derecho a participar con voz y voto en todas las deliberaciones.
2. Los representantes de la Unesco y el Secretario de la Federación Mundial de Asociaciones y Clubes Unesco participarán en el Seminario en calidad de asesores técnicos.
3. Los observadores podrán participar en las reuniones pero no tendrán derecho a voto.
4. En la primera sesión se elegirá un Presidente, dos Vicepresidentes y un relator, quienes conformarán la Mesa del Seminario.
5. Se organizarán grupos de trabajo con la participación de delegados y observadores. Cada grupo de trabajo designará un coordinador y un relator.
6. Los boletines de prensa e informaciones se darán a publicidad luego de la aprobación de la Mesa.
7. El Presidente instalará y clausurará cada sesión plenaria, asegurará el cumplimiento de este Reglamento, someterá a votación los asuntos que no puedan ser adoptados por consenso y decidirá sobre los asuntos de orden.

.../...

SEMINARIO REGIONAL DE PROMOCION POPULAR Y ALFABETIZACION EN AMERICA LATINA Y EL
CARIBE. PARTICIPACION DE LOS CLUBES UNESCO EN LA LUCHA CONTRA EL ANALFABETISMO

QUITO, 30 DE MAYO - 3 DE JUNIO 1983

DOC/3 -SRA

2

8. El Presidente concederá el uso de la palabra a los participantes en el orden en que han expresado su deseo de intervenir. En caso de ser necesario, podrá limitar el tiempo a cada orador.
 9. En el transcurso del debate, cualquier delegado podrá plantear una moción de orden, la misma que será calificada de inmediato por el Presidente. Se puede apelar de la decisión del Presidente, quien deberá entonces someter a votación inmediata dicha apelación.
 10. En caso de votación, las decisiones se adoptarán por mayoría simple de los miembros asistentes y votantes.
-

Luis



CLUB UNESCO VENEZUELA-CARACAS.

SEMINARIO REGIONAL SOBRE

ALFABETIZACION Y PROMOCION POPULAR

DOCUMENTO DE VENEZUELA

3-5/6/1983

LUIS PEREZ ORANAS

1. INTRODUCCION.

El club Unesco en Venezuela es de muy reciente creación. Su existencia alcanza algunos meses. Ubicado en Caracas, región capital de Venezuela, pretende dirigir su incidencia en estrecha conexión con la dinámica propia de la región en que se encuentra, siguiendo así las recomendaciones de UNESCO. A pesar de existir en Caracas un amplio margen de población marginal, las cifras no señalan la presencia significativa de grado alguno de analfabetismo. El objeto del Club Unesco en Caracas, pues, habrá de dirigirse a actividades diversas (programación radial y televisiva, organización de conferencias y seminarios) y sólo incluirá la labor alfabetizadora en la medida en que se disponga a generar otros clubes en el país, y en tanto su relación con la Comisión Nacional de Cooperación con la Unesco supone la integración y el apoyo a la Comisión Nacional de Alfabetización, que rige el Programa Extraordinario de Alfabetización "Andrés Bello". Nuestra presencia en este Seminario, además de traer un diagnóstico general de la situación de analfabetismo y algunas consideraciones generales, quiere iniciar los contactos con los compañeros de otros clubes Unesco en la región, para así poder promover la solidaridad necesaria y el apoyo mutuo.

./...

2. DIAGNOSTICO DEL ANALFABETISMO EN VENEZUELA.

(TERMINOS GENERALES).

2.1 Una acertada aproximación al problema del analfabetismo debe conllevar, a nuestro juicio, el siguiente ordenamiento metodológico (pero en su defecto alguno similar):

- a) Definición del Analfabetismo.
- b) Cifras y Datos ciertos sobre el problema.
- c) Criterios de funcionalidad de la alfabetización en relación al desarrollo de la comunidad.
- d) Determinación de ocupación o actividad económica de la población analfabeta.
- e) Análisis de métodos y estrategias.
- f) Determinación del tiempo.

2.2 En Venezuela, para 1958 y a partir de una población de 10 y más años, el caudal de analfabetas alcanzaba al 56,8% de dicha población. Para 1969 la cifras se habían reducido al 34,8%. En 1971, año del penúltimo censo, ~~era~~ cuyos datos corregidos por las Encuestas de Hogares por Muestreo, se usan hoy hasta tener los datos del último censo, la situación de analfabetismo alcanzaba al 22,9%. Si estimamos en el censo de 1982, cuyas cifras para educación no han sido completadas, un decrecimiento similar al

./...

del lapso 61-71, aún cuando seguramente será superior, el analfabetismo en Venezuela debe alcanzar hoy, aproximadamente, el orden del 15% de la población de 10 y más años. En vistas a que el sistema educativo venezolano atiende el 91,1% de la población en edad escolar, se estima que el 9% restante, todavía desatendido, podría engrosar el caudal de analfabetismo en una cifra aproximada de 205.000 personas.

- 2.3 A partir de un estimado poblacional analfabeta de 1.238.235 personas para 1978, con la reducción del porcentaje relativo a incapacitados para leer y escribir y por lo tanto no alfabetizables, mas el estimado de analfabetas cuya incidencia en el desarrollo económico es cero, se calcula una población de analfabetos absolutos entre 700.000 y 800.000 personas.. Ahora bien, aplicada la noción de alfabetización funcional según la cual se considera analfabeta no sólo a quien no sabe leer y escribir, sino también a quien no ha recibido la educación social básica para el trabajo y la producción (es decir, los tres o cuatro primeros grados de educación primaria), el índice de analfabetismo funcional alcanzaría un estimado del 30% de la población. Una población cercana a 1.600.000 personas se estiman ca-

./...

recen de educación primaria en el país. De esta cifra el 30% corresponde a la población urbana y el 70% a la población rural.

Es importante recordar, citando al profesor César Navarro Torres de la Dirección de Adultos del Ministerio de Educación en Venezuela, que "el analfabetismo funcional no se erradica (...) con programas educativos que lleguen sólo a suministrar los rudimentos de la lectura y la escritura, sino hay que tratar de suministrar como mínimo, algunos grados más de escolaridad; además de desarrollar algunas actitudes, hábitos y destrezas que conviertan al adulto en un elemento más consciente, activo y eficaz dentro del desarrollo en general..." (1)

- 2.4 En virtud de que la falta de prosecución escolar ha disminuído en un 31% en el lapso 1958-1978, encontrándose en una relación 100-33-43 para 1978, se estima que el analfabetismo funcional puede reducirse al disminuir la incidencia de una de sus causas (la baja prosecución escolar).

En ese sentido, y en relación con la función remedial de la educación de adultos frente al analfabetismo funcional, hay que señalar que, llegándose a atender a 132.963 personas para el lapso 1979-1980, el 19% de la matrícula total corresponde al primer

./...

curso o curso de alfabetización elemental, en tanto que el 45% corresponde a 2do. y 3er. cursos de educación básica y el 30% al cuarto curso. De allí se desprende que, también en el orden de la educación de adultos, la prosecución escolar tiende a aumentar, y con ello, a disminuir el analfabetismo funcional.

2.5 Se calcula que en el área urbana el analfabetismo absoluto en la fuerza de trabajo representa el 7,37 % del total de ocupados y el 6,25% de desocupados. En el área rural, el analfabetismo absoluto dentro de la fuerza de trabajo, representa el 34,7% del total de ocupados y el 17,4% de los desocupados. En el área urbana el analfabetismo de quienes están fuera de la fuerza de trabajo, es del 13,6% ; en el área rural asciende al 41,2%. Entre los incapacitados para trabajar, en el área urbana 45,5% son analfabetas y en la rural 71,3%. En los varones el analfabetismo absoluto de los ocupados alcanza el 14,7% y el analfabetismo funcional asciende a 31,5%. En las mujeres el analfabetismo absoluto de las ocupadas alcanza el 11,5% y el funcional el 23,9% . (Encuesta de Hogares por Muestreo 1974).

2.6 En cuanto a la distinción por ocupación el mayor in

./...

dice de analfabetismo corresponde al medio agrope--
cuario, con 43,1% en los hombres y 65,1% en las mu-
jeres. Se estiman (1978) 32.299 analfabetas al ser-
vicio del Estado, frente a 224.910 analfabetas al
servicio de particulares, lo que en términos porcen-
tuales supone un 3,9% y un 11,7% respectivamente. Se
estima un 12,9% de analfabetismo entre los patronos
y un 27,9% entre los trabajadores por cuenta pro-
pia.

2.7 En Venezuela hay, pues, 800.000 analfabetas absolu-
tos, cifra que crece a 2.500.000 analfabetas funcio-
nales, de los cuales 1.175.329 forman parte de la
fuerza de trabajo, en tanto 1.342.429 están fuera -
de ella, o bien incapacitados, o bien desocupados .
Jerarquizando, la primera prioridad de alfabetiza--
ción está en la población analfabeta que forma par-
te de la fuerza de trabajo (básicamente rural), y
la segunda prioridad de alfabetización la encontra-
mos en la población analfabeta que se dedica a los
quehaceres del hogar (básicamente en el área rural)
por su grave incidencia social.

3. RECOMENDACIONES DEL PROF. CESAR NAVARRO TORRES.

a) La alfabetización debe dirigirse a erradicar el -

./...

analfabetismo funcional.

- b) La alfabetización elemental debe concebirse en vistas a una adecuada prosecución escolar.
- c) La alfabetización debe sustentarse en un análisis racional del problema y en una distribución racional de las responsabilidades.
- d) El inicio de la alfabetización elemental debe concebirse en el marco del inicio de la educación primaria acelerada para adultos.
- e) El proceso de post-alfabetización debe coincidir con la prosecución escolar primaria básica.
- f) Se debe incentivar al personal del medio rural para que participe en el proceso elemental de alfabetización.
- g) Se debe flexibilizar la infraestructura de educación primaria para garantizar la movilidad físico-espacial necesaria y el mayor acceso numérico de los participantes.
- h) Se debe estimular la creación de formas libres de escolaridad y la formación de facilitadores.
- i) Se debe estimular la participación del ejército y de la población penitenciaria.
- j) Se debe estimular la participación de los Medios de Comunicación Social.

./...

4. COMISION NACIONAL DE ALFABETIZACION.

La resolución Nº 10 del 5-1-1977 creó el Programa - Extraordinario de Alfabetización Andrés Bello. Sus objetivos fueron:

- a) Iniciar la educación fundamental en la población adulta analfabeta y propiciar la erradicación del analfabetismo en un período de cinco años.
- b) Mejorar la calidad de vida del adulto.
- c) Garantizar al adulto su incorporación al desarrollo nacional.

El Programa está regido por la Comisión Nacional de Alfabetización, integrada por los siguientes organismos:

- a) Ministerio de Educación, el cual a través de la Dirección de Educación de Adultos, es el rector (pero no exclusivamente ejecutor) del programa. El Ministerio trabaja con organización de grupos orientados por un facilitador, durante dos horas diarias ajustadas a las posibilidades de tiempo del adulto, con una duración de 6 meses a través de los siguientes contenidos : lectura, escritura y cálculo. Durante 1981 se habrá dirigido prioritariamente al sector rural mediante el método de alfabetización y educación básica - (que sigue las directivas generales de la metodología funcional, con algunos aspectos del método psico-so -

./...

cial de Freire). No obstante, el Ministerio de Educación ha permitido un pleno pluralismo metodológico para los diversos organismos alfabetizadores del país, que deja lugar al uso de métodos sintéticos-analíticos (cartilla abajo cadenas del ME), o métodos funcionales (cartilla juego y aprendo del INCE) o métodos audiovisuales (Sono estudio) y psicosociales (INAgro). El Ministerio garantiza una prosecución de estudios adecuada a través de su programa de educación básica para adultos y con el uso de su infraestructura de 15.264 edificios y 19.962 planteles escolares establecidos en el territorio nacional.

- b) Ministerio de la Defensa, que programa la alfabetización funcional de su matrícula anual de Servicio Militar Obligatorio y realiza alfabetización elemental en Unidades de alfabetización sobre comunidades apartadas (selva y frontera), considerando como recursos todo su personal activo. El ejército venezolano tiene programas de Educación Primaria y Capacitación Profesional para su tropa. La Guardia Nacional, que comanda los servicios de Policía Metropolitana, lleva a cabo programas de alfabetización en zonas marginales urbanas.
- c) Ministerio de Justicia, a través de alfabetización penitenciaria. Los programas de Justicia han conducido, entre otras cosas, a la realización de los Festi-

./...

vales de Teatro Penitenciario.

- d) Ministerio de la Juventud, que tiene a su cargo la -
creación del voluntariado nacional de alfabetización. Actúa en relación con el Ministerio de Educación, promoviendo voluntariado a nivel de educación media y superior, sin carácter de obligatoriedad pero con beneficio de créditos, como área de exploración en el currículum académico.
- e) Ministerio de Agricultura y Cría, que incide en el medio rural a través de su Programa de Desarrollo Social. Mantiene los siguientes proyectos: Alimentación y Nutrición, Salud y Vivienda, Administración del Hogar, Planificación Familiar, Recursos Naturales Renovables, Recreación y Deportes, Huertos Familiares, -
Unidades de Producción Asociada, Empresas de Producción Juveniles y de Amas de Casa y Alfabetización. -
Funciona a través de los siguientes organismos adscritos: Instituto Nacional de Capacitación Agrícola, Instituto Agrario Nacional y Centro de Investigaciones -
aplicadas a la Reforma Agraria.
- f) Cesap, Centro de Servicio de la acción popular, es el instrumento de acción católica para las labores de alfabetización. Funciona a través de la infraestructura parroquial y educativa. Se declara cristiano, no político partidista, no gubernamental.

./...

- g) INCE, Instituto Nacional de Cooperación Educativa, ente autónomo dirigido a la capacitación profesional y a la alfabetización de los trabajadores analfabetas.- Mantiene un curso de alfabetización básica de 80 h. -clase, en 1 hora diaria; y un curso de Educación Primaria de 600 h-clase, en 4 niveles de 150 horas c/u., durante 2 horas diarias.
- h) IAN. Instituto Agrario Nacional, encargado del reparto de tierras del Programa de Reforma Agraria. Funciona en alfabetización a través de la infraestructura física del Instituto de Capacitación Agrícola, INAgro. Hace uso del método de Alfabetización y Educación Básica. Ha realizado proyectos alfabetizadores con el método psico-social.
- i) IRFA y ACUDE (entre otros): Instituto Radiofónico Fe y Alegría y Asociación Cultural para el Desarrollo, -de la Iglesia Católica y el empresariado respectivamente. La organización ACUDE hace uso del método sonq-estudio (en base al disco-estudio colombiano) y funciona en forma privada y voluntaria con el apoyo de la infraestructura bancaria del país y con la cobertura plena y gratuita de los medios de comunicación privados. Es el ente publicitario fundamental del Programa alfabetizador.

./...

La Comisión Nacional de Alfabetización se organiza a través de Comisiones Zonales de Alfabetización, integradas por representantes de los organismos formadores del Programa Extraordinario, además de los entes oficiales y privados regionales competentes. A su vez, estas Comisiones Zonales supervisan las Comisiones Distritales o Comunales de Alfabetización. La Comisión ha determinado que el ente ejecutor fundamental de la alfabetización en áreas urbanas sea el Ministerio de Educación, en tanto que el Instituto Nacional de Cooperación Educativa y el Instituto Nacional de Capacitación Agrícola se encargarán de las áreas rurales. Se consideran recursos del programa a todos los funcionarios públicos de los organismos involucrados y a todos los integrantes activos de las Fuerzas Armadas Nacionales, además de los estudiantes, Profesores y grupos juveniles voluntarios o remunerados que colaboran en estrategias de alfabetización. Como parte fundamental del programa se considera la proyección de cursos de educación no formal y de capacitación que garanticen la no reversión del proceso alfabetizador. Se señala prioritaria la región nor-oriental del país, formada por los estados Sucre, Anzoátegui, Monagas y Nueva Esparta, los cuales mencionen el mayor índice de analfabetismo en Venezuela, ubicado en un 29,9% de la población regional. Durante 1981 se atendieron un total de 97.066 analfabetos en todo el país. Se estima que los datos de 1982 superan esa cifra, colocándose por encima del centenar de miles de alfabetizados.

./...

4. CONSIDERACIONES.

4.1 Todo programa de alfabetización está destinado a enfrentar las limitaciones de una cultura exclusivamente oral. Es nuestro convencimiento que la alfabetización adecuada es aquella que parte de la compleja valoración de la cultura oral, de su importancia social y de su permanencia como sostén del proceso comunicacional, incluso en culturas altamente alfabetizadas. La cultura oral determina lo que podríamos denominar su propia cosmovisión semiológica. La valoración del signo, en un analfabeta, está determinada por su cultura oral: así también su uso y su destino comunicativo, lo que no excluye a la valoración del signo escrito. De esta forma, la alfabetización no será otra cosa que el complemento semiótico de la cultura oral que ha determinado la competencia lingüística ~~antemperativa~~: según esto, siguiendo los estudios chomskyanos de gramática generativa y transformacional, la alfabetización se definirá como la -potenciación de una versión particular de la estructura superficial del lenguaje, que sigue definiéndose en su estructura profunda, en su componente sintáctico que, a través de las reglas básicas de estructura de la frase y del léxico determina el componente semántico, es decir, la representación semántica. Este

./...

proceso, incluida por supuesto, la representación fonológica, es independiente de la situación de alfabetización, y no varía ni cualitativa ni cuantitativamente por ella.

4.2 Esto debe llevarnos a valorar la cultura escrita como una versión parcial del lenguaje, exigida por las circunstancias socio-históricas de la era industrial para potenciar el desarrollo económico y político de las naciones. Pero de ninguna manera debemos pretender que la alfabetización es la panacea del lenguaje pues éste ni es sólo verbal, ni depende de la estructura superficial que determina su representación gráfica.

4.3 El analfabeta no es, pues, un enfermo: lo suyo es una situación absolutamente reversible. En todo caso se le debe considerar al sujeto sometido a marginación de una circunstancia socio-histórica determinada. No debemos buscar la erradicación del analfabetismo como si se tratara de una enfermedad. Las campañas o programas de alfabetización no deben ser percibidas como estrategias de ataque o violencia -- contra el analfabeta. El analfabeta no debe sentir culpabilidad responsable por una situación que él no ha contribuido a crear. La erradicación del analfabetismo debe concebirlo como la situación socio-cultu-

./...

ral que es, que lo determina y que exige su superación. La alfabetización funcional y la alfabetización psico-social se sostienen precisamente sobre esa concepción del analfabetismo como circunstancia socio-cultural.

4.4 La alfabetización debe comprenderse en el marco de una noción de cultura como ~~un~~ ejercicio reversible, de orden social, sometido por lo tanto a las contingencias de la voluntad colectiva e individual. En este sentido se debe propiciar una alfabetización funcional sustentada en mecanismos comunitarios de promoción popular. La alfabetización concebida en puros términos de estrategia masiva, es el elemento cómplice del colonialismo semiológico que una era de dominación comunicacional interestelar e intersatélite - pretende instaurar como nueva plaga de la humanidad.

4.5 Si es cierto, como proponía el profesor Karl Bühler, que el lenguaje humano tiene diversas funciones (indicativa, expresiva y comunicativa) y si es cierto, como complementaba el profesor Kar^l Popper, que dichas funciones se encontraban todas en los lenguajes animales, para definir el lenguaje humano por su función argumentativa, debemos comprender la alfabetización como el perfeccionamiento gráfico de la argumentación. En ese sentido, puesto que todo uso del lenguaje es ideológico, toda alfabetización es ideológi

./...

ca. Y puede ser, por lo tanto, instrumento de dominación social y de manipulación. Es labor de los clubes Unesco llamar la atención sobre la posible ideologización de la labor alfabetizadora por parte de intereses particulares y por parte del Estado. "La alfabetización de adultos (...) debe estar estrechamente vinculada a las prioridades económicas y sociales..." dice la declaración de Teherán de 1965. Debemos considerar las declaraciones de Tokyo (1972) Persépolis (1975) y México (1978). Pero al mismo tiempo comprender que el peligro de dominación ideológica - que puede conllevar la alfabetización sólo se enfrenta entendiéndola como un proceso de la promoción popular y de lo que se ha denominado Educación para el desarrollo de la comunidad humana local y nacional, - que supone la interacción participativa y libertaria de la población, sin intervencionismos interesados - del poder económico y/o político (y que la ONU asumió en 1956).

4.6 Finalmente recordar que la alfabetización comprende diversas fases: Alfabetización propiamente, Diseño - de estrategias, Relación con la Comunidad y Tabulación de datos. Así, los clubes Unesco podrán dirigir

./...

su participación a cualquiera de esas fases y nece
sariamente deberán diversificar sus responsabilida--
des.

Luis Pérez Oramas.

- (1) HAVARRO TORRES, César: "Consideraciones en Torno al Problema
del Analfabetismo. ACUDE, Caracas, Pag. 6.

1980

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO AOS PROFESSORES COLOMBIANOS, DON
ARTURO

MOBRAL
SES
INDEXADO
N.º 0032

Pelaez Henao (Inspetor Nacional de Educação do Ministério de Educação Nacional - Direção Nacional da Campanha Nacional de Alfabetização "Simón Bolívar", Bogotá) e Profa. Ilia Vergara de Miranda (Diretora Departamental da Campanha Nacional de Alfabetização "Simón Bolívar").

Objetivo do estágio:

Conhecer os programas do MOBRAL e sua organização para colaboração na Campanha Nacional de Alfabetização da Colombia.

As atividades realizadas desenvolveram-se de acordo com o programa preparado pelo SETRE, (em anexo) com algumas modificações surgidas no decorrer das mesmas: retorno ao DISUP e visita ao Centro de Educação Supletiva e ao MEC (Brasília).

Dia 24/05

Foram recebidos pela Secretaria-Executiva Profa. Terezinha Saraiva. Antes de começar o programa propriamente dito houve uma rápida avaliação quanto à programação com a qual eles concordaram sugerindo que fosse incluído uma hora para exposição da experiência colombiana. Pediram também que conseguissem um contato com o MEC para conhecimento da educação formal no Brasil. No SETRE foi dada uma visão geral da história do Brasil e sua estrutura política e geográfica. Em seguida, exposição da filosofia e estrutura organizacional do MOBRAL (SUCOP). Finalizando o dia foram recebidos pelos assessores da SUCOM para conhecer o funcionamento da Superintendencia. Exposição e diálogo.

Dia 25/05

Recebidos na SUCOP para conhecer os objetivos, funcionamento, metodologia e procedimentos do planejamento da Organização. A tarde recebidos no GCORD para conhecer seu funcionamento, e no NUPES onde foi explicado o procedimento da pesquisana Organização. Exposição e diálogo.

Dia 26/05

Recebidos no DEPEC e DIDEC para conhecer a linha de ação do Departamento. Fizeram muitas perguntas e pediram muito material. Depois de assistir ao AV sobre as MOBRALTECAS, muito interessados pediram uma cópia do mesmo. Recebidos na DISUP onde foi mostrada a linha de ação dos programas pedagógicos de alfabetização. Exposição e diálogo.

Dia 27/05

Recebidos no DIPRE para conhecer a linha de ação do programa e novamente no DIDEDEC para esclarecer dúvidas com relação aos assuntos tratados antes. Debates com muitas perguntas.

Dia 28/05

Recebidos no DEAFI para conhecer a sistemática de ação do Departamento, na DIHUM para conhecer o funcionamento dessa área, na DIFIN para ver os procedimentos da área financeira, na DIMAP e na DIPRO. No final da tarde foi feita uma avaliação (em anexo), para verificar se os conteúdos teóricos atenderam às expectativas.

Dia 31/05 a 04/06

Estágio de campo na COEST/RN. (A avaliação desse estágio ficou na COEST/RN).

Dia 07/06

Face a necessidade de maior aprofundamento manifestado, em pós-alfabetização, retornaram à atividades no DISUP na parte da manhã. A tarde o Prof. Arturo e a Profa. Ilia fizeram uma exposição da experiência colombiana, deixando material sobre a Campanha Nacional de Alfabetização. No final da tarde fizeram a valiação final do estágio (em anexo).

Dia 08 e 09/06

Estadia em Brasília.

Dia 10/06

Visita ao Instituto de Educação onde funciona o CES (Centro de Educação Supletiva Estadual) onde foram recebidos pelo coordenador do curso Prof. Paulo.

Evaluación de la Teoría expuesta en la pasantía al MOBRAI.

1. Los contenidos de cada uno de los órganos que hacen parte del MOBRAI, son únicos, claros-precisos y guardan relación.

1.1- Las actividades programadas dieron respuesta positiva al objetivo de la visita.

1.2- La metodología, abierta y flexible fue la más adecuada, por qué permitió la percepción de Todo MOBRAI, sin fragmentar programas de aspectos particulares en la organización.

1.3- El material didáctico, correspondiente a cada departamento fue entregado oportunamente, facilitando la asimilación de cada actividad programada.

1.4- La distribución de Tiempo en las diferentes actividades, en un 99% por ciento fue acertado, sólo en la pos-alfabetización que por ser de mayor cobertura, quedaron muchas inquietudes.

1.5- Las informaciones recibidas en cada uno de los departamentos de MOBRAI, fue clara y amplia.

1.6- La relación con cada uno de los infor-

monte fué muy buena, grandes esfuerzos
linguísticos, Tuvieron que realizar para lograr
su objetivo.

- 1.7 - Mi participación fué activa en cada
una de las informaciones obtenidas, para
satisfacer las necesidades surgidas en cada
Departamento de NOBRAI, formule preguntas y fue-
ron contestadas con mucha claridad.
- 1.8 - La infraestructura de nuestro aprendizaje
fué muy buena (excelente)

Evaluación de la Práctica en el Mobral en cuanto a la parte teórica.

1- Después de haber visitado los Deptos y Divisiones que componen la organización educativa Mobral me permito conceptuar que los contenidos expuestos están acordes con las expectativas que se nos han encomendado por su claridad y practicabilidad.

1.1- Las actividades realizadas para conseguir dicho objetivo fueron de gran provecho y se cumplieron con puntualidad y armonía.

1.2- La metodología utilizada fué la conveniente en consecución de los objetivos de nuestra visita y

1.3 El material didáctico utilizado en dicho proceso acorde con las exigencias del momento

1.4 Este resultó un poco corto para conocer mejor las actividades encomendadas a cada una de las dependencias visitadas

1.5- Fueron suficientes y claras las informaciones recibidas de cada uno de los funcionarios que tuvieron a su cargo esta misión.

1.6- Los contactos y relaciones con los informantes fueron amenas, cordiales y llenas de gran amabilidad.

1.7 - Esta fue buena y redonda de gran interés por las informaciones recibidas.

1.8 - Considero de gran importancia y merezca nuestro agradecimiento la forma como esta fue organizada para

complacer nuestro interés y por ende de la dependencia
oficial de Colombia que nos envió.

Cordialmente:

Arturo Giláez Ib.

Inspector Nal de Educación
Colombia.

Evaluación final de la pasantía de observación y estudio de los programas de Mobral en la República del Brasil.

Fechas: Del 23 de Mayo al 12 de Junio de 1982

Ciudades y localidades visitadas:

Brasilia, Rio de Janeiro, Natal, São Tomé, Augusto Severo y en esta comunidad rural de la Sierra de Joao del Valle.

Participantes:

Ilia Vargara de Miranda y

Arturo Peláez Henao

Funcionarios de la Campaña Nacional de Alfabetización "Simón Bolívar de la República de Colombia.

1- Gracias a la magnífica organización y gentileza de los funcionarios de Mobral tanto a nivel central como en Estado del Rio Grande del Norte, pudimos cumplir a cabalidad el programa.

Por tanto consideramos que lo realizado en nuestra permanencia en las diferentes instalaciones y frentes de trabajo del Mobral constituye motivo de gran complacencia personal y satisfacción profesional acorde con las expectativas.

2- De acuerdo con la realidad de nuestro país, las posibilidades de aplicación de muchos de los conocimientos adquiridos en Mobral tienen un alto porcentaje de factibilidad, si tenemos en cuenta su similitud de condiciones de nuestras gentes y los grandes deseos de superación que las albergan.

3- Disponiendo claro esta de mayor tiempo para hacerlo, nos hubiera gustado haber tenido una mayor profundidad de conocimiento sobre los siguientes aspectos:

3.1- Demostraciones prácticas de campo en todos y cada uno de los programas que se atiendan.

3.2- Contenidos y metodología utilizada en la capacitación de alfabetizadores y promotores de comunidad.

3.3- Evaluación y supervisión de actividades.

3.4- Funcionamiento práctico de una Mobralteca

3.5- Operatividad de la integración con otras entidades que especialmente laboran en el medio rural.

3.6- Instrumentos y técnicas para la realización del estudio socio-económico de las comunidades.

4- Consideramos que en futuros estudios de esta índole y especialmente del programa Mobral, se requiere de un mayor tiempo. Igualmente sería de gran importancia asignarle mayor dedicación al aspecto práctico.

Al terminar el trabajo de esta gran experiencia queremos presentar a nombre del Ministerio de Educación Nacional, Dirección Nacional de la Campaña de Alfabetización "Simón Bolívar" y personal los más sinceros agradecimientos a la gran familia Mobral por las facilidades y atenciones que nos brindaron para cumplir exitosamente el cometido confiado. Esperamos tener el placer de tenerlos pronto en nuestra patria para compensar en parte siquiera lo mucho hecho por nosotros en este hermoso y acogedor país.

Atentamente:

Oliver D. de la Hoz

Isidro Giláez B.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DOS PROFESSORES COLOMBIANOS

COEST/RN

DATA	HORÁRIO	ASSUNTO/ATIVIDADE	OBJETIVO	TÉCNICA	RECURSOS	RESPONSÁVEL
01.06	07:30	Recepção pela Coordenadora Estadual do MOBRAL	Desejar as boas vindas e apresentar a Equipe da COEST aos Professores Colombianos			Coordenadora Estadual
	07:45 às 11:45	Caracterização do Estado do RN Estrutura e funcionamento da COEST Retrospectiva do MOBRAL no Rio Grande do Norte PAF - uma experiência de Trabalho Comunitário	Dar uma visão da estrutura Política e Econômica do Estado Possibilitar o conhecimento da Estrutura de Trabalho da COEST Apresentar a Linha de Ação desenvolvida pela COEST e os procedimentos adotados, numa proposta de trabalho comunitário	Exposição	Mapa Audio Visual dos Agentes Comunitários	Coordenadora Estadual e Coordenadora Adjunta
	11:45 às 13:30	A L M O Ç O				
	13:30 às 18:00	Projetos Comunitários • Servidores Anônimos da Comunidade Associações de Carroceiros e Lavadeiras Curandeiras/Rezadeiras Parteiras Curiosas Profetas Populares Trabalho com Prostitutas I e II Encontros: • Objetivos • Conteúdos discutidos	Dar uma visão do trabalho desenvolvido com Grupos Específicos Enfatizar o trabalho das Associações: de Carroceiros e Lavadeiras	Exposição dia logada	Audio Visual dos Servidores Anônimos	Coordenadora ENSUP/ENPEC

PROGRAMA DE ESTÁGIO DOS PROFESSORES COLOMBIANOS

COEST/RN

DATA	HORÁRIO	ASSUNTO/ATIVIDADE	OBJETIVO	TÉCNICA	RECURSOS	RESPONSÁVEL
01.06		- Resultados dos Encontros - Organização dos Grupos nos municípios				
02.06	07:30 às 09:30	Visita a Lavanderia do Bairro Novo Horizonte	Conversar com Lavadeiras sobre o desenvolvimento do trabalho da Associação para conhecer sua organização, funcionamento e expansão	Entrevista/conversa informal		ENSUP/Professores Colombianos
	09:30	Deslocamento ao município de São Tomé	Conhecer o trabalho comunitário a partir dos Programas do MOBIL	Exposição		Coordenadora/Adjunta/ENSUP/SA/COMUN/AGENTES COMUNITÁRIOS
	17:00	Deslocamento para a Serra de João do Vale	Conhecer o trabalho de Ação Comunitária desenvolvido na Serra de João do Vale	Entrevista Observações Exposição		Equipe COEST/Conselho Comunitário Agentes Comunitários da Serra de João do Vale
04.06	06:00	Deslocamento para Natal				
	14:00	Debate das atividades desenvolvidas Avaliação	Esclarecer dúvidas relacionadas aos assuntos tratados	Debate		Equipe COEST/Professores Colombianos

SETOR DE TREINAMENTO - PROGRAMA DE ESTÁGIO DOS PROFESSORES COLOMBIANOS

DIA	Horário	Assunto/Atividade	Objetivo	Técnica	Recursos	Responsável
24.05	9:30	Recepção pelo Presidente e/ou Secretária-Executiva	Dar boas vindas aos professores colombianos.			PRESI e/ou SEXEC
	11h às 12h	Estrutura Política e Geográfica do Brasil.	Dar uma visão da estrutura política e geográfica do Brasil	Exposição	Mapas geográficos Album seriado	SETRE
	12h às 14h	ALMOÇO				
	14:30 às 16:30	- Educação de adultos no Brasil - Criação do MOBRAL - Filosofia e estrutura Organizacional.	Conhecer a filosofia do MOBRAL e a estrutura organizacional.	Exposição e Debate	Album seriado Quadro para giz	SUCOP: Sergio Marinho Barbosa
	17h às 18h	Estrutura e Funcionamento da Superintendência de Comunicação Social.	Conhecer o funcionamento da Superintendência.	Exposição e Debate		SUCOM - WILSON PINHO

SETOR DE TREINAMENTO

Dia	Horário	Assunto/Atividade	Objetivo	Técnica	Recursos	Responsável
25.05	9:30 às 10h	Estrutura e Funcionamento da Superintendência de Coordenação e Planejamento - SUCOP	Conhecer os objetivos e o funcionamento da Superintendência.	Exposição e Debate	Quadro com Estrutura do SUCOP	SUCOP - Cláudio Saraiva
	10h às 12h	Planejamento: - Política e Diretrizes - Metodologia - Estratégia - Sistemática e Fluxo	Conhecer a metodologia, os procedimentos do planejamento da Organização.	Exposição e Debate	Documentos da SUCOP	SUCOP - Tania Azevedo
	12h às 14h	ALMOÇO				
	14h às 16h	. A Função de Coordenação: - Consenso quanto a objetivos (para gerar motivação) - Articulações internas e externas	Conhecer os objetivos e o funcionamento do grupo de Coordenação.	Exposição e Debates	Documentos da GCORD	GCORD - Hugo Lovisolo
	16h às 18h	. Pesquisa - Áreas - Divulgação - Pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento	Conhecer a metodologia, os procedimentos da Pesquisa na Organização.	Exposição e Debates		NUPEs - Helêna Lewin

SETOR DE TREINAMENTO

Dia	Horário	Assunto/Atividade	Objetivo	Técnica	Recursos	Responsável
26.05	9h às 12h	Organização do Departamento de Programas de Educação e Desenvolvimento Cultural e sua proposta de trabalho: - A Ação Comunitária nos programas do MOBREAL. - Repasse de recursos financeiros ao campo.	Conhecer a linha de ação do Departamento.	Exposição Dialogada	Organograma e Documentos	DEPEC: Prof. Francisco Lobo
	12h às 14h	ALMOÇO				
	14h às 18h	- Métodos e técnicas em Alfabetização e Educação de adultos. - Programas de Pós-Alfabetização. - Capacitação para alfabetizadores e Educadores de Adultos. - Apresentação de materiais didáticos dos programas. - Experiências com população indígenas.	Conhecer a linha de ação dos programas pedagógicos de alfabetização e pós-alfabetização.	Exposição Dialogada	Organograma e Documentos	DISUP Ana Margarida Melo Barreto Campello.

SETOR DE TREINAMENTO

Dia	Horário	Assunto/Atividade	Objetivo	Técnica	Recursos	Responsável
27.05	9h às 10:30	Atendimento ao Pré-Escolar: - Uma experiência Comunitária.	Conhecer a linha de ação do programa	Exposição com Debates	Documentos	DIPRE: Prof. Aristeo Leite Filho
	10:35 às 12h	A Educação de Adultos: - Aspectos diversificados, desenvolvidos através de Projetos Especiais.	Conhecer a linha de ação dos diversos programas.	Exposição com Debates	Documentos	DIPEP: Dr. Gerson Noronha
	12h às 14h	ALMOÇO				
	14h às 16h	O Programa Cultural do MOBRAL.	Conhecer a linha de ação do programa cultural.	Exposição com Debates	Documentos	DIDEC: Profa. Maria Luiza Cavalcante
	16:30 às 18h	Debate das atividades desenvolvidas na área fim	Esclarecer dúvidas com relação aos assuntos tratados no DEPEC.	Painel		Chefes das Divisões da Área Fim.

SETOR DE TREINAMENTO

Dia	Horário	Assunto/Atividade	Objetivo	Técnica	Recursos	Responsável
28.05	9h às 10:30	Estrutura e Funcionamento do Departamento Administrativo Financeiro-DEAFI	Conhecer a sistemática de ação do Departamento	Exposição Dialogada	Organograma	DEAFI - Ronaldo Monteiro
	10:35 às 11:15	Visão Geral das Divisões: - Divisão de Recursos Humanos - DIHUM	Conhecer o funcionamento da Área de Recursos Humanos.	Exposição Dialogada	Organograma	DIHUM - Dr. Arley Camillo
	11:20 às 12h	- Divisão Financeira - DIFIN	Conhecer os procedimentos da Área Financeira	Exposição Dialogada		DIFIN - Affonso Luiz Balthar
	12h às 14h	ALMOÇO				
	14h às 14:50	- Divisão de Material e Apoio Administrativo - DIMAP	Conhecer os procedimentos da área.	Exposição Dialogada		DIMAP: Paulo Cesar Khoury
	15h às 16h	Divisão de Processamento de Dados- DIPRO	Conhecer os procedimentos da Divisão	Exposição Dialogada		DIPRO: Guilherme Ávila
	16:15 às 18h	Avaliação	Verificar se os conteúdos teóricos atenderam às expectativas.		Instrumental	Área Internacional e SETRE

SETOR DE TREINAMENTO

Dia	Horário	Assunto/Atividade	Objetivo	Técnica	Recursos	Responsável
29 e 30.05	9h às 18h	Atividades de lazer	-	-	-	-
31.05		Deslocamento para o Rio Grande do Norte	-	-	-	Área Internacional
01 a 04.06		Estágio de campo - Rio Grande do Norte	Conhecer experiências significativas da Coordenação.	-	-	Área Internacional e COEST.
05.06		Deslocamento para o Rio de Janeiro	-	-	-	Área Internacional e COEST
06.06		Atividades de Lazer	-	-	-	
07.06		Avaliação final <i>Exposição da experiência colombiana -</i> <i>Estádio em Brasília</i>	Verificar se o Estágio atendeu aos objetivos.	-	Instrumental	Área Internacional e SETRE
<i>08-6 a 09-06</i>						
<i>11.06</i>		<i>Visita ao CES (Instituto de Educação) (Educação Supletiva)</i>				



SRA. JUSTINE GUET
SR. GERARD OUATTARA . DONAFO
ESTAGIÁRIOS DA COSTA DO MARFIM

RELATÓRIO FINAL DO ESTÁGIO REALIZADO NO MOBRAL

- I - INTRODUÇÃO
- II - AS ATIVIDADES
- III - AVALIAÇÃO
- IV - CONCLUSÃO - SUGESTÕES

I. Em seguida à Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim realizada em 1979, um acordo cultural foi assinado entre esses dois países.

A Costa do Marfim, através de seu Ministério da Juventude, de Educação Popular e de Desporto, decidiu enviar estagiários do Instituto Nacional da Juventude e de Desporto para uma especialização em educação de adultos, com a duração de cinco meses. Os estagiários, em número dois (2), são alunos Conselheiros de educação, que deveriam realizar um estágio prático no seu 3º ano de estudos, para complementar os conhecimentos adquiridos ao longo dos primeiros anos.

Assim, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), conhecida por sua grande experiência em Educação de Adultos e mais particularmente por seus métodos de Alfabetização Funcional, foi escolhida pela Costa do Marfim para a formação prática de futuros Conselheiros do Instituto Nacional da Juventude e de Desporto. Tendo em vista as taxas muito altas de analfabetismo, na Costa do Marfim, o estágio objetivou a aprendizagem dos métodos pedagógicos e o estudo do material didático do Programa de Alfabetização Funcional (PAF), o conhecimento do Sistema de Supervisão, da prática de mobilização de analfabetos e do trabalho de reciclagem dos alfabetizadores. Além disso, foi-nos permitido conhecer os outros programas do MOBRAL: Programa de Educação Integrada (PEI), Programa de Autodidatismo (PAD), Programa de Educação para a Saúde (PES), Programa de Educação Comunitária para o Trabalho (PETRA), Programa de Desenvolvimento de Ação Comunitária (PRODAC), Programa Cultural, a profissionalização e o Programa de Educação Pré-Escolar, este último sendo o programa prioritário do organismo.

O estágio compreendeu duas partes:

- uma parte teórica, dividida em dois períodos:

- a) estrutura e funcionamento do MOBRAL e visão geral sobre o planejamento e o sistema de supervisão - de 16/11/81 a 30/11/81
- b) o segundo período consistiu num aprofundamento do planejamento, do sistema de supervisão. O conhecimento dos programas (metodologia e material didático) se deu no período de 04/01/82 a 29/01/82, no Departamento de Programas de Educação e Desenvolvimento Cultural.

- uma parte prática dividida em dois períodos:

- a) em Brasília, de 01/12/81 a 17/12/81;
- b) no Piauí, de 01/02/82 a 15/02/82.

A ida ao campo se constitui na parte mais importante para os estagiários.

II. O estágio, no MOBRAL, foi precedido de um curso intensivo de português, que teve a duração de um mês e que visou favorecer a comunicação dos estagiários, ao longo de suas atividades no país.

O MOBRAL, órgão de Educação de Adolescentes e Adultos, foi criado em 1967 e começou a operacionalizar seus programas, em 1970.

Sua estrutura compreende três níveis:

- nível nacional, constituído pela alta administração - Presidência, Secretaria Executiva, os grandes departamentos de concepção pedagógica dos programas e projetos (DEPEC), o planejamento e supervisão (SUCOP) e finalmente a administração dos recursos humanos e financeiros (DEAFI);

- nível estadual, constituído pelas Coordenações Estaduais - COEST, COTER, COMET;

- nível municipal, constituído pelas Comissões Municipais - COMUN.

O funcionamento deste grande organismo caracteriza-se por estes três níveis cuja integração permite realizar as atividades. O nível nacional e o nível estadual assumem respectivamente o suporte logístico de orientação geral. O nível municipal executa e desenvolve os programas respeitando a metodologia posta em prática pelos serviços pedagógicos do MOBRAL Central. Na prática, as Comissões Municipais poderiam ser colocadas em primeiro lugar, porque é a luz das informações transmitidas pelas COESTs que o MOBRAL faz as reformulações e pode avaliar os programas, assim como todo o Sistema. Os três níveis hierárquicos permitem a descentralização das atividades. Esta descentralização permite às COESTs e às Comissões Municipais uma autonomia em sua administração, assim como a adaptação dos programas à realidade local a fim de obter um melhor resultado. Entretanto, para evitar o desgaste no funcionamento e a perda de vista dos objetivos gerais, o organismo aplica igualmente a centralização do controle.

Como em todos os sistemas, o MOBRAL planeja suas atividades, conforme os objetivos gerais. No caso, a inserção do indivíduo na sociedade, exige, por parte da Instituição, um planejamento feito de maneira a que os beneficiários participem dos programas educativos. Para tanto, utiliza dados das necessidades e expectativas dos adolescentes e adultos, da realidade de seu meio, dos programas dos quais eles precisam, dos recursos humanos e financeiros. Os diferentes dados, que o serviço de planejamento utiliza, provêm do trabalho de supervisão que, também, realiza o controle pedagógico.

Nós vimos, em seguida, os diferentes programas, sua metodologia e o material empregado. Iniciado em 1970, por uma grande campanha de mobilização de massa pelo PAF, o MOBRAL sentiu a necessidade de dar a estes analfabetos, saídos de lugares pobres da sociedade, os meios não somente de se instruir, como também de ajudá-los a se ajudarem individualmente. Foi criado, então, o PEI, PAD, PES, PETRA, PRODAC, os projetos de profissionalização, o programa cultural e os projetos especiais, que são sob a forma de complemento.

O MOBRAL, reconhecido como um organismo de Educação de Adultos, modificou este ano sua prioridade. Sua nova prioridade é o Pré-Escolar.

A visita direta das classes nos permitiu ver as técnicas de supervisão e o processamento do curso do PAF. A visita ficou prejudicada devido à programação da estadia.

Esta parte prática do estágio sendo a mais importante, deveria ser mais longa. Mas, no que tange ao estágio inteiro, nós julgamos que o período de 5 meses é muito longo.

III. O estágio de modo geral, foi positivo. Se nós já sabíamos que a educação de analfabetos adultos não se limitava somente à leitura, à escrita e ao cálculo, nós aprendemos, no MOBRAL, a maneira de tornar funcional e global os cursos a fim de captar todos os aspectos da vida do indivíduo.

Os instrutores que nós tivemos souberam criar relações horizontais baseadas na participação, confiança e também paciência. Paciência devida ao nosso fraco conhecimento da língua portuguesa. Mas esta desvantagem foi abrandada pela sistematização. Estes instrutores estiveram durante todo o tempo disponíveis.

A segunda parte do estágio, efetuado em campo, foi muito mais enriquecedora, apesar de que o estágio em Brasília, aconteceu no momento do encerramento da maior parte dos programas.

A realidade social dos analfabetos do Brasil é igual ao do nosso país. Nós acreditamos que, apesar da falta de material didático apropriado ao nosso programa de alfabetização, nós poderemos com a metodologia apresentada tornar mais funcional os cursos.

A estratégia utilizada pelo MOBRAL na colaboração com outras entidades, LBA, EMATER, FORÇAS ARMADAS, no desenvolvimento de programas comunitários e a profissionalização é de grande interesse.

Dentre os fatores mais importantes, colocamos em primeiro lugar a supervisão e a reciclagem permanente dos instrutores, sem os quais todo o sistema cai na rotina.

IV. Ao término de 5 meses efetivos no MOBRAL, nós pudemos constatar que a colaboração dos três níveis de atividades, a supervisão, a formação de instrutores e respeito às realidades, às necessidades do indivíduo são a base do grande trabalho deste organismo de educação. Mesmo que o MOBRAL não tenha atingido o seu objetivo de diminuir a taxa de analfabetismo a 10% em 1980, nós julgamos que ele se preocupa mais em tornar os indivíduos responsáveis e capazes de resolver seus problemas. E isto é mais importante.

O MOBRAL conseguiu cobrir este imenso país assim como conseguiu sensibilizar os responsáveis políticos e administrativos para as camadas menos favorecidas que são os adultos analfabetos. Este novo programa não anula o de Educação de Adultos, ou melhor ele o complementa. O MOBRAL atuará na área do Pré-Escolar.

Cada programa de educação de adultos funciona com um material didático específico mas que se completa. Os programas tratam de assuntos relativos ao cotidiano dos participantes: saúde, transporte, esporte, agricultura.

A metodologia utilizada é a discussão em grupo a partir de um ponto de interesse que suscita a troca de idéia e de experiência. Porque é necessário partir do princípio de que o adulto deve valorizar sua experiência prática.

Para atingir seus objetivos estes cursos dados devem ser funcionais, globais e rápidos e adequados às necessidades do indivíduo. São necessidades relativas aos aspectos de saúde, habitação, alimentação, comunicação.

Nesta parte teórica, vimos igualmente o treinamento e reciclagem dos monitores e também dos supervisores. Estas reciclagens ocorrem em diferentes níveis. Os supervisores estaduais (SE) e os supervisores de área (SA) são treinados nas COESTs, separadamente ou em conjunto. Por sua vez, os supervisores treinam os alfabetizadores e também o supervisor da COMUN (ENSUG).

A parte prática veio concretizar a teoria. Foi durante esse período que entendemos o processo utilizado para o desenvolvimento dos programas:

- mobilização dos analfabetos e dos monitores;
- treinamento dos monitores;
- supervisão;
- reciclagem.

A mobilização, que tem por objetivo a implantação dos programas, faz-se pela sensibilização das pessoas. Estes programas são implantados somente com o acordo da localidade visitada. Quando o programa é aceito, procede-se ao recrutamento do alfabetizador, segundo os critérios do MOBREAL, e sobretudo de acordo com os beneficiários. Cumpre assinalar que o monitor faz parte da comunidade, portanto, mais apto a encontrar as soluções das situações que ele mesmo vive.

Após a mobilização, os monitores cadastrados são reunidos para um treinamento. No caso preciso de nosso estágio prático, participamos de um treinamento de monitores do PAF, recrutados durante a mobilização geral dos programas, de que participamos. O treinamento começou por uma informação sobre todos os programas do MOBREAL. Em seguida, passou-se ao conhecimento do material didático, dos métodos pedagógicos e das noções de técnicas de trabalho em grupo, que permitirão aos monitores animar os debates em classe. Este primeiro treinamento se completa com reciclagens mensais, que servem para realimentar os monitores e procurar com eles os caminhos e os meios para atingir um bom resultado.

Apesar do atraso de nossa chegada, que coincidiu com o encerramento da maior dos programas, o MOBREAL fez todo o possível para que o conteúdo do estágio fosse o mais completo possível.

Como sugestões, proporemos que a duração total do estágio seja reduzida para 3 meses, pois, acreditamos que um mês de teoria e dois de trabalho de campo serão suficientes.

A teoria poderá ser ministrada de uma só vez no MOBRAL Central e a prática ser realizada em várias coordenações. Isto dará aos estagiários a possibilidade de acompanhar cronologicamente a exploração de um tema gerador a fim de entenderem mais profundamente a articulação dos assuntos e o processo utilizado.

Para terminar, apresentaremos nosso sinceros agradecimentos:

- ao Presidente do MOBRAL, à sua Secretaria Executiva e a seus colaboradores diretos;
- a todo o pessoal das Coordenações, às municipalidades visitadas e aos seus habitantes;
- a todos aqueles que, a seu nível tornaram nossa estadia enriquecedora e agradável, tanto por sua assistência técnica quanto pelo calor humano que caracteriza o brasileiro.

DJIGO GUET NADO GNEDA JUSTINE

OUATTARA DONAFO GERARD

Relatório de Viagem
Missão do MOBRAL no Senegal

Datas: 2/05/81 e 25/06/81.

Atendendo à solicitação da Embaixada do Brasil em Dacar, uma missão do MOBRAL, integrada pelas Técnicas Isabel de Orleans e Bragança e Carmen Perrotta, manteve contatos com autoridades senegalesas com vista à cooperação técnica no campo da educação pré-escolar, através de programas não-formais envolvendo a participação comunitária.

O objetivo principal de tais contatos era o de conhecer a experiência do Senegal nesses campos, a fim de determinar em que medida a experiência brasileira poderia contribuir para o desenvolvimento das atividades realizada naquele país e sob que forma se poderia atender às solicitações contidas na Ata Final da reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal, realizada em Dacar, nos dias 15 e 16 de junho de 1981.

Dentro dessa ordem de idéias, a missão do MOBRAL entrevistou-se com a Diretora de Educação Pré-Escolar do Ministério de Educação Nacional e com o Diretor da Animação Rural e Urbana da Secretaria de Estado para a Promoção Humana.

Os encontros com a Diretora de Educação Pré-Escolar, a Senhora Mbodje Sarr, tiveram lugar a 2 de maio e 25 de junho de 1981.

Consistiram em breve exposição sobre diversas experiências empreendidas pelo Ministério da Educação Nacional, no sentido de prestar atendimento a crianças em idade pré-escolar, e em visita ao Centro de atendimento Pré-Escolar de Pout, nos arredores de Dacar. A Direção de Educação Pré-Escolar conta com o apoio de especialistas nas diversas disciplinas que interessam o desenvolvimento da criança, ou seja, pedagogos, médicos, assistentes sociais, etc, de forma a abordar e acompanhar a questão de maneira global, e, basicamente, vem direcionando suas experiências no sentido de criar condições para um atendimento mais abrangente, não somente em termos de número de crianças assistidas, mas também em termos de consonância com o ambiente onde essas crianças vivem, procurando sempre manter padrões de qualidade dentro do mínimo aceitável.

A Direção de Educação Pré-Escolar contou também com a assistência técnica e financeira da UNICEF, para a construção e funcionamento de alguns Centros de Educação Pré-Escolar que poderão servir de modelo para outros centros que o Ministério da Educação pretende implantar, gradativamente, em todo o país. Os recursos humanos que atuam nesses centros recebem formação especializada e são remunerados pelo Ministério da Educação.

São orientados no sentido de procurar criar procedimentos didáticos e material de apoio a partir de recursos existentes na comunidade, bem como envolver pais e outros familiares nas atividades desenvolvidas pelo centr.

Na região Sul do país, está sendo realizada outra experiência voltada para o pré-escolar. Trata-se de um trabalho integrado com a comunidade, que tem por objetivo desenvolver atividades de atendimento a crianças em idade pré-escolar com a participação efetiva da população, tanto no que se refere à construção de locais quanto no que concerne à própria execução das ações.

Tendo conhecimento do trabalho realizado pelo MOBRAL junto às comunidade brasileiras, a Diretora de Educação Pré-Escolar do Senegal manifestou ao Itamaraty seu interesse em visitar esta Fundação, solicitando-lhe que fosse propiciada uma visita de observação ainda no corrente ano. Os custos relativos a esta visita, prevista para o período compreendido entre 15 e 25 de agosto de 1981, correrão por conta do Governo senegalês. A visita da Sra. Sarr deverá constar de discussões técnicas a nível de MOBRAL Central e de observação de atividades de campo.

Pelo que foi possível à missão do MOBRAL deduzir durante a sua breve estada no Senegal, acredita-se que a experiência brasileira em educação pré-escolar possa vir a se constituir em precioso campo de observação, sobretudo no que tange ao desenvolvimento de atividades de ensino não-formal através da participação comunitária.

No que se refere à educação de adultos e mais especificamente à alfabetização, a missão do MOBRAL entrevistou-se, no dia 25/06/81, com o Senhor Ousmane Samb, Diretor da Animação Rural e Urbana da Secretaria de Estado para a Promoção Humana, órgão encarregado de sensibilizar, organizar e treinar as coletividades rurais e urbanas, visando à sua participação efetiva no processo de desenvolvimento sócio-econômico cultural do país.

Em particular, cabe à Direção chefiada pelo Sr. Sab a formação dos recursos humanos necessários à implantação e desenvolvimento das atividades empreendidas pelos diferentes órgãos que compõem aquela Secretaria. Pelo que se pôde depreender dessa entrevista, o Senegal realizou consideráveis avanços no que se refere à concepção de programas e métodos de educação de adultos adequados à realidade do país, mormente em termos de alfabetização em línguas maternas e sua transposição para o francês (língua oficial).

O maior problema com que as autoridades daquela Secretaria se defronta, no momento, está relacionada com a falta de recursos humanos, materiais e financeiros para a implementação das atividades de educação de adultos.

O relato da experiência brasileira pelos técnicos do MOBRAL, levou a Sr. Samb a manifestar seu interesse em visitar nosso país a fim de colher subsídios para a experiência senegalesa, sobretudo no que se refere a estrutura e funcionamento da Fundação, e ao treinamento e utilização de recursos humanos locais para o desenvolvimento das ações.

Foi-lhe sugerido obter junto a organismos internacionais, tais como a UNESCO, auxílio financeiro para custear tal visita, e até mesmo outras atividades de cooperação que eventualmente poderiam advir desse primeiro contato.

Outro ponto de estrangulamento das ações de educação de adultos desenvolvidas no Senegal situa-se na área do material didático, tendo o Sr. Samb, consultado os técnicos do MOBRAL sobre a possibilidade desta Fundação assistir financeiramente a impressão do material necessário. Foi-lhe respondido que o MOBRAL poderia, se fosse o caso, prestar assistência nesse campo, mas que dificilmente poderia arcar os custos de produção e impressão decorrentes.

Concluindo, considera a Missão do MOBRAL que existe por parte das autoridades senegalesas grande interesse em estreitar a cooperação com o Brasil, para o que esta Fundação pode contribuir grandemente, sobretudo através da organização de visitas e estágios de formação, no Brasil, atendendo assim a algumas das propostas de cooperação técnica apresentadas nas reuniões da Comissão Mista em Dacar: (Cf. anexo).

1) no âmbito da Direção de Animação Rural e Urbana:

- . apoio à formação de conselheiros rurais ou líderes comunitários;
- . técnicas simples de sensibilização destinadas a grupos de produtores rurais.

2) no âmbito de Direção de Formação Prática:

- . apoio técnico para desenvolvimento de campanhas de alfabetização.

3) no âmbito da Direção de Formação Rural:

- . desenvolvimento de pequenos projetos voltados para a profissionalização da mulher;
- . intercâmbio na concepção de projetos de planejamento familiar;
- . concepção de programas de desenvolvimento comunitário.

Hã que se estudar, no entanto formas de financiamento dessas atividades, tendo em vista as dificuldades com que se defronta o Senegal no custeio de seus próprios programas.

Rio de Janeiro, agosto 1981.

IOB/lcb.
14.08.81

A N N E E V

COMMISSION MIXTE SENEGALO - BRESILIENNE

(15 - 16 Juin 1981)

/)/OTE SUR LA COOPERATION EN MATIERE DE

PROMOTION HUMAINE

L'examen du Dossier " Coopération Bilatérale " appelle de notre part les observations suivantes : seulement certains secteurs de la Promotion humaine concernent cette opération dans le document cité.

Des propositions d'échange, concrètes et ponctuelles peuvent être faites dans les domaines conçus comme prioritaires du département.

La Promotion humaine rappelons le, sous l'autorité du Premier ministre, a pour mission, en relation avec les différents départements concernés, d'élaborer et de mettre en oeuvre la politique du gouvernement en vue de promouvoir les populations et de susciter la participation effective de celles-ci au développement économique, social et culturel.

A ce titre, elle est notamment chargée :

.../...

- de former les jeunes et d'assurer leur insertion dans les circuits productifs,
- d'appliquer la politique du Gouvernement en direction de la femme,
- de sensibiliser les populations et de former les élus locaux ,
- d'assurer la tutelle des organisations non gouvernementales (ONG) et de coordonner leurs actions.

A cet effet, la Promotion humaine a un rôle d'étude et conception, d'information, de formation et d'éducation, d'animation, d'assistance, d'encadrement et enfin de coordination.

Le Secrétariat d'Etat à la Promotion humaine comprend outre le cabinet et les services qui sont directement rattachés :

- la Direction de l'Animation rurale et urbaine ;
- la Direction du Bien-être familial ;
- la Direction de la Condition féminine (division économie familiale, division de la Planification féminine, division du travail féminin),
- la Direction de la Formation pratique (Enseignement Moyen Pratique - Alphabétisation, Formation Professionnelle Rurale),

Sont rattachés au cabinet du Secrétaire d'Etat ;

- le Secrétariat Exécutif des centres d'Expansion rurale (CER)
- le Service des Relations internationales et des relations avec les Associations féminines ;

.../...

- le Service des Etudes, des Projets et des Programmes ;
- le Groupement opérationnel permanent d'Etudes et de Concertation (GOPEC),
- le Service de l'Administration générale et de l'Equi-
pement ;
- le Centre d'Education polyvalente des adultes (CEPA) ;
- l'Inspection des affaires administratives et financiè-
res ;
- les Services régionaux.

PROPOSITIONS DE COOPERATION PAR SECTEUR :

1) Direction de l'Animation rurale et urbaine :

Initiation à des techniques simples de prise en charge
dans différents domaines :

- hydraulique villageoise (problèmes d'exhaure)
- appui à la formation des conseillers ruraux ou leaders
de village;
- techniques simples de sensibilisation destinées aux
groupements de producteurs.

2) - Direction Formation pratique :

Alphabétisation : Il a été envisagé, l'arrivée
d'experts au Sénégal pour répondre à cette préoccupation et qui
viendrait prêter un appui technique et un soutien en matériel dans
le cadre de la campagne d'alphabétisation.

.../...

E.M.P. Echange pour mission E.M.P. pour étudier au Brésil le problème d'insertion des jeunes.

FORMATION PROFESSIONNELLE RURALE :

Appui ou stage pour formation professionnelle jeunes ruraux. Maîtrise de techniques simples.

3) - Condition féminine :

Echange de cadres pour étudier problèmes liés à la Promotion de la femme, brésilienne et sénégalaise rurale.

Film conjoint sénégal-brésilien pour les problèmes qui sont liés à leurs conditions (rurale et urbaine) et les moyens pour les deux de les appréhender pour leur trouver une solution.

initiation de petits projets productifs pour la femme et l'enfant, allègement des travaux de la femme ;

coopération en matière d'artisanat - problèmes débouchés des produits sénégalais (broderie traditionnelle - teinture indigo- vannerie- poterie).

4) - Bien-être familial :

Echange en matière de planification familiale.

5) - Développement Communautaire :

Echanges concernant les moyens non sophistiqués mis en oeuvre pour freiner l'exode rural.



RELATÓRIO DO "SEMINÁRIO REGIONAL DE ESTRATÉGIAS NACIONAIS
DE ALFABETIZAÇÃO".

1. Dados Preliminares

1.1. Representação do Governo Brasileiro: Renato Barbosa,
Assistente Técnico da Fundação MOBIL.

1.2. Período: 19 a 27 de outubro de 1981.

1.3. Sede: Quito/Equador

1.4. Patrocínio/Organização: Oficina Regional de Educação
(OREALC) da UNESCO e Ministério da Educação e Cultura do
Equador.

1.5. Participantes: Especialistas da área de educação de
adultos de diversos organismos internacionais (UNESCO, CREFAL,
ICA, entre outros) e representantes dos países da América
Latina e Caribe, com exceção da Argentina, Uruguai, Costa Rica
e Guatemala.

1.6. Antecedentes: Seminário decorrente dos objetivos fixados
para o Projeto Principal de Educação da UNESCO para a América
Latina e Caribe, especialmente o que prevê a eliminação do
analfabetismo até o final do século na região.

1.7. Objetivos:

A partir da análise dos aspectos básicos relativos às políticas
e estratégias de programas nacionais de alfabetização e
pós-alfabetização, foram estabelecidos os seguintes objetivos
principais:

- favorecer o estabelecimento de modalidades de intercâmbio
e confrontação de experiências e informações;
- gerar um processo de sistematização dos principais componentes das
políticas e estratégias que estão sendo adotados em programas
de alfabetização de adultos da região;
- contribuir para a reformulação de procedimentos técnicos na
área de alfabetização, mediante a proposição de um conjunto
de sugestões e recomendações técnicas.

2. Organização e etapas

2.1. Sessão preparatória para a inscrição e apresentação dos participantes, aprovação dos procedimentos gerais, eleição do grupo coordenador e do grupo de relatoria (18.10);

2.2. Sessão inaugural presidida pelo Ministro da Educação e Cultura do Equador - Dr. Claudio Malo Gonzalez -, assinalando que a superação do analfabetismo é uma necessidade de justiça social, e que se constitui numa tarefa em que devem concorrer todos os setores sociais (19.10);

2.3. Informações e comentários acerca do Projeto Principal, a cargo do representante da UNESCO - José Rivero Herrera -, quando enfatizamos a coincidência entre os objetivos do Projeto Principal com o Plano Setorial do MEC, e ainda, o nível de harmonização da política educacional brasileira em função dos postulados formulados pela UNESCO. Apresentamos ainda um breve resumo da reunião de trabalho realizada com os especialistas da UNESCO em Brasília, em torno de temática relacionada ao Projeto Principal, em 21 de agosto de 1981.

2.4. Exposição e debates das experiências nacionais, iniciada com a apresentação do trabalho do MOBRAL, e, seguindo-se, Bolívia, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela (19 a 21.10);

2.5. Realização de trabalhos de grupo com o objetivo de sintetizar tendências das estratégias de alfabetização, detectando os aspectos que devem ser reforçados, ocasião em que fomos escolhidos como relator do trabalho (22.10);

2.6. Apresentação e análise das exposições central e especiais, a cargo dos convidados internacionais (23 e 24.10), destacando-se:

- "Las estrategias nacionales en programas de alfabetización" (Luis Flores);
- "Estratégias Nacionales y Metodologias de Alfabetización" (Eugenio Rodriguez Fuenzalida);
- "La post-alfabetización en una estrategia nacional de alfabetización (Alberto Brusa);
- "La producción y el uso de materiales en una estrategia nacional de alfabetización (Raul Vargas);
- "Questões de educação do povo na região Nordeste do Brasil" (Julieta Calazans).

2.7. Visita de observação a alguns centros de alfabetização na Província de Imbabura (25.10);

2.8. Realização de trabalhos de grupo para a formulação de sugestões e recomendações acerca de políticas e estratégias de alfabetização (26 a 27.10);

2.9. Sessão de encerramento (28.10)

3. Desenvolvimento - A Participação do Brasil

3.1. Exposição do trabalho - "MOBRAL - A estratégia brasileira de alfabetização" (síntese no ANEXO 1)

A apresentação do trabalho realizado no Brasil foi direcionado para uma tentativa de análise crítico-descritiva da ação educativa do MOBRAL, a partir do aprofundamento da problemática, da visualização de medidas técnico-estratégicas adotadas e dos efeitos decorrentes, num contexto de trabalho que abrange o período de onze anos de atividades ininterruptas.

Posicionamos o Órgão de acordo com os princípios filosóficos emanados do MEC, como um movimento que pretende assumir um compromisso educativo com populações de baixa renda, além do resgate dos valores culturais das comunidades.

Percebemos que a adoção dessa postura resultou numa ampla aceitação da experiência brasileira por parte dos participantes do Seminário, principalmente dos especialistas convidados e do representante da OREALC/UNESCO - José Rivero.

3.2. Em função desse posicionamento crítico - reflexivo fomos convidados a participar de uma série de atividades do Seminário, destacando-se:

- Avaliador dos dois primeiros dias de trabalho, a partir de sugestão nossa para a adoção de avaliações diárias. (ANEXO 2);

- relator do primeiro trabalho de grupo que comportava as seguintes questões - chaves:

- . Hacer una síntesis de las tendencias que se aprecia en las características de las estrategias de alfabetización expuestas;

- . Detectar los aspectos estrategicos de la alfabetización que nos convendría reforzar en America Latina en funcion de los objetivos del Proyecto Principal. (síntese dos grupos no ANEXO 3);

- participante de reuniões técnicas com a coordenadoria do Seminário com a finalidade de redimensionar permanentemente a dinâmica e a metodologia do trabalho;
- comentarista da exposição especial "Estrategias Nacionales Y Metodologias de Alfabetización", de Eugenio Rodrigues Fuenzalida. (ANEXO 4);
- membro do grupo de relatoria do trabalho final (Grupo 1), com o objetivo de apresentar sugestões e recomendações concretas para a formulação e implementação de estratégias (Recomendações finais do Seminário no ANEXO 5).

4. Conclusões

Apesar de algumas restrições de ordem metodológica, conforme enunciamos na avaliação inicial, somos de opinião que o Seminário atingiu aos objetivos previstos, especialmente no que tange ao incremento do intercâmbio técnico entre as experiências regionais.

Numa linha de continuidade prática é necessário que os aspectos básicos analisados, as sugestões e recomendações sejam amplamente aprofundadas e divulgadas a nível nacional pelos mais diferentes meios, conforme expresso nas conclusões finais do Seminário, relativas às fases estabelecidas para o Projeto Principal.

Uma série de entendimentos preliminares foram mantidos pelo Brasil com diversas entidades e representantes de países, com a finalidade de aprofundar possíveis intercâmbios que podem ser apresentados da seguinte maneira:

- com o representante da Organização dos Estados Americanos (OEA) - Sr. Carlos E. Paldao: Possibilidade do Brasil fazer-se representar em reuniões da OEA na área de educação de adultos, pois segundo o representante de OEA, o Brasil é o único país da região que não vem participando desse trabalho. Afirmou que encaminhará futuramente convite ao Governo Brasileiro para que na próxima reunião, nosso país participe como observador. Solicitou-nos ainda que enviássemos um documento sobre o MOBRAL, em torno de 20 páginas, para ser publicado em periódico daquela Organização.
- com o representante da UNESCO/Paris - Sr. Herbert Marchil: Interesse da UNESCO em realizar no Brasil um "Seminário sobre Métodos e Processos de Comunicação Utilizados na Alfabetização e Pós-Alfabetização" devido à abrangência e significância dessa área no contexto educacional brasileiro, tendo sido incorporado inclusive o documento preliminar como anexo às conclusões do GRUPO III. A UNESCO caberia o custo relativo às ajudas de manutenção e passagens aéreas dos representantes da América Latina e Caribe, enquanto que o Governo Brasileiro responsabilizar-se-ia pelo apoio logístico.

- com o representante do México - Sr. Jaime Peña, Coordenador do Programa de educação de Adultos: Possibilidade de cooperação bilateral através da formação e ida de um grupo técnico do MOBREAL à cidade do México, constituído por 3 a 4 pessoas, a fim de aprofundar o intercâmbio da experiência brasileira de educação de adultos com o trabalho que vem sendo implementado pelo México.

As áreas prioritárias de interesse referem-se ao planejamento, à pesquisa e pedagógica, indicando-se o período básico de uma semana, dentro de um prazo relativamente curto, preferencialmente no início de dezembro/1981, segundo palavras do representante mexicano.

Os custos relativos ao deslocamento e ajudas de manutenção para a equipe brasileira seriam de responsabilidade do governo do México;

- com o representante da República Dominicana - Sr. Emigdio Moronta, Sub-Secretário de Estado de Educação: Expressou interesse semelhante à proposição do México, sugerindo a ida de um grupo técnico brasileiro aquele país para participar de um simpósio com duração de uma semana. A finalidade básica seria direcionada para a análise da problemática relativa ao processo de educação de adultos daquele país, a partir de um conhecimento das experiências de campo e aprofundamentos teóricos subsequentes.

Nesse caso, os custos ficariam sob a responsabilidade do Governo Brasileiro.

- com a representante de El Salvador - Sra. Sandra Vasques de Barreza, Coordenadora do Programa Nacional de Alfabetização: Demonstrou interesse em conhecer mais profundamente o trabalho que é desenvolvido pelo MOBREAL, indicando que realizará gestões junto ao Governo da República de El Salvador com o objetivo de propor a sua vinda ao Brasil.

- com o Diretor do CREFAL - Sr. Gilberto Garza Falcon: Solicitou-nos a remessa do catálogo de pesquisas e investigações que o MOBREAL vem processando, procedimento que sugerimos seja adotado com relação aos demais participantes do Seminário, devido ao interesse geral demonstrado em diversos momentos da reunião.

O Diretor do CREFAL deseja receber, especificamente a pesquisa "Follow-up", sobre a qual aprofundamos alguns aspectos que são relacionados com estudos realizados por aquela Instituição.

- com a especialista brasileira convidada, Sra. Maria Julieta Calazans.

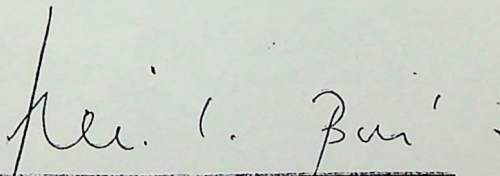
Informou-nos acerca da realização do III Seminário de Educação Rural, a ser realizado na Fundação Getúlio Vargas, com financiamento do CNPQ, demonstrando interesse em convidar o MOBREAL para participar dos trabalhos.

Além desses aspectos, concedemos duas entrevistas a periodistas equatorianos, destacando-se a que foi prestada ao jornal "El Comercio" e publicada em 28.10.81.

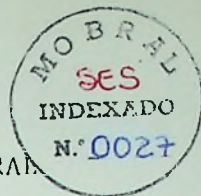
Mantivemos, ainda, contato com o Embaixador do Brasil no Equador, ocasião em que apresentamos as principais conclusões da reunião e aspectos relacionados com a participação brasileira.

Finalmente, face aos compromissos assumidos pela representação brasileira junto à UNESCO, gostaríamos de sugerir reuniões com o corpo técnico do MEC diretamente responsável pela área de educação de adultos, e, igualmente, com os técnicos da Superintendência de Educação e Desenvolvimento Cultural do MOBREAL, de modo que possamos apresentar e refletir acerca dos sugestões e recomendações emanadas do Seminário, entre outros aspectos.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1981



RENATO BARBOSA
Assistente Técnico da Fundação MOBREAL



AÇÃO COMUNITÁRIA: Lugar privilegiado da prática educativa,
não formal, extra escolar.

Autor : Nádia Rodrigues da Silva

Reunião Técnica sobre Políticas e Estratêgias para encarar o Problema do Analfabetismo e para a Educação Extra-Escolar no Meio Rural -
CREFAL, Pátzcuaro, México - 20-31 Jul.81

Preocupa-nos a reflexão crítica sobre experiências na área da ação comunitária, enquanto lugar privilegiado da prática educativa, não formal, extra escolar.

A experiência educativa do MOBREAL é, portanto, o referencial teórico e prático que nos valem para expor algumas idéias sobre a educação comunitária/extra escolar no meio rural ou não.

Entendemos que este procedimento facilita a abordagem das idéias, na medida em que os conceitos colocados, estão contidos num quadro teórico que pausa uma experiência concreta de educação.

Afinal, sabemos que os conceitos de comunidade, ação comunitária e outros correlatos, não são unívocos.

AÇÃO COMUNITÁRIA UMA ALTERNATIVA EXTRA ESCOLAR DE EDUCAÇÃO

O MOBRAL foi organizado sob o conceito da educação continuada de adultos e adolescentes, isto é, a educação entendida como um processo contínuo, que encontra nos anseios, nas necessidades e nas expectativas diversificadas e cada vez mais complexas da população, o seu lugar de incidência.

Desta perspectiva educacional, escreve-se a história de 10 anos de MOBRAL, em que, na prática, produziu-se uma teoria de educação centrada na ação comunitária.

A ação comunitária é um lugar privilegiado de diagnóstico da situação de vida das pessoas e de busca de alternativas educacionais para a participação social.

O processo educativo centrado na ação comunitária relaciona os anseios, as necessidades e as expectativas das pessoas com a situação de vida mais ampla que condiciona o modo de vivê-los e as possibilidades da atuação pedagógica que busca ampliar a sua participação social.

A educação extra escolar neste sentido de educação centrada na ação comunitária, põe em primeiro plano a relação indivíduos/sociedade.

A educação extra escolar é ao mesmo tempo um diagnóstico desta relação e uma proposta que visa mantê-la, aprofundá-la ou corrigi-la. Neste sentido, implícita ou explicitamente, esta educação destaca a forma como os indivíduos e grupos se inserem e participam na estrutura social e contribuem para o seu desenvolvimento.

Através de uma prática educativa concreta, criam-se situações que envolvem agentes e clientela determinadas, onde se adquirem e se desenvolvem conhecimentos, atitudes e valores sobre a estrutura e processo social e formas de solucionar os problemas identificados.

Concebida desta forma, a educação extra escolar é vista como um processo que se dá no espaço da comunidade e ao longo do tempo de vida do educando.

As oportunidades educativas têm no "espaço comunitário" o seu amplo lugar de ocorrência, não se limitando portanto a ambientes específicos.

Entretanto, mais importante que esta "ambiência irrestrita" da educação, é o seu caráter diversificado e complexo daí decorrente. O processo educativo escapando de quaisquer padronização ou receitas.

Estas considerações indicam, por sua vez, alguns pressupostos metodológicos de uma prática educativa centrada na ação comunitária:

- O caminho que deve ser buscado é o da integração (troca) entre o conhecimento dos agentes e o conhecimento da população envolvida na prática educativa. A experiência de vida da população se distancia da experiência dos agentes que não vivem a sua experiência.

- A eficácia do processo educativo está diretamente relacionada com a participação efetiva do agente nas ações comunitárias, já que é nesta participação comum que se dá a troca de experiências. Troca em que o conhecimento e a experiência de um e a experiência e o conhecimento de outros se transformam em instrumentos a serem utilizados por ambos - população e agente - na análise da realidade e das possibilidades de modificá-la.

- O processo educativo deve perseguir o objetivo mais amplo da participação efetiva dos grupos sociais envolvidos na ação comunitária, em todo e qualquer de seus momentos.

- As atividades devem ser consideradas como situações educativas, sendo fundamental o modo como se realizam.

- As atividades comunitárias devem se corresponder às necessidades sociais afirmadas pelos próprios grupos sociais, bem como as suas possibilidades de elaborar e concretizar propostas que ampliem a sua participação social.

- O agente não deve substituir a população no diagnóstico de sua situação. Tampouco deve o agente se colocar no lugar da população no momento em que esta busca a solução de seus problemas junto a autoridade e instruções competentes.

Já que buscamos na prática do MOBRAL, ou seja, no processo educacional que desenvolve através da ação comunitária, os referenciais para situar a educação extra escolar, é também desta experiência que refletimos sobre conceitos básicos em um trabalho de comunidade.

O conceito de comunidade já tem uma trajetória longa. É empregado em muitos sentidos. Dependendo dos objetivos

perseguidos pelos programas desta ou daquela instituição que trabalha em ação comunitária, o conceito de comunidade toma este ou aquele sentido.

De início, a expressão comunidade resulta de uma visão da realidade a partir da noção de estrutura. A comunidade representa uma totalidade.

Em outros termos, a comunidade é entendida em um agrupamento humano que constitui uma unidade autônoma em relação a outras unidades.

Quando os estudos de comunidade se dirigem para localidades rurais, bairros afastados, povoados e outros agrupamentos humanos, conclui-se que a organização destes indivíduos reproduz o modo de vida de uma sociedade mais ampla. Comunidade deixa de ser entendida como uma totalidade, é, antes disto, um segmento desta totalidade.

Numa terceira abordagem, a expressão comunidade define o momento em que as pessoas se reúnem para resolver cooperativamente um problema. Neste sentido, as pessoas constituem uma comunidade no momento em que se vêem vivendo problemas comuns.

Concebendo-se a ação comunitária como lugar da educação, e, neste sentido, a comunidade como um espaço educativo, esta será conceituada a partir de uma abordagem pedagógica voltada para a participação social.

Do ponto de vista do MOBREAL, o conceito de comunidade é pensado a partir de sua prática educativa através da ação comunitária.

Assim sendo, é a abordagem pedagógica que possibilita aos grupos sociais se conhecerem enquanto comunidade, na medida em que propiciando o auto conhecimento de uma situação estrutural comum, cria condições para que estes grupos sociais explicitem seus interesses e suas necessidades e se instrumentalizem em vista de maior participação social.

Se relacionarmos este conceito com as três linhas de definição de comunidade esboçadas acima, podemos dizer que se diferencia da primeira - a comunidade entendida como uma totalidade autônoma na medida em que a comunidade surge de uma abordagem pedagógica que relaciona os interesses de diferentes grupos sociais com a estrutura global da sociedade.

De outro lado, distingue-se da segunda linha de definição - a comunidade enquanto segmento da totalidade - já que se entende os interesses dos grupos sociais trabalhados não são apenas

"pedaços" de um todo, mas fundamentalmente, interesses que mantêm uma relação complexa - de diferenciação, de conflito, de identidade com os interesses de outros grupos e com a totalidade social.

Em relação à terceira linha de definição - comunidade enquanto o momento de ação comunitária - entendemos que deixa de discutir as origens dos interesses comuns (o que gera estes interesses) e as relações concretas dos diversos interesses sociais entre si e com o conjunto da sociedade.

Na perspectiva pedagógica de que falamos, o conceito de comunidade privilegia uma forma de trabalho educativo, ou seja, aquela que procura aproveitar ao máximo as possibilidades dos diferentes grupos sociais expressarem comunitariamente a sua forma de existência, suas necessidades e interesses, bem como se organizarem e agirem visando melhorar as suas condições de vida.

Comunidade é, portanto, a forma de expressão da identidade estrutural de um ou mais grupos sociais, construída na sua conscientização, organização e participação no processo de desenvolvimento.

A questão do conhecimento da realidade a ser trabalhada num programa de ação comunitária parece-nos das mais polêmicas.

Se em algum momento de sua história, a ação comunitária pecou pelo empirismo, é certo que hoje pecamos em achar que a pesquisa "científica" garante o sucesso da ação comunitária.

A prática de questionários e de tabulações, com suas perguntas e respostas que atendem mais ao interesse do próprio pesquisador ou da instituição para a qual ele trabalha do que aos interesses dos grupos sociais envolvidos na ação comunitária, marcará o que é conhecer numa prática voltada para a participação social.

Se nos preocupa um conhecimento que se relaciona com a prática educativa, através da ação comunitária, cremos existirem alguns pressupostos metodológicos.

- busca-se a produção de um conhecimento que possibilite à população envolvida se situar bem diante das questões que ela vive como problemas. Isto é, o tipo de conhecimento que nos interessa é aquele que possibilita às pessoas conhecerem melhor a realidade onde vivem, para maior participação social.

- a aquisição e o desenvolvimento do conhecimento da realidade deve ser elaborado pelos grupos sociais e agentes, através de ações concretas.

- o saber, produzido na troca entre os agentes e grupos sociais, deve partir das suas condições de vida. Somente desta forma, estes grupos desenvolverão meios de participação social.

- a participação social através da ação comunitária exige um conhecimento que respeite e analise as formas, mesmo rudimentares, de associação e organização destes grupos.

Delineados estes quatro pressupostos metodológicos de um conhecimento que possibilita a prática educativa através da ação comunitária, entende-se que o conhecimento de que necessitamos é aquele que se mostra capaz de apreender as condições de vida dos grupos sociais, em suas articulações básicas.

Para tanto, cabe-nos conhecer:

- os diferentes interesses existentes na área;
- como se relacionam estes diferentes interesses nas diversas práticas dos grupos sociais;
- como, quando e onde são gerados estes diferentes interesses;
- de que maneira são percebidos estes interesses; e
- como se administram, através das organizações existentes, estes interesses.

Finalmente, algumas colocações sobre o acompanhamento de um trabalho de ação comunitária.

De início, convém lembrar que não se trata de uma ação comunitária qualquer, mas de uma ação enquanto lugar privilegiado de uma prática educativa.

Neste sentido, a ação comunitária não é o fim, mas o meio através do qual se processa a educação e que abrange, portanto, as diversas situações educativas de vida dos grupos sociais.

O acompanhamento deve captar o processo educativo desenvolvido através da ação comunitária, qualificando-o e introduzindo as correções necessárias em função dos objetivos que se pretende atingir. O acompanhamento, portanto, constitui-se em um mecanismo permanente de avaliação da prática educativa.

Daí decorre que o objetivo do acompanhamento é o próprio processo-educativo.

Em outros termos, o acompanhamento terá maiores possibilidades de cumprir a tarefa de avaliação se tiver como referencial maior de análise e intervenção, os objetivos educacionais perseguidos pela ação comunitária proposta em cada um dos locais em que se desenvolve.

O objeto do acompanhamento não é uma proposta educativa geral, tampouco um "currículo" educacional que padroniza e nivela a educação, mas uma prática educativa concreta, com grupos sociais concretos e numa situação concreta.

Cabe observar, também, que o acompanhamento não deve analisar as ações comunitárias em si, mas o caráter educativo destas ações. Isto é, importa analisar a contribuição das ações comunitárias na instrumentalização de pessoas e grupos sociais para a sua participação social.

A estes dois pressupostos metodológicos do acompanhamento, acrescentamos os seus aspectos básicos:

- o acompanhamento deve analisar inicialmente a forma como se definiram os objetivos de uma prática educacional. Deve-se indagar sobre os elementos que foram trabalhados na definição dos objetivos da proposta educacional, e sobre o modo como intervieram nesta definição.

- A análise dos grupos sociais envolvidos na prática educativa é o segundo aspecto básico do acompanhamento. Cabe indagar-se sobre as características próprias destes grupos sociais e sobre a adequação dos objetivos da prática educativa para a sua participação.

- Na medida em que a prática educativa através da ação comunitária se desenvolve com a interveniência de agentes, o acompanhamento deve determinar a qualidade e a extensão da sua interferência, enquanto elementos do processo. Cabe saber se os agentes educadores atuam de acordo com os pressupostos metodológicos da prática educativa, e, neste sentido, de que tipo de capacitação mais necessitam.

- Os recursos institucionais envolvidos na prática educativa são outro aspecto básico do acompanhamento. Cabe indagar sobre o modo de alocação e utilização dos recursos materiais e financeiros, analisando como a população participa destas decisões.

Por último, cabe acompanhar os resultados obtidos nesta prática educativa. Deve-se detectar a contribuição qualitativa da educação desencadeada pela ação comunitária. Isto é, deve-se analisar se o trabalho está contribuindo para a ampliação da participação dos grupos sociais no processo de desenvolvimento.

Estas eram as colocações que tínhamos a fazer como idéias principais sobre educação extra escolar tanto no meio rural como em outros, através de uma prática educativa centrada na ação comunitária.



A EXPERIÊNCIA DO MOBIL EM
ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR

1. O Contexto MOBIL
2. O Programa Diversificado de Ação
Comunitária

Autor : Nádia Rodrigues da Silva
Reunião Técnica sobre Políticas e Estratêgias para encarar o Problema do Analfabetismo e para a Educação Extra-Escolar no Meio Rural -
CREFAL, Pátzcuaro, México - 20-31 Jul.81

A EXPERIÊNCIA DO MOBRAL EM ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR NO MEIO RURAL

1. O CONTEXTO MOBRAL

O MOBRAL deu início às suas atividades no ano de 1970, dirigindo-as especialmente para a população menos favorecida no Brasil, dentro de um marco de desenvolvimento que se evidenciava no país nesta época. Existia o consenso geral de que o desenvolvimento deveria estar apoiado pela educação.

Dado o altíssimo percentual de analfabetos que existia no Brasil, optou-se por desenvolver um programa de massa, buscando os meios para que este não fosse massificador. Um programa de Alfabetização dentro de uma linha de funcionalidade, possibilitando ao homem a oportunidade e os instrumentos para sua integração como agente em um processo de crescimento e como agente do próprio processo educativo.

A resposta da sociedade brasileira em princípio foi maior do que se esperava.

Prioritariamente o Movimento buscou alfabetizar com o fim de integrar o homem no mercado de trabalho, exercendo forte atuação nos centros urbanos e envolvendo pessoas entre 15 e 40 anos.

Dado o êxito alcançado nesta primeira etapa, as pessoas envolvidas começaram a exigir a sequência de seus estudos fora do sistema normal de educação. Para dar resposta a esta demanda, foi criado o programa de Educação Integrada objetivando as quatro primeiras séries, em um ano.

Para concretizar seus propósitos, o MOBRAL estabeleceu algumas estratégias, entre elas uma estrutura organizacional bastante flexível, homóloga a própria estrutura do país. Criou, portanto, três níveis de atuação visando a descentralização das ações e a manutenção da sua unidade ideológica: Central (nível nacional), Estadual/Territorial e Municipal. Estes níveis assumem funções específicas de diferenciação de formas de conjugação de esforços: integração, compatibilização e articulação. Configuram-se estes níveis da seguinte forma:

O nível municipal (base)-responsável pelo desenvolvimento das atividades realizadas com as pessoas e grupos. É neste nível que se dá a integração, entendida como ocorrência, apenas

no nível local, quando as pessoas e os órgãos julgam oportuno e viável a composição de diversas ações, tanto do MOBRAL como de outras entidades.

O nível Estadual/Territorial responsável pela coordenação dos programas em cada uma das Unidades da Federação. É neste nível que se dá a compatibilização entendida como o alcance de coerência entre as ofertas e orientações que partem da direção do MOBRAL e das outras entidades e as solicitações e informações que surgem a partir dos municípios.

O nível nacional — central responsável pelo controle dos programas em termos federais, e pelas políticas e propostas educativas.

Neste nível se dá a articulação intra MOBRAL e com outros órgãos nacionais. É entendida sob o ponto de vista da troca de informações, bem como de negociações, para facilitar o trabalho desenvolvido pelos demais níveis.

Em 1973 foi implantado um Sistema de Supervisão Global, com uma estrutura ágil, penetrante que permitiu ao MOBRAL levar seu trabalho educativo também a zona rural. Para isto foi feita uma investigação para determinar o perfil dos alunos e dos alfabetizadores, ficando constatado que 60% dos alfabetizadores se encontravam no meio rural.

Do ponto de vista psicológico, o programa de alfabetização se embasava nas motivações internas do indivíduo e no estudo de seus interesses, suas aspirações, suas dificuldades e suas possibilidades.

Os referenciais social e antropológico foram determinado pela inserção do indivíduo na comunidade como agente de transformação do mundo em que vive. Estes dois aspectos orientaram toda a metodologia dos trabalhos desenvolvidos. O referencial pedagógico foi o de colocar o homem ante o mundo e os elementos necessários para seu desenvolvimento social e sua integração com a comunidade a qual pertence, pois todo trabalho estava orientado numa linha participativa.

Na prática educativa, podemos assinalar a funcionalidade, a globalidade e a participação, por compreendermos que todo homem mesmo analfabeto e submetido a situações de marginalização social, é capaz de administrar seu próprio processo de aprendizagem, considerações que levaram o MOBRAL a definir como premissa fundamental para sua prática educativa os seguintes aspectos:

- nem sempre é a alfabetização que responde as necessidades prioritárias de educação do homem;

- faz-se necessário conhecer o universo da comunidade e os elementos que esta dispõe para conviver com este universo; linguagem, atividades, formas de participação social e seu próprio saber;

- é importante que os responsáveis pelas decisões, planejamento, administração e execução do setor educacional, também se enquadrem nessa realidade, que lhes permita compreender as aspirações dessas comunidades, recursos, perspectivas, limitações e objetivos;

- o processo educativo, mesmo a partir da alfabetização, deve iniciar-se baseado nas situações de vida da comunidade e considerar estas situações como espaços educativos.

Tendo em conta estes aspectos, a Organização estabeleceu como propostas de sua ação educativa, a criação de oportunidades efetivas de:

- desenvolver mecanismos de participação social, com o objetivo de dar respostas concretas aos educandos;

- transferir para a vida prática do aluno, conhecimentos, percepções, habilidades adquiridas e enriquecidas no processo educativo;

- salvaguardar, o quanto possível, a identidade cultural da comunidade, para que esta não seja campo de invasão, porém que seja preparada, consolidada em sua própria cultura e conhecimentos úteis que lhe puderam chegar através de tecnologias vinculadas pela sociedade industrial.

É indubitável que todas estas propostas, têm que se dar dentro de um contexto histórico, pois nenhuma proposta pode ser ahistórica, e é natural que, dentro desse contexto, podem existir momentos de maior abertura, mais ou menos propícios, porém é dentro destas contradições, dentro destas ambiguidades que se desenvolve a criatividade para favorecer a participação dos grupos humanos que não têm "voz". É indubitável que se pode sempre fazer algo neste sentido.

Através de seus dez anos de existência, o MOBRL tem levado à população novas propostas educativas, oferecendo diferentes

alternativas, que se enquadram dentro de um programa cultural, programa de educação para a saúde, programa diversificado de ação comunitária, tecnologia da escassez, programa de profissionalização, programa de autodidatismo que leva, a população rural, os quatro anos compactados de educação básica, através de módulos instrucionais. Este programa tem obtido uma grande penetração no meio rural e serve, não só para os alfabetizados, como também para reforçar e auxiliar a capacitação dos alfabetizadores. Estes alfabetizadores não foram selecionados através de uma forma especial, mas foram buscados, de preferência, no mesmo meio onde fazem parte os alfabetizando. Seu perfil, em geral, é baixo.

A tecnologia da escassez é uma forma de revalorizar aquelas tecnologias pobres, aquelas que a própria comunidade desenvolve para sua sobrevivência com grande criatividade. Por outro lado, contribui na difusão destas aquisições relativas à cultura popular.

Este ano marca a ação do MOBRL, uma redefinição de suas prioridades, pois a Organização está sendo reclamada a participar de um programa supletivo do sistema formal. O Brasil tem cerca de 24 milhões de crianças na idade de 0 a 6 anos que não recebem educação, portanto os novos esforços do MOBRL levarão, em consideração, também esta população. Este problema tão comum na América Latina, constitui agora uma prioridade do Governo do Brasil para o período 80-85.

No plano da educação rural, o MOBRL tem trabalhado especialmente com aquelas tecnologias de educação comunitária, por serem as mais abertas, as mais flexíveis e estar centradas nas realidades locais. Alguns destes programas foram citados anteriormente, entre eles o de educação para o trabalho tendo como lema que, "aqueles que sabem ensinam aos que não sabem." Este não se constitui na preparação para uma especialização profissional, mas visa proporcionar às pessoas destrezas e habilidades que lhes permitam enriquecer suas possibilidades de trabalho.

Por outro lado, se vem buscando oferecer à população, modalidades de alfabetização funcional tais como: alfabetização a domicílio; alfabetização com pequenos grupos; modalidades que cada região vai descobrindo e adaptando. Tem-se ainda utilizado tecnologias mais avançadas como o rádio, não só para capacitar alfabetizadores, em um número muito considerável, como também para desenvolver programas de alfabetização. Este meio é também usado como suporte ao programa de educação para a saúde e cultural. O referido programa chegou a ser premiado no Japão em 1978.

É usado, ainda, a televisão e audiovisuais, se bem que o rádio tem maior possibilidade de alcance na zona rural.

Neste sentido, em relação ao programa cultural, está sendo elaborado um plano muito amplo para a região amazônica. Este programa requer uma participação mais ativa de seu público através de cartas, respostas, perguntas. Ações desta natureza têm tido bastante êxito.

Para o MOBREAL, o conceito operativo da tecnologia educacional é o seguinte:

- o processo de produção, utilização, aproveitamento dos recursos, técnicas existentes nos campos de informação e comunicação social com vistas a reforçar a dimensão educativa de todos os programas respeitando os valores sócio-culturais, assim como a participação das comunidades e suas reais necessidades. Persegue-se nesta concepção e aplicação destes recursos uma linha geradora de que, tanto os conteúdos como a apresentação dos mesmos, contribuam para despertar o sentido crítico dos grupos trabalhados.

Mesmo que este objetivo não esteja sendo alcançado totalmente na atualidade, é nesta direção que se orienta a ação do MOBREAL.

2. O PROGRAMA DIVERSIFICADO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - PRODAC

2.1. Evolução e Abrangência

Criado em 1975, o PRODAC se constitui num Programa que tem por objetivo o desenvolvimento de um processo educativo centrado na solução de problemas concretos da comunidade.

Num primeiro momento, de 1975 a inícios de 1976, o PRODAC foi implantado, em caráter experimental, em três municípios de cada Coordenação Estadual ou Territorial do MOBREAL.

Dessas experiências iniciais, seguiu-se a elaboração de novas estratégias de implantação do Programa face a outras ações desenvolvidas nas comunidades, quer pelo MOBREAL ou por outros órgãos.

Nessa evolução do Programa, passam a se fazer presentes, também, estratégias de implantação a partir do processo educativo desenvolvido pelos diferentes Programas do MOBREAL - Programa de Educação Comunitária para a Saúde, Programa de Alfabetização Funcional, Programas Culturais e Programa de Profissionalização.

É de se observar que essa estratégia possibilita ótimas condições de eficácia para implantação do PRODAC, na medida em que supõe formas já trabalhadas de organização e ação de grupos, bem como faz do PRODAC a decorrência de uma prática educativa exercida pelos próprios grupos.

Em razão dessas experiências acumuladas na área da ação comunitária, bem como em virtude do caráter nacional que o Programa atingiu, o MOBREAL ganhou condições de promover trabalhos com outras entidades tais como Universidades, SUCAM, SUDEPE, SUDAM, PRODECOR, EMATER, seja a nível nacional, como estadual, com a finalidade básica de integrar recursos, ampliar, aprofundar e garantir a ação comunitária desencadeada em campo.

A tendência do PRODAC é expandir-se, de maneira a se transformar, realmente, num programa viabilizador ou sistematizador de diversos conteúdos educativos trabalhados pelos diversos Programas do MOBREAL, ou por outras instituições, na medida em que os mesmos correspondam às necessidades específicas das comunidades.

2.2. Fundamentação Teórica

A ação comunitária que se dá no PRODAC é um instrumento eficiente e eficaz de desenvolvimento do processo educativo. Eficiente porque propicia um processo educativo centrado nos anseios, nas necessidades e nos interesses dos educandos. E eficaz, porque possibilita a diversificação, ampliação e aprofundamento constantes dos conteúdos desse processo.

A educação através da ação comunitária - na qual se insere o PRODAC, aponta para um processo de aprendizagem em que a população envolvida encontra formas de expressar e ampliar a sua participação social, aí entendida como a capacidade dos educandos de formularem e encaminharem propostas para modificação de suas condições de vida. Para tanto, é imprescindível que o Programa apoie-se, de um lado, nas necessidades vivenciadas pela população e, por outro lado, nas possibilidades de uma atuação pedagógica que busca ampliar a participação social dessa população.

Para compreender-se as necessidades e possibilidades concretas dos grupos sociais é preciso conhecer as suas condições de vida, bem como sua história, ou seja, as experiências que acumularam ao longo do tempo. Esse conhecimento vai sendo ampliado na medida em que os problemas apresentados pela população vão propiciando uma troca de conhecimentos e experiências entre agente e clientela.

O processo de troca possibilita à clientela uma visão maior acerca do seu potencial de ação na busca de soluções dos seus problemas. Por outro lado, contribui para que o agente vivencie na prática, o seu conhecimento teórico e enriqueça a sua bagagem de experiências.

Tendo a população alvo do PRODAC poucas oportunidades de aprofundar o conhecimento acerca de sua realidade, cabe ao agente contribuir para que esse conhecimento seja o resultado da troca de suas experiências e de seus conhecimentos com os da clientela.

Entendemos, então, que a clientela do PRODAC são os grupos sociais carentes de participação social. Esses grupos sociais são conhecidos a partir dos interesses, problemas e necessidades gerados pelo exercício de uma atividade profissional, ou pela convivência em um mesmo bairro, favela, distrito ou "espaços comunitários" semelhantes.

Se podemos dizer que são esses os objetivos do PRODAC, cabe afirmar que sua metodologia informa uma prática educativa em que os conteúdos educacionais respondem a interesses e necessidades dos educandos.

Quando os interesses e as necessidades dos educandos informam os conteúdos da prática educativa, o PRODAC tem melhores condições de atingir seus objetivos de um Programa que busca ampliar a participação social dos grupos nele envolvidos.

A metodologia do PRODAC não deve ser identificada com um conjunto de técnicas operacionais (fases, etapas). As técnicas operacionais adotadas na implantação/sustentação do Programa variam de situação para situação, devendo favorecer o atingimento dos objetivos do Programa e possibilitar que os seus conteúdos educacionais sejam definidos a partir dos interesses e necessidades dos grupos sociais.

2.3. Operacionalização

A implantação do PRODAC constitui-se, de um lado, no desdobramento natural do processo de educação e ação comunitária já desenvolvido em distritos, bairros, localidades, através dos diferentes Programas do MOBREAL, de outras instituições ou por iniciativas da própria comunidade.

Mas, a implantação desse Programa é também um arcabouço fértil capaz de possibilitar uma imensa gama de realizações em todos

os campos da vida de nossa comunidade.

A prática educativa centrada na ação comunitária desenvolvida pelo PRODAC reúne melhores condições de eficiência — maior diversificação e riqueza de conteúdos educacionais, e de eficácia — uma educação mais funcional, ou seja, uma educação diversificada e centrada nos interesses e necessidades dos educandos.

Embora não haja modelos de implantação do Programa — a operacionalização é sempre concreta, pode-se afirmar que certos elementos estão sempre presentes — diagnóstico, grupalização e acompanhamento, em todo processo de ação comunitária.

2.3.1. Diagnóstico

O PRODAC é um Programa que desenvolve uma prática educativa que se alimenta permanentemente de um conhecimento das necessidades dos grupos sociais, e de suas possibilidades de atuação para solucioná-las.

Esse diagnóstico é, portanto, um processo no qual agentes e grupos ampliam e aprofundam o conhecimento que lhes permitem situar-se bem diante das questões vividas como problemas. Neste sentido, esse conhecimento vai sendo elaborado à medida em que agente e clientela aprofundam seu conhecimento da realidade social e das possibilidades de transformá-la, bem como ampliam e diversificam a prática educativa.

Busca-se, então, um diagnóstico que possibilite o melhor conhecimento da realidade vivida, para maior participação social.

A produção desse tipo de conhecimento supõe, de outro lado, informações básicas sobre as atividades econômicas da localidade, o acesso dos grupos sociais aos bens e serviços em geral e as formas de organização da população.

Mas supõe, também, que se obedeça aos seguintes pressupostos básicos:

- trata-se de um conhecimento produzido por agente e clientela, a partir da troca do conhecimento e das experiências de cada um;
- trata-se de um conhecimento que se produz a partir das necessidades e problemas apontados pelos próprios grupos sociais;

- trata-se de um conhecimento que se reformula constantemente; e
- trata-se de um conhecimento que busca relacionar os fatos sociais locais com o processo de desenvolvimento local, regional e nacional.

2.3.2. Grupalização

São os grupos representativos locais que devem administrar o processo educativo, através da ação comunitária.

Nesse sentido, a questão da organização/dinamização desses grupos representativos se constitui em um dos elementos básicos do processo educativo, através da ação comunitária.

E o pré-requisito básico, neste processo de grupalização, é a compreensão de que nos cabe a tarefa de identificar as formas de organização já existentes (elas sempre existem) e facilitar o seu aprofundamento no sentido da representação dos interesses dos grupos sociais.

Deve-se entender, também, que a ação comunitária persegue a auto-determinação desses grupos. Isto é, a educação centrada na ação comunitária deve criar condições para que neste processo educativo se dê a autogestão.

Entendemos por grupos, neste caso, as formas organizativas - associações de moradores, grupos de ação comunitária, conselhos comunitários, sindicatos e outras, adotadas por um ou mais grupos sociais para expressarem seus interesses e contribuirem na ampliação de sua participação social.

Ou seja, os grupos sociais — definidos a partir da posição que ocupam na estrutura produtiva de uma determinada sociedade, ou a partir de condições idênticas no usufruto de seus bens e serviços, encontram nessas formas organizativas os seus canais de representação.

A ação comunitária, enquanto uma prática educativa centrada em problemas e necessidades desses grupos sociais, deve favorecer a autonomia desses grupos representativos na busca de soluções de seus problemas e de ampliação de sua participação social.

2.3.3. Acompanhamento

A simples implantação de um programa, por mais criteriosa que seja, não garante a sua qualidade e continuidade. A experiência do PRODAC demonstra que trabalhos comunitários com boas perspectivas de crescimento estacionam e alguns até regridem, por falta de um acompanhamento sistemático.

É o acompanhamento ao programa que permite analisar a contribuição do processo educativo desencadeado pelo PRODAC, junto aos grupos sociais, no que se refere às suas formas de organização e participação social. É este acompanhamento constante que fornece novos elementos ao trabalho de ação comunitária, na medida em que ao procurar conhecer a analisar o processo educativo desencadeado, introduz as mudanças que se fazem necessárias.

Portanto, o acompanhamento é entendido como um mecanismo permanente de realimentação do PRODAC, e incide sobre os seus aspectos básicos, ou seja:

- os objetivos da prática educativa;
- a clientela que participa da ação comunitária, buscando-se definir como se dá a sua participação nesse processo;
- os agentes, enquanto educadores que facilitam a reflexão da população sobre seus problemas e a forma de solucioná-los;
- os resultados da prática educativa, verificando se são criadas condições para que a população exerça seu poder de decisão e intervenção, tendo em vista seus interesses concretos; e
- os recursos institucionais, quando se busca garantir a participação dos agentes na captação e utilização desses recursos.

De outro lado, esse acompanhamento tem que ser sistemático. Não pode ser visto como recurso de emergência, ou como instrumento ao qual se recorre apenas em situações de crise.

Deve ter, também, um caráter global, pois não deve se restringir a aspectos parciais ou a pontos de estrangulamentos verificados na prática educativa. Deve abranger o Programa como um todo, analisando e integrando seus aspectos básicos.

Em síntese, o acompanhamento do PRODAC deve estar voltado para o caráter educativo do Programa. Isto é, importa analisar a contribuição da prática educativa do PRODAC no sentido de propiciar aos grupos sociais nele envolvidos a ampliação de sua participação social.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL



MOBRAL - A ESTRATÉGIA BRASILEIRA
DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Rio de Janeiro
Outubro / 1981

Renato Barbosa

ESTRUTURA

1. INTRODUÇÃO
2. ANTECEDENTES
3. ESTRATÉGIA NACIONAL
4. DINÂMICA ADMINISTRATIVA
5. PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL
 - 5.1. Objetivos
 - 5.2. Metodologia
 - 5.3. Material Didático
 - 5.4. Avaliação de Aprendizagem
 - 5.5. Sistemática Operacional
 - 5.6. Investigação e Avaliação
6. PÓS-ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS
7. RECURSOS FINANCEIROS
8. RESULTADOS
9. PERSPECTIVAS

- . Anexos
- . Bibliografia

1. INTRODUÇÃO

A educação de adolescentes e adultos, enquanto área de atuação do ensino supletivo brasileiro, insere-se no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o propósito de "reduzir efetivamente a incidência do analfabetismo e da subeducação entre os grupos maiores de 14 anos, oferecendo-lhes novas modalidades de educação básica em nível local e comunitário". (1)

É de se notar que a estratégia adotada para o combate ao analfabetismo, de uma postura eminentemente integrada ao processo desenvolvimentista da década de 70, encaminha-se, no momento, no sentido de reposicionar as ações, considerando principalmente as condições da população em termos de renda, nutrição, saúde, higiene e saneamento.

A política educacional compromete-se em colaborar na redução das desigualdades sociais, procurando atender prioritariamente a população de baixa renda, fomentando a participação política para que se retome o desenho de uma sociedade democrática, especialmente em sua dimensão cultural, de modo a encontrar "o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania". (2)

As linhas programáticas pretendem concentrar as ações educativas no meio rural e nas periferias urbanas, que concentram os focos mais acentuados de pobreza no país.

Nesse contexto, torna-se imprescindível orientar o trabalho para a dinamização da educação pré-escolar e da educação supletiva, considerada esta como um processo que incorpore conteúdos e métodos "que atendam eficazmente aos objetivos específicos de desenvolvimento cultural, de ampliação de experiências e vivências, e de aquisição de novas habilidades". (3)

A educação de adultos e adolescentes pretende ultrapassar a conceitualização tradicional de "uma nova chance de escolarização", para integrar modalidades não-formais, valorizando as necessidades levantadas pelo nível de base e criando "condições de avaliação crítica constante por parte da comunidade, evitando a tendência seletiva do sistema de ensino". (4)

(1) MEC - III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos. 1980/1985. Brasília, 1979.

(2) Idem.

(3) Idem.

(4) Idem.

O desenvolvimento cultural e a valorização dos recursos humanos completam o espaço de prioridades da atual estratégia educacional brasileira, na certeza de que somente na incorporação dos traços culturais populares às ações educativas, bem como na formação de uma estrutura aperfeiçoada de pessoal, o país terá condições de alcançar resultados sociais mais significativos, num plano de interação com os demais segmentos da política nacional.

A necessidade de efetiva integração do MOBRAL às diretrizes e prioridades da política educacional brasileira, vem demandando medidas de reposicionamento do Órgão, que sem abandonar as ações na área da Educação de Adultos, direciona-se para o apoio à Educação Básica, a partir da metodologia comunitária.

Alguns programas que hoje são desenvolvidos de acordo com a concepção de Educação Continuada, terão seus conteúdos absorvidos por outras áreas, em função da necessidade de se implantar um sistema educacional de base, evitando-se a duplicidade de ações, e comprometendo o trabalho com duas grandes propostas educacionais — pré-escolar e ensino supletivo.

2. ANTECEDENTES

O analfabetismo, enquanto elemento integrante de uma rede estrutural de carências, acompanha permanentemente a história brasileira.

A colonização portuguesa, inicialmente, utilizava-se do analfabetismo como um dos instrumentos de dominação, na medida da submissão de milhões de pessoas em atividades braçais.

Durante o período monárquico, a partir do século XIX, quando é fixado o marco da independência política do país, não se registram medidas de transformação da situação anterior. A escravatura, principal base de sustentação da economia, mantinha a maioria do povo brasileiro à margem da participação social.

A república, instalada em 1889, encontra o país com altos índices de analfabetismo e a continuidade de um modelo econômico caracterizado pelas grandes propriedades rurais, baseado em monoculturas, empregando mão-de-obra com baixa qualificação.

Os censos demográficos processados a partir de então, denotam um acelerado crescimento da população analfabeta, apesar de

apresentar valores relativos decrescentes em relação ao grupo com mais de 15 anos de idade, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro da evolução do analfabetismo no Brasil

Ano	População total	População de 15 anos e mais	População analfabeta	
			Valor absoluto	Valor relativo
1900	17.438.434	9.752.111	6.371.660	65,3
1920	30.635.605	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	41.236.315	23.709.763	13.329.779	56,2
1950	51.944.397	30.249.243	15.332.644	50,7
1960	70.119.071	40.187.590	15.815.903	39,4
1970	93.139.037	54.008.604	18.146.977	33,6

FONTE: Anuário Estatístico — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - 1976.

Movimentos geralmente esporádicos e assistemáticos na luta contra o analfabetismo surgem a partir do início do século, sem entretanto modificar substancialmente a crescente evolução da população iletrada.

Em alguns casos, essas tentativas fixaram resultados expressivos, especialmente em termos de mobilização e conscientização do povo brasileiro, acerca da importância da ação alfabetizadora, e, mesmo, a respeito do aprofundamento de abordagens metodológicas válidas para o contexto do país.

A maior parte dessas experiências, entretanto, representaram campanhas de curta duração, geralmente envolvendo grupos regionais e com escasso apoio governamental, seja ao nível de recursos humanos qualificados, seja relativamente à inversão de recursos financeiros.

A própria deficiência da estrutura educacional brasileira, em que o 1º grau do ensino regular não tem capacidade de absorver toda a população escolarizável, aliada aos altos índices de evasão e repetência, situação que persiste até o momento, agravavam a condição daqueles movimentos, caracterizando-os como instrumentos meramente transitórios.

É de se observar a esse respeito, segundo recente pronunciamento do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura

Ruben Ludwig, que em 100 crianças que se matriculam no 1º grau, apenas 17 conseguem concluir a 8a. e última série. Existem, ainda, cerca de 7 milhões de crianças em idade escolar que se encontram à margem do 1º grau.

Na segunda metade da década de 60, estudos realizados pelos Ministérios da Educação e do Planejamento que redundaram na formulação do diagnóstico educacional do país, identificam como propício o momento para o lançamento de um programa de alfabetização de massa, a partir de uma avaliação das prioridades educacionais, sociais e econômicas da sociedade brasileira.

Em 15 de dezembro de 1967 é sancionada a lei de criação do MOBRAL, ocorrendo o início efetivo de suas atividades em 8 de setembro de 1970 — Dia Internacional da Alfabetização —, agregando os estudos preliminares que subsidiaram a concepção da estratégia do Órgão.

O projeto original estabelecia a implantação de um sistema de educação continuada no país, visando principalmente "a integração política, cultural e social da população analfabeta à sociedade nacional". (5)

Conforme os parâmetros do desenvolvimentismo do início da década de 70, partia-se da premissa de que os analfabetos constituíam grupamentos "marginalizados", e, por isso mesmo, era necessária a sua integração à sociedade.

A experiência do MOBRAL só veio reafirmar que a educação representa apenas uma parcela de um processo mais amplo de transformações, que carece de um multidimensionamento e interação com outras áreas, e, que, por si só, não é viabilizadora de movimentos sociais integratórios.

A alfabetização significava a determinação de uma prioridade tática no plano de governo, a fim de se investir na capacitação de recursos humanos, em condições de apoiar o processo desenvolvimentista, a partir, principalmente, de concepções econômicas — custo-benefício, taxa de retorno, aumento de produtividade, entre outras.

(5) Plano de Alfabetização, anexo à Lei 5379, de 15.12.67.

Os objetivos previstos para a Fundação MOBRAL, inseridos na lei de criação, prevêem o desenvolvimento da "alfabetização e, principalmente a educação continuada de adolescentes e adultos" (6), e, em decorrência, "a integração em todas as promoções de alfabetismo e educação, de noções de conhecimentos gerais, técnicas básicas, práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais de saúde, do trabalho, do lar, da religião, do civismo e da recreação". (7)

Atribui-se ainda ao MOBRAL, a função de instalar "Centros de Educação Social e Cívica, para promover a sociabilidade de adolescentes e adultos, e a fixação de hábitos e técnicas adquiridas, mediante a utilização dos meios de comunicação coletivos — livro, música, rádio, cinema, televisão, teatro e publicações periódicas". (8)

3. ESTRATÉGIA NACIONAL

Um conjunto de problemas teóricos e práticos, estruturais e conjunturais se interpunham à missão do MOBRAL em atender aos objetivos propostos.

Em primeiro lugar, como atuar em relação à expressividade do número de analfabetos em 1970 — 18 milhões de pessoas —, aliado ao crescimento dessa população em termos de valores absolutos a cada ano — mais de 500.000 pessoas completaram 15 anos em 1971, ainda analfabetos —, num prazo preestabelecido de dez anos?

A grande extensão territorial do país, com uma vasta gama de peculiaridades regionais — culturais, sociais, políticas e econômicas —, aliada à deficiência de um sistema de comunicação e transporte que interligasse as regiões, dificultava o lançamento de uma estratégia massiva, que não fosse massificadora.

Acresce-se ainda a escassez de recursos humanos especializados em educação de adultos, que sabidamente constrói uma pedagogia, cujos princípios diferem daquela utilizada pelo ensino formal, ao qual, naturalmente ter-se-ia que recorrer para a formação dos quadros técnicos.

Face a essa situação, o MOBRAL pretendeu criar uma administração

(6) Plano de Alfabetização, anexo à Lei 5379, de 15.12.67.

(7) Idem.

(8) Idem.

simples e flexível, fundamentada na descentralização das ações e na centralização do controle, adotando como marco do trabalho a ação concentrada na base comunitária.

A idéia era de se promover um fortalecimento progressivo dos quadros intermediários, ao nível regional, e, principalmente, a tendência à auto-gestão pelas bases, com um grupo técnico proporcionalmente menor ligado à administração central.

Com o decorrer do tempo, e na busca de implantar um Sistema de Educação Continuada, emerge o fenômeno do "gigantismo" na administração central, em função da multiplicidade de projetos, campanhas e atividades, acarretando sobrecarga de trabalho nos níveis regionais e locais, especialmente em atividades burocráticas e de controle.

A atual administração vem reafirmando o propósito de resgatar o desenho administrativo original, fixando-se em prioridades viáveis e de maior alcance social, de acordo com o Plano Setorial do Ministério da Educação, de modo, principalmente, a garantir fluidez do sistema e a qualidade nas ações.

A inversão em treinamento e capacitação de recursos humanos em todos os níveis configura provavelmente o dado técnico mais relevante da história da Organização. Partiu-se de ações baseadas no ensaio-e-erro, para, gradativamente, formular-se um conteúdo técnico em educação de adultos, que, se ainda carece de aprofundamentos, pode ser considerado como valiosa contribuição nessa área.

O estabelecimento de metas quantitativas anuais para os níveis nacional, regional e municipal, tornou-se o principal elemento para o planejamento e estratégia de ação, tendo como base estudos e projeções referenciados ao Censo Demográfico de 1970.

Todo esse processamento contou com equipes multidisciplinares — pedagogos, sociólogos, técnicos de administração, economistas, assistentes sociais, entre outros —, que, através de pesquisas e estudos acerca de experiências internacionais, análise crítica de campanhas nacionais de alfabetização anteriores, além da análise dos indicadores sociais da realidade brasileira, idealizaram a praxis do trabalho.

O procedimento verticalista na determinação de metas para cada unidade federada, com semelhante comportamento do nível regional para o municipal, acarretou uma situação dicotômica em termos de conciliação o objetivo quantitativo com a manutenção da qualidade da prática educativa.

Esse diretivismo de números e a premência em alcançá-los, não raras vezes demandou ações emergenciais de mobilização, redundando em conveniamentos maciços que, em alguns casos não correspondiam à deflagração de uma tomada de conscientização por parte dos grupos envolvidos, resultando, enfim, em baixos índices de produtividade.

A partir de 1980, adota-se um procedimento mais horizontalista, decorrente de todo um trabalho que já vinha sendo direcionado para a prática da educação e ação comunitária. Trata-se de, ao invés de se impor metas, apresentar os programas como ofertas às comunidades, de modo que atendam às necessidades levantadas. Foi o início de um processo que se pretendia de planejamento participativo.

De todo modo, era a primeira vez que um órgão de cunho sócio-educativo conseguia atuar de forma sistemática em todos os municípios brasileiros, através de uma ação massiva, e não massificadora, com a prioridade voltada ao combate do analfabetismo, não impedindo que, paulatinamente, fossem desenvolvidos programas na área de educação continuada.

Pretendia-se garantir uma ação não massificadora a partir da adoção da flexibilidade nos diversos componentes da concepção do trabalho, desde o planejamento, passando pelos princípios gerais metodológicos e chegando até à dinâmica empregada nas atividades com os grupos participantes.

Assim, se por um lado, entendeu-se como necessárias, posturas gerais em atenção aos traços culturais da realidade brasileira — sistematização e racionalização —, percebeu-se, por outro, a importância de que cada grupo participante garantisse o desenvolvimento da prática educativa, de modo coerente ao seu ritmo e às suas necessidades, dentro de um espaço pedagógico próprio — respeito à individualidade grupal.

Configurava-se a idéia de geração de novas e crescentes oportunidades educativas à população analfabeta em diferentes níveis, de modo a possibilitar o acesso ao conjunto de informações processadas por outros segmentos da população brasileira, numa perspectiva de educação permanente.

A estratégia adotada procurou balizar e priorizar o trabalho dentro de limites facilitadores para uma ação de impacto, considerando para tanto:

- atendimento imediato à população urbana analfabeta, a partir da hipótese de que o meio urbano favoreceria a mobilização dos participantes — alunos e alfabetizadores —, a instalação de postos de alfabetização e o fluxo de distribuição do material didático, entre outros fatores;

- atendimento prioritário à faixa etária situada entre 15 e 35 anos, na medida em que esse grupamento apresenta, potencialmente, maior probabilidade de devolver, em termos de aumento de produtividade, os recursos investidos;

- ênfase no Programa de Alfabetização sobre os de Educação Continuada, por acreditar-se que poderia atender às necessidades de iniciação educativa de um maior número de pessoas.

Dessas prioridades estabelecidas, só foi confirmada a referente à faixa etária, uma vez que a zona rural, provavelmente pelo quadro de carência em termos de ofertas educacionais, mostrou maior receptividade ao programa.

A população urbana apresentou resistências ao trabalho, especialmente quanto à participação de voluntariado e à pouca disponibilidade de tempo das pessoas, em função da própria dinâmica dos centros urbanos.

Em 1973, estudos relativos à distribuição nacional dos grupos de alfabetização, indicavam que cerca de 70% deles localizavam-se na zona rural, tendência essa que se mantém até o momento.

Para os fins de macro-análise a que se propõe o presente trabalho, delimitam-se três períodos distintos na história da Organização, tomando-se como referencial o Programa de Alfabetização Funcional.

1º período: 1970/1972 (implantação);
2º período: 1973/1976 (consolidação);
3º período: 1977/1980 (diversificação).

Alguns outros dados que originaram a concepção estratégica do MOBREAL, permanecendo operantes até os nossos dias e que serão analisados em maior profundidade nas seções seguintes deste documento, merecem referência, na medida em que configuram meios estratégicos fundamentais.

O voluntariado com vistas à formação de equipes e grupos de apoio ao nível municipal é um dos principais fundamentos da estratégia inicial do trabalho. Contudo, com o correr dos anos, vai-se tornando mais difícil, seja pelo desgaste progressivo dessa prática, desvinculada talvez de um comprometimento mais amplo, seja pela própria situação de empobrecimento dos grupos de base, seja, ainda, pela possibilidade atual de participação voluntária em movimentos de cunho sócio-político, sem dúvida alguma, mais estimulantes para as pessoas.

De todo modo, o trabalho na base ainda se constitui na principal linha de ação do MOBREAL, forjado por meio da criação de grupos em cada município, normalmente constituído por técnicos de

entidades locais, com predominância para a participação das Prefeituras, e denominados de Comissões Municipais.

O referencial de execução do trabalho a nível local é um convênio que se estabelece entre o MOBREAL e a Comissão Municipal, com a interveniência da Prefeitura, em que são estabelecidos os recursos destinados à gratificação de alfabetizadores, o dimensionamento do material didático, o número de pessoas a serem atendidas, entre os principais aspectos.

De uma concepção operacional formulada para ser aplicada a todo o país, ampliaram-se, gradativamente, novas abordagens no quadro das modalidades de ensino não-formal, dando margem a diversificações na maioria dos componentes pedagógicos.

O apoio logístico, por seu turno, assume papel preponderante para a consecução dos objetivos, especialmente no que se refere às atividades de abastecimento, manutenção e transporte.

Optou-se por repassar às empresas privadas a responsabilidade pelos itens de apoio logístico, procurando-se racionalizar os seus componentes, utilizando-se de licitações para as compras e objetivando-se alcançar progressivamente, a padronização do material de consumo e permanente.

A publicação do material didático conta até hoje com o apoio da iniciativa particular, a partir da idéia inicial do aproveitamento da capacidade ociosa de três editoras nacionais, responsáveis por grandes tiragens e redundando em custos mais baixos, se comparados com os preços correntes de produção nessa área.

4. DINÂMICA ADMINISTRATIVA

O desenho administrativo da Organização foi concebido em função dos princípios estratégicos de descentralizar as ações e centralizar o controle, buscando-se com isso, instrumentalizar progressivamente as comunidades a assumir a execução e a responsabilidade pela ação educativa.

Pretendeu-se criar uma estrutura flexível, que, apesar das modificações organizacionais ocorridas, notadamente a ampliação de setores programáticos e a inserção de áreas de especialização técnica na administração central, mantém os três níveis básicos originais, e assim constituída:

- o MOBREAL Central, com a Presidência sediada em Brasília, e tendo os níveis seguintes funcionando na cidade do Rio de Janeiro, com a atribuição de formular a política e as diretrizes nacionais, em consonância com as orientações e prioridades emanadas da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação

e Cultura. Compõe-se de uma Secretaria-Executiva, Assessorias de Supervisão Coordenação e Planejamento, Controle, Jurídica e de Comunicação; Superintendência de Educação e Desenvolvimento Cultural, abrangendo os Programas Pedagógicos, Profissionalização, Cultural, Educação Comunitária para a Saúde e Ação Comunitária e a Superintendência de Administração e Finanças, além dos Conselhos de Curadores e de Administração que analisam e aprovam o orçamento e programação físico-financeira dos Programas, anualmente.

- Coordenações Estaduais, Territoriais e da Área Metropolitana do Rio de Janeiro, responsáveis pelas adequações das diretrizes oriundas do MOBRAL Central às peculiaridades regionais, além do desenvolvimento, acompanhamento e controle das ações. Compõem-se de unidades operativas — Agências —, homólogas às áreas organizacionais do MOBRAL Central, sob a orientação geral de um Coordenador e de um Adjunto, e ainda com a responsabilidade de manter um permanente contato com as Secretarias de Educação e outros órgãos envolvidos nos programas.

- Comissões Municipais, órgãos constituídos por elementos voluntários, remunerados em alguns casos por entidades locais e representativas das comunidades.

São responsáveis pela operacionalização dos programas a nível local e compõem-se de Encarregados dos programas-fim e das atividades-meio, também homólogos aos níveis procedentes, coordenados por um Presidente e um Secretário-Executivo.

Interligando esses três níveis organizacionais situa-se o Subsistema de Supervisão Global, formado por uma imensa rede de recursos humanos, no momento contando com 157 Supervisores Estaduais, 970 Supervisores de Área e 4.000 Encarregados da Supervisão Global a nível de município.

Este Subsistema foi criado em 1973 — período de consolidação da Alfabetização —, e até hoje se constitui no "motor" do Sistema, pois originalmente é o responsável pela manutenção de um padrão mínimo de desempenho dos programas e dos componentes filosóficos e metodológicos essenciais.

Era imperioso que se estabelecesse um fluxo contínuo da base ao nível central, e vice-versa, a fim de se coletar as informações necessárias para o constante aperfeiçoamento, correção e atualização das estratégias, metodologias e conteúdos pedagógicos.

Pode-se considerar esse Subsistema como o principal elo viabilizador da ação, na medida em que procura compatibilizar os traços da individualidade comunitária com os princípios nacionais. Ultrapassa mesmo os limites da supervisão propriamente dita, participando, sempre que necessário, da execução do trabalho no município, seja colaborando com a feitura do diagnóstico local, seja, mais freqüentemente, em atividades de capacitação dos agentes dos programas de campo — alfabetizadores, monitores e professores.

Esses parâmetros ideais, com a continuidade da ação, foram sofrendo um certo processo de desgaste, em função da gradativa sobrecarga de atividades, especialmente com relação ao trabalho do Supervisor de Área (SA), mais diretamente envolvido na ação de campo.

Esse fenômeno tem suas causas relacionadas mais uma vez com o surgimento de um grande número de projetos, campanhas e concursos, provocando um afunilamento de atividades na extremidade da rede, sob a responsabilidade do Supervisor de Área.

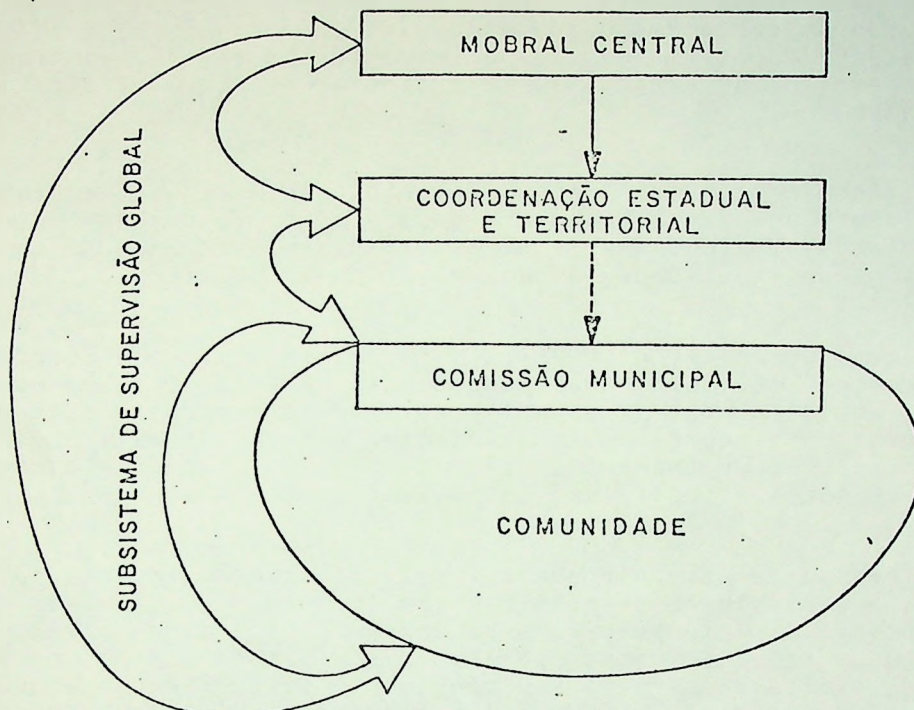
Assim, se no início do MOBRAL, esse elemento tinha que acompanhar basicamente dois programas pedagógicos — Alfabetização Funcional e Educação Integrada —, a partir do segundo período considerado nesse estudo, ocorre uma multiplicidade de programas, que demandando acompanhamento, acarretam desvios nas funções originais para as quais a supervisão havia sido concebida.

É interessante observar que se essa situação determina, por um lado, a necessidade de polivalência técnica do Supervisor de Área, não possibilita tempo para a reflexão e absorção de uma imensa gama de particularidades operacionais e metodológicas, provocando assim, dificuldades para o planejamento da área de atuação (em média 4 municípios para um SA) e ainda dificultando a determinação de prioridades adequadas às realidades locais.

Agravando mais ainda esse quadro, em muitos casos devido às inúmeras solicitações de dados e informações do nível central, o supervisor torna-se um mero coletador e preenchedor de fichas e formulários, não tendo disponibilidade para aprofundar o trabalho com os agentes de campo.

A atual administração vem adotando medidas que procuram recolocar o supervisor e todo o Subsistema em suas funções originais, diminuindo sensivelmente as solicitações burocráticas de controle, e, concentrando o trabalho no acompanhamento qualitativo dos programas básicos da Organização.

Em termos genéricos, a estrutura do MOBRAL pode ser apresentada por meio do seguinte desenho funcional:



— Ligação Hierárquica

-- Ligação Funcional

5. PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

5.1. Objetivos

O Programa tem como finalidade básica proporcionar a adolescentes e adultos, a aquisição e a aplicação prática das técnicas de leitura, escrita e cálculo, e, ainda, propiciar-lhes uma progressiva autonomia e a busca de melhores condições de vida.

A determinação do objetivo social da alfabetização decorre da premissa de que a educação de adultos insere-se em um processo mais amplo, que pode ser entendido como uma ação cultural/comunitária, que não deve se limitar à mera transmissão de técnicas básicas de leitura, escrita e cálculo.

É ainda pertinente observar que o processo de alfabetização pretende permitir ao indivíduo o acesso a um código de leitura, escrita e matemática, que sirva como meio de comunicação e mesmo, de participação ativa no meio social.

O código de leitura e escrita em nosso país de língua portuguesa, aparentemente configuraria um elemento facilitador para a

integração de milhões de pessoas. Ocorre, entretanto, que as variações da língua, tanto falada, como escrita, acompanham diferenciações sociais marcantes, em oposição portanto à idéia de integração. As variações linguísticas, entre outras variáveis, caracterizam o status dos grupos sociais nas diferentes regiões brasileiras.

Assim, um dos aspectos a ser considerado no processo de alfabetização brasileiro refere-se à dualidade de se impor uma "norma culta" a populações extremamente distanciadas das oportunidades e benefícios do estrato-vértice da pirâmide, ou facilitar uma alfabetização que absorvesse totalmente os traços culturais regionais.

Há que se entender, de toda maneira, que a participação do analfabeto em grupos de atividades educativas, muitas vezes se constitui na primeira oportunidade de um contato grupal mais aprofundado, em torno de experiências de vida comuns. É também o momento educativo básico na vida de pessoas que não tiveram possibilidade de frequentar o sistema regular na devida época, e, portanto, resgatando interesses comuns.

Nesse universo situacional em que se encontra a população iletrada, a Gerência Pedagógica do MOBRL estabeleceu os seguintes objetivos específicos:

"aquisição de um vocabulário que permita um aumento de conhecimentos, a compreensão de orientações transmitidas por escrito e oralmente, a expressão clara de idéias e a comunicação escrita ou oral;

- . desenvolvimento do raciocínio;
- . criação de hábitos de trabalho;
- . desenvolvimento da criatividade;
- . conhecimento e exercício de seus direitos e deveres;
- . empenho na conservação da saúde, na melhoria das condições de higiene pessoal, da família e da comunidade;
- . compreensão da responsabilidade de cada um na manutenção e melhoria dos serviços públicos da comunidade." (9)

Pode-se observar na delimitação desses objetivos, a preocupação quanto à fixação de fins marcadamente técnicos em torno de um conjunto de aspectos de cunho cívico-social.

5.2. Metodologia

O MOBRAL não elegeu, por antecipação, nenhum método específico de alfabetização. Aliás, os próprios componentes históricos e ideológicos pertinentes ao momento de implantação do Programa, impregnariam com certeza, os aspectos metodológicos da prática educativa.

Numa visão bastante genérica, pode-se afirmar que foram adotados princípios metodológicos amplamente conhecidos, para, em função dos resultados iniciais, escolher-se aqueles que melhor atendessem às necessidades de um programa massivo, que pretendia não ser massificador.

A característica da flexibilidade, aqui entendida como um instrumento potencialmente capaz de incorporar as necessidades e peculiaridades locais e regionais, no processo, identifica o método utilizado pelo MOBRAL como eclético, baseado essencialmente na decomposição de palavras geradoras.

Essas palavras, por seu turno, originando-se de necessidades básicas do homem e vinculando-se à temática de sobrevivência, segurança, sociabilidade e auto-realização, garantiriam tendencialmente, um crescente grau de interesse e envolvimento dos participantes.

Três princípios básicos informam o desenho metodológico do Programa — funcionalidade, aceleração e globalidade —, de um modo interpenetrante.

A funcionalidade pretende incorporar ao processo de aprendizagem as experiências e vivências anteriores do grupo, constituindo-se essa premissa como o referencial básico da exploração dos conteúdos.

Paralelamente à funcionalidade é adotada a aceleração que, para o MOBRAL torna-se "um processo didático-pedagógico, segundo o qual os objetivos educacionais são atingidos, mais rapidamente, pelo aproveitamento das potencialidades biopsicológicas das pessoas e dos grupos, desenvolvidas na vivência das etapas de maturação e enculturação". (10)

A aceleração parte assim da premissa de que o ser adulto, em função de todo um amadurecimento bio-psico-social, tem condições de incorporar hábitos, atitudes e técnicas, com maior rapidez do

(10) MOBRAL/Gerência Pedagógica - Programa de Alfabetização Funcional. Rio de Janeiro, 1975.

que a criança. Em decorrência, estabeleceu-se inicialmente uma duração básica de 5 meses para o Programa, com a previsão de duas horas de aulas diárias.

A globalidade, decorrente da idéia de que a partir da exploração de conteúdos sociais básicos, no espaço da realidade comunitária e nacional, tem condições de possibilitar ao participante a percepção quanto à interdependência e interação dos traços culturais mais significativos, e, assim, o seu posicionamento frente ao seu espaço de vida.

O estabelecimento desses princípios podem conduzir a indagações acerca por exemplo, do recrutamento de alfabetizadores na medida em que, se por um lado deveriam incorporar todo um conhecimento em termos de dinâmica social por outro, deveriam pertencer ao grupo participante. A conjugação desses dois fatores torna-se de difícil consecução, face à realidade da maioria das regiões do país.

Entre outros questionamentos imanentes da metodologia adotada, levanta-se ainda a problemática da existência ou não da delimitação das potencialidades a serem exploradas num grupo de adultos em atividade educativa.

Para a viabilização operacional desses princípios são utilizadas técnicas de trabalho de grupo e atividades práticas, que constituem a temática fundamental do treinamento de alfabetizadores.

O ensino da escrita é paralelo ao da leitura. Quando na palavra geradora aparece um fonema que pode ser registrado de formas diferentes, todas essas formas são ensinadas, evitando-se, assim, a redundância fonêmica de uma nova palavra geradora e enfatizando-se um fonema já estudado.

A ortografia é objeto de cuidados, sem que lhe seja dada uma ênfase capaz de transformá-la em obstáculo ao processo de alfabetização.

O ensino da matemática é paralelo ao da leitura e escrita. O alfabetizador parte da verificação dos conhecimentos que os alunos já possuem, sistematizando-os e ampliando-os. O processo se completa com a aplicação dos conhecimentos adquiridos em situações práticas.

O período de diversificação, iniciado em 1977, sistematizando posturas metodológicas e operacionais, surge em função da necessidade de atendimento a grupos populacionais com características específicas, como é o caso dos pescadores, operários da construção civil, entre outros, introduzindo-se ainda a utilização de tecnologias educacionais, como o rádio e a televisão.

Foram assim implantados, a partir do período de diversificação, o Programa de Alfabetização Funcional e Educação para o Trabalho, o Projeto de Atendimento a Pequenos Grupos, o Projeto de Recuperação ao Longo do Processo, o Programa de Alfabetização Funcional e Educação Comunitária para a Saúde.

5.3. Material Didático

Desde a implantação do Programa é distribuído aos participantes — alfabetizadores e alunos —, um conjunto de material didático, que, com a continuidade da experiência, foi sendo ampliado e diversificado, a fim de atender às demandas sentidas pelos grupos.

Inicialmente, há que se analisar as opções estratégicas que podem ser consideradas nessa área — a descentralização ou a centralização da feitura do material didático, e a conseqüente adoção de um mesmo conjunto a nível nacional ou a sua diversificação a nível regional.

São questões estreitamente relacionadas que enfeixam aspectos favoráveis e desfavoráveis em função de um conjunto de variáveis de ordem política, geográfica e operacional.

Recorda-se que uma das reflexões surgidas por ocasião do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado em 1973 na cidade do Rio de Janeiro, sob o patrocínio da UNESCO, dizia respeito à importância da utilização de palavras/textos próprios de cada região onde se processa a alfabetização.

Apesar do reconhecimento tácito quanto à validade de tal orientação, o MOBREAL optou por manter a unicidade do material didático para todo o país, a partir da probabilidade de que a adoção de um método eclético, poderia suprir as possíveis distorções observáveis quando da utilização do material didático nos níveis local e regional.

Caberia aos participantes, em última análise, proceder às adaptações necessárias, através da inserção ou exclusão de cartazes e de palavras geradoras, entre outras hipóteses.

Indaga-se acerca da viabilização desse procedimento, na medida em que, como aliás já observado anteriormente, o grupo participante apresenta limitações, além de não sofrer um incentivo sistemático e dirigido para esse fim.

A respeito da descentralização ou centralização da feitura do material didático, o MOBREAL deixou a cargo de três editoras nacionais o desenvolvimento do conteúdo, optando, portanto, na centralização do trabalho.

Pode-se levantar que se essa medida, por um lado, tende a garantir uma unidade curricular e metodológica, por outro, restringe o espaço exploratório para a inserção de conteúdos locais e regionais.

É necessário que todos esses questionamentos sejam analisados à luz da conjuntura em que foi lançado o Programa, como os tópicos de urgência política quanto ao combate do analfabetismo, a extensão territorial do país e a tática de se implementar um programa massivo, entre outros aspectos.

O conjunto didático básico é constituído pelo livro de leitura, livro de exercícios de linguagem e livro de matemática para o aluno; do livro do alfabetizador e, ainda, de um conjunto de cartazes geradores.

Ao final de 1977, foi integrado ao conjunto didático do alfabetizador, o "Roteiro de Orientações ao Alfabetizador", aprofundando-se aspectos metodológicos do Programa, de modo a se aprimorar a capacitação dos participantes. O "Manual do Alfabetizador" — específico de cada editora —, passou a prestar orientações relacionadas às características do material elaborado pelas mesmas.

Existe também um material didático complementar, constituído por livros de leitura continuada e jornais, ressaltando-se no 1º período, o lançamento do "Jornal do MOBREAL", no 2º período o "Jornal Mural" e, finalmente, a partir de 1977, o "Jornal Rural", dirigido especificamente aos participantes do meio rural, e editado sob o patrocínio do Banco do Brasil.

5.4. Avaliação de Aprendizagem

Avaliar se uma determinada pessoa ou grupo ultrapassou uma situação de analfabetismo para um estágio "letrado" é uma das questões de maior complexidade no contexto da educação de adultos.

Seria necessário primeiramente, aprofundar o significado de analfabeto, e, nesse conceito, desenhar-se um quadro que expressasse principalmente, as representações sociais e culturais do universo do analfabetismo.

À luz desse pensamento, e apenas com a finalidade de lançar algumas reflexões, poder-se-ia visualizar grupos de "analfabetos políticos", de "analfabetos profissionais", e; assim, sucessivamente. Tratando-se dessa problemática a nível nacional, haveria possibilidade de se desenhar o perfil da população que se pretende atingir, a partir de características regionais marcantes, que se constituiriam em referenciais, não somente da avaliação, mas de todo o processo educativo.

Outro elemento de reflexão que poderia ser indicado refere-se a uma percepção de base cultural, de que a alfabetização, em suas instâncias primeiras, significa a passagem de uma norma aparentemente assistematizada, para uma norma "cult", e, portanto, orientando uma avaliação de padrões exógenos.

A indagação quanto ao resultado do processo, conduziria igualmente a uma série de reflexões, mais concentradamente com relação ao significado e representatividade de uma pessoa dita alfabetizada. Importa que a pessoa domine as técnicas de ler, escrever, contar e realizar as operações decorrentes, ou, é mais relevante que ao final do processo tenha condições de se posicionar política e socialmente?

Apesar da direção metodológica adotada pelo MOBREAL orientar para a aplicação de princípios que procuram explorar a vivência anterior do participante, suas informações e conhecimentos, através de trabalhos de grupo que favoreçam uma maior participação individual e comunitária, foi adotado um decálogo de aspectos eminentemente técnicos para a avaliação da aprendizagem.

Fatores relacionados ao crescimento social ou à participação em sentido amplo não foram inseridos tacitamente nessa avaliação, devido, entre outras causas, à dificuldade de mensuração, pelo grau de subjetividade que aqueles conceitos concentram.

Esse decálogo procurava orientar o alfabetizador na avaliação de aprendizagem, considerando basicamente a condição do aluno de saber ler e escrever seu próprio nome, endereço e de toda a sua família; saber ler e escrever ordens escritas; ser capaz de escrever pequenos bilhetes, passar telegramas e recibos, bem como redigir requerimentos; saber resolver pequenos problemas sobre os acontecimentos do dia-a-dia; saber somar e conferir notas de compra; saber calcular os gêneros alimentícios que precisa comprar para a família; saber fazer troco com o dinheiro em circulação (notas e moedas); fazer o cálculo do tempo necessário para viagens e deslocamento em condução; saber expressar-se oralmente e por escrito de maneira simples e compreensível; saber ler e interpretar pequenos trechos (jornais, revistas, cartas, etc).

Com o decorrer do desenvolvimento do Programa, sentiu-se a necessidade de operacionalizar esse decálogo, mas ainda adotando-se uma postura de aprofundamento dirigida aos aspectos técnicos. Foram assim definidos objetivos terminais e intermediários nas áreas de leitura, escrita e matemática.

Orienta-se ainda, para que o alfabetizador tenha autonomia quanto à avaliação do aprendiz, que deve ser realizada durante todo o processo de alfabetização, permitindo ao alfabetizador, através do ritmo de cada participante, a consideração acerca das diferenças individuais.

A avaliação procura dar ênfase na relação alfabetizador — alunos, sendo raros os procedimentos de avaliação grupal e de auto-avaliação, técnicas adequadas para grupos de adultos e adolescentes.

Além dos fatores técnicos relacionados à área cognitiva é recomendado ainda que o alfabetizador considere os objetivos específicos do Programa, explicitados anteriormente.

5.5. Sistemática Operacional

O fundamento da operacionalização do Programa de Alfabetização Funcional centrado na mobilização comunitária, redundou, com a prática continuada, numa concepção operacional que tem hoje como base a educação e a ação comunitária.

Assim, se atualmente para o desenvolvimento de qualquer atividade orienta-se acerca da necessidade da realização de um diagnóstico situacional, procedendo-se ao levantamento das necessidades do grupo considerado, nos períodos iniciais, a mobilização era implementada principalmente em função de metas quantitativas pré-determinadas.

O atual procedimento, não raro, indica que, apesar da existência de um significativo número de analfabetos em determinada localidade, caso a necessidade mais premente se relacione com aspectos de saúde, devem ser desenvolvidas atividades de educação comunitária para a saúde, interligadas ou não à alfabetização, dependendo dos interesses locais.

A busca de atingimento da meta quantitativa, não impedia de todo modo que o planejamento das atividades fosse centrado nas características da comunidade, e no consenso de que a alfabetização deveria se constituir em um momento numa escala de ofertas educativas.

O levantamento de alfabetizadores, alunos e locais para o funcionamento dos postos de alfabetização partia de um estudo do município, dividindo-o em zonas e setores, de acordo com a própria organização administrativa local — bairros, no caso da zona urbana, e distritos, para a zona rural.

É necessário reafirmar que a responsabilidade por toda a execução do trabalho cabe à Comissão Municipal, que, com seus integrantes, e através da formação de grupos voluntários de apoio, levantam ainda recursos adicionais tais como, lampiões, cadernos, lápis, borracha, entre outros.

Após a realização do levantamento, orientava-se para a confecção de um mapa relativo à situação do analfabetismo no município,

indicando-se a potencialidade de locais e alfabetizadores, bem como a concentração de analfabetos, visando ao planejamento e ao desenvolvimento do trabalho.

Com relação ao recrutamento de alfabetizadores, julgou-se mais importante que o trabalho nos locais de aula fosse desenvolvido por um membro da própria comunidade, em muitos casos com uma baixa escolaridade, do que por um professor qualificado, porém elemento exógeno ao meio.

Orienta-se também para que a localização dos postos de alfabetização seja próxima às residências dos participantes, devendo funcionar em qualquer local disponível da comunidade, desde que equipado com o mínimo indispensável.

O planejamento indicaria os setores prioritários, a partir da maior concentração de analfabetos e facilidades quanto ao local, alfabetizador e recursos adicionais necessários.

De posse desses dados, firma-se um convênio com a Prefeitura Municipal e realiza-se o treinamento de alfabetizadores. De um modo geral, e apesar de se orientar acerca de um trabalho constante de mobilização, são firmados dois convênios anualmente, que consideram os seguintes dados básicos da mobilização:

- . zoneamento do município;
- . levantamento do número de analfabetos;
- . localização e quantidade de postos de alfabetização;
- . número de alunos matriculados;
- . número de alfabetizadores necessários.

5.6. Investigação e Avaliação

Em 1973, foi criado o Setor de Pesquisa do MOBRL, tendo como finalidade básica, coordenar e executar investigações necessárias que subsidiem revisões permanentes nos componentes programáticos — metodologia e operacionalização, principalmente.

Pretende-se que os dados e informações levantados possam ter um sentido de aplicabilidade imediata, caracterizando assim uma realimentação ao sistema, sugerindo-se mudanças e buscando-se ainda uma adequação dos objetivos à realidade nacional.

Até o momento foram realizadas 40 pesquisas pelo MOBRL relacionadas a todos os programas, com maior ênfase para os da área pedagógica, sobretudo o Programa de Alfabetização Funcional (AF).

A respeito das investigações processadas em função desse Programa, cabe analisar algumas conclusões, que informam aspectos inerentes à condição e perfil dos participantes, metodologia e operacionalização.

A pesquisa "Caracterização dos Alunos do Programa de AF", consultados 9.951 informantes e abrangendo todas as regiões brasileiras, indica que há predominância da mulher nos grupos urbanos, e do homem em classes de zona rural, levantando-se a hipótese de que "o modo peculiar de inserção da mulher na vida econômica e familiar, nas zonas urbanas e rurais incide na sua probabilidade de participação no processo educativo". (11)

Com relação à distribuição de idade dos participantes, conclui a pesquisa que "está afeta pelo jogo conjunto da variável região e zona" (12). Levanta-se a hipótese de que "a um menor grau de desenvolvimento e maior grau de ruralização, corresponde uma maior participação de pessoas com menos de 20 anos de idade". (13)

Quanto à ocupação dos participantes, há predominância de "trabalhadores de enxada" no meio rural e pessoas ocupadas na área de "serviços", na zona urbana, que constituem, em última análise, a base da pirâmide sócio-econômica.

A caracterização do participante do Programa de Alfabetização, acompanhando as reflexões do pesquisador, levanta uma problemática extremamente pertinente a todos os educadores que participam de ações educativas com adultos.

Até que ponto a igualdade de oportunidades de acesso à educação se constitui no meio mais adequado de proporcionar igualdade de oportunidades mais amplas, e, portanto, de mobilidade social?

Se a educação só pode ser considerada como um fator de transformação, na medida em que seja relacionada com outros fatores, quais seriam as relações de dependência entre esses, que favoreceriam o processo de transformação?

Como pode o MOBREAL, apesar de desenvolver uma ação massiva, com base em um trabalho comunitário, promover uma efetiva transformação social, se não tem condições de incidir sobre todos os fatores intervenientes da dinâmica social?

E, conclui a esse respeito o pesquisador: "Podemos alfabetizar, realizando um processo de educação continuada, mas essas atividades, por si mesmas, não são suficientes para o aumento das oportunidades de emprego um pouco mais qualificado, para um melhor salário e mudanças que dependem da dinâmica do mercado de trabalho". (14)

(11) LOVISOLO, Hugo Rodolfo - Caracterização dos alunos do Programa de AF. Rio de Janeiro, MOBREAL, 1978.

(12) Idem

(13) Idem

(14) Idem

Em termos de avaliação da aplicação metodológica e curricular, a pesquisa "Programa de Alfabetização Funcional na Região Sudeste — subsídios para avaliação", abrangendo 22 municípios e tendo sido consultados 467 participantes (266 da zona urbana e 201 da zona rural), fornece algumas conclusões válidas para o presente trabalho.

Com relação ao desempenho dos participantes em leitura, escrita e cálculo, os testes revelaram um bom desempenho em leitura e cálculo, segundo os padrões adotados e diretamente relacionados com os objetivos terminais e intermediários pertinentes à avaliação do aluno, revelando que na área de escrita, o desempenho é bastante baixo, segundo os mesmos padrões.

A pesquisadora infere que "este quadro é compreensível, uma vez que o processo de aprendizado/domínio da escrita é bem mais lento e posterior ao da leitura". (15)

Dentre as variáveis que interferem marcadamente no melhor desempenho dos alunos, em função de suas características sócio-econômicas, o peso significativo é referente às necessidades impostas pelo trabalho e às experiências escolares anteriores.

Quanto ao posicionamento do alfabetizador, a pesquisa constatou que, "ao ser solicitado para opinar ou sugerir sobre o rendimento dos alunos, qualidade dos treinamentos, entre outros aspectos, nos quais deveria estar engajado, revela-se inteiramente alheio ao processo". (16)

Nesse sentido a pesquisa recomenda "uma maior ênfase na atual política de treinamento/capacitação de recursos humanos", (17), objetivando uma maior conscientização e postura crítica do alfabetizador face ao processo educativo.

6. A PÓS-ALFABETIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Atendendo aos objetivos expressos em sua lei de criação, o MOBRL, gradativamente, procurou desenvolver programas em consonância com as necessidades básicas do homem, a partir de uma proposta educativa de cunho comunitário, e, considerando a estratégia e princípios que originaram o Programa de Alfabetização Funcional.

Esse Programa, por si só, dentro dos limites de tempo e espaço que o caracterizam, não comporta efetivas condições para o aprofundamento de temática relacionada com a educação sanitária,

(15) ALMEIDA, Terezinha Wiggers - Programa de Alfabetização Funcional na Região Sudeste - Subsídios para avaliação.

Rio de Janeiro, MOBRL, 1978.

(16) Idem

(17) Idem

profissional, entre outras possíveis modalidades.

Percebeu-se ainda que o Programa de Alfabetização Funcional, desnudando um quadro de extrema fragilidade social, em que, além da alfabetização não se constituir em necessidade primeira de muitos grupos, levantava expectativas sociais crescentes, especialmente em termos profissionais.

A idéia de implantação de um Sistema de Educação Continuada, ou, como denominado posteriormente, de um processo ou sistema de educação permanente, recebeu forte apoio da UNESCO, através das recomendações do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, citado anteriormente, quando foi demonstrada a necessidade de implantação de atividades de suporte e complementares à alfabetização, possibilitando a sedimentação do Programa, e, ofertando novas e necessárias modalidades educativas à população analfabeta.

Assim, se a alfabetização se constituiu numa prioridade permanente até o final da década de 70, paulatinamente, outros programas e atividades foram sendo incorporados à estrutura da Organização.

Premissas básicas orientaram a prática educativa do MOBRAL, no contexto da educação permanente, que podem ser assim expressas:

- a admissão de que nem sempre é a alfabetização que responde às necessidades prioritárias da educação do homem;
- a necessidade de conhecimento do potencial da comunidade e dos instrumentos culturais que dispõe;
- a fundamentação de que todo processo educativo deve ser sempre centrado nas situações de vida da comunidade.

A geração contínua de programas de pós-alfabetização se, por um lado, tem como referencial o trabalho comunitário, por outro, formula currículos para todo o país, minimizando muitas vezes a diferenciação comunitária.

É de se notar que esses programas apesar de terem sido concebidos no contexto de um sistema educativo integrado, principalmente ao nível da administração central ocorreu um fenômeno de "isolacionismo programático", acarretando inclusive numa certa "competição" entre os quadros técnicos dos programas, o que provocava reflexos na ação de campo.

Em ordem de surgimento cronológico, são indicados os seguintes Programas decorrentes da concepção de um Sistema de Educação Continuada, que no momento são orientados para serem operacionalizados em estreita articulação com as Secretarias do 1º e 2º graus e do Ensino Supletivo, do Ministério da Educação e Cultura, bem como com outros organismos federais;

. Programa de Educação Integrada, correspondente ao ensino supletivo, ao nível das quatro primeiras séries do 1º grau, tendo por objetivo o atendimento a ex-alunos de Alfabetização, bem como aos que não puderam frequentar o ensino regular em idade própria, tendo sido iniciado em caráter experimental em 1971, através de trabalho integrado com as Secretarias Estaduais de Educação;

. Programa Cultural, criado em 1973, que procura orientar os participantes das atividades educativas do MOBRAL, bem como a comunidade em geral, em atividades de valorização dos traços culturais regionais — literatura, teatro, artesanato, artes plásticas, rádio, cinema, música, entre outros;

. Programa de Profissionalização, que iniciou suas atividades em 1974, visa criar condições para a melhoria da população no campo profissional, desenvolvendo atividades relacionadas com a informação, treinamento profissional e colocação de mão-de-obra;

. Programa de Autodidatismo, que iniciou suas atividades em 1975, objetiva proporcionar, através de uma linha de autodidaxia, e com conteúdos equivalentes aos do Programa de Educação Integrada, oportunidades educacionais principalmente às populações da zona rural;

. Programa Diversificado de Ação Comunitária, iniciando suas atividades em 1975, que mobilizando recursos comunitários, pretende reforçar os setores sociais mais frágeis, através da ativação de mecanismos que possibilitem a participação da população;

. Programa de Educação Comunitária para a Saúde que objetiva propiciar melhores condições de saúde e saneamento, através de um trabalho que motive as comunidades para o desenvolvimento de atividades eminentemente educativas, iniciado em 1976;

. Programa de Tecnologia da Escassez, lançado em 1979, pretende valorizar as técnicas populares através da pesquisa e disseminação de modalidades simples e práticas relacionadas principalmente às necessidades da população rural.

7. RECURSOS FINANCEIROS

Apresentam-se quadros anexos, representativos da evolução da receita e da despesa do MOBRAL, em valores constantes e correntes.

Em termos de formação da receita, a Organização entrou em operação contando com duas principais fontes de recursos — parcela do faturamento bruto da Loteria Esportiva e o desconto voluntário pelas empresas privadas em até 1% do imposto de renda devido.

A análise da evolução da receita em valores constantes denota um crescimento pouco significativo até 1973, período de implantação do Programa de Alfabetização Funcional.

Em 1977, observa-se um incremento de recursos, em função da maior contribuição das empresas, devido ao aumento do percentual

destinado à implementação de atividades, de 1% para 2% do imposto de renda devido.

Nos últimos anos, constata-se um declínio global dos itens componentes dos recursos, sendo que a contribuição advinda do imposto de renda permanece como o elemento de maior impacto, - 87% do montante estimado para 1981.

Com referência à evolução da despesa, nota-se que a Alfabetização Funcional representa em todo o período considerado, o componente programático para o qual é direcionada a maior inversão de recursos.

Os demais programas apresentam um comportamento variável, considerando-se maiores alocações de recursos na fase de implantação, e investimentos, na continuidade da ação, obedecendo às metas programadas.

8. RESULTADOS

Em relação à problemática do analfabetismo que persiste na sociedade brasileira, os dados preliminares relativos ao Censo Demográfico de 1980, revelam que, na faixa etária de 15 a 69 anos, o índice situa-se em 24,7%.

Esse resultado distancia-se da projeção calculada pelo MOBRL, podendo-se, contudo, levantar algumas variáveis que provavelmente contribuíram para caracterizar a defasagem ocorrida.

O fenômeno da regressão, incidindo com maior ênfase no meio rural, distorções resultantes da organização dos dados, a provável dupla contagem de alfabetizados em função da permanência de participantes ao longo dos cursos, a própria incompatibilidade entre determinadas estatísticas educacionais, são alguns aspectos que estão sendo considerados em estudos que são desenvolvidos no momento pela Organização.

De todo modo, é certo que resultados sociais, não mensuráveis, podem ser registrados, como consequência da ação do MOBRL, destacando-se:

- . intensa e contínua capacitação de recursos humanos em todos os níveis organizacionais, especialmente o trabalho desenvolvido junto aos agentes de campo — alfabetizadores, professores, monitores dos programas e supervisores;

- . formação de uma rede de recursos humanos em todos os municípios brasileiros, representativa das comunidades, e responsável pela operacionalização de programas educativos de base;

- . criação de uma infraestrutura voltada para a supervisão e acompanhamento de programas, por meio do Subsistema de Supervisão Global;
- . desenvolvimento de estratégias e metodologias pedagógicas especificamente voltadas para as características locais, em algumas regiões do país;
- . geração de um conjunto diversificado de programas, tendo como base a educação e a ação comunitária, modificando, provavelmente, hábitos e atitudes da população brasileira, em termos educacionais;
- . introdução de tecnologias educacionais em programas de base, redimensionando ofertas educativas e ampliando o estímulo à participação;
- . implementação de pesquisas relacionadas à situação educacional brasileira, que apresentam recomendações de aplicabilidade imediata, com o sentido de minimizar as distorções do processo;
- . envolvimento de um significativo número de empresas privadas em atividades educacionais;
- . intercâmbio com inúmeros países, com ênfase para os da América Latina, destacando-se a recente realização do "Curso de Especialização Universitária em Educação de Adultos", por meio de convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e Cultura e do Planejamento.

9. PERSPECTIVAS

Em consonância com os princípios e diretrizes do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos, do Ministério da Educação e Cultura, foi atribuído ao MOBRL a partir de 1981, a responsabilidade de apoiar a política e estratégia nacional de educação, atuando como um dos seus instrumentos viabilizadores.

Nesse contexto, mantendo-se o direcionamento da ação educativa à população de baixa renda, as principais funções do MOBRL foram redefinidas, da seguinte maneira:

- apoio à Educação Básica, desenvolvendo ações complementares e suplementares;
- educação permanente de adolescentes e adultos;
- cooperação técnica com os diferentes órgãos do Sistema Educacional;
- realimentação ao Sistema Educacional, através de alternativas e soluções criativas em face dos problemas detectados.

Em atendimento a essas funções, a ação do MOBREAL foi redimensionada de acordo com as seguintes atividades:

- ações educativas na faixa prioritária do pré-escolar (4 a 6 anos);
- ações de ensino supletivo (alfabetização funcional, educação integrada, autodidatismo, semi-qualificação e qualificação profissional, entre outros programas);
- ações delegadas.

Para os próximos anos, prevê-se uma integração progressiva do MOBREAL às prioridades educativas nacionais, através principalmente de articulações com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e outras entidades, com base na racionalização administrativa, coordenação interna, desenvolvimento de recursos humanos e descentralização, mecanismos básicos da atual política educacional.

O MOBREAL se posiciona assim como um movimento que promove a Educação Permanente, de caráter comunitário, buscando responder às necessidades básicas da população de baixa renda, de modo a democratizar as oportunidades educacionais.

A N E X O S

EVOLUÇÃO DA RECEITA - 1970/1981
Valores Constantes

Cr\$ 1.000,00

Fonte de Recursos	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981 Estimativa
Imposto de Renda	1.552	21.497	30.693	35.949	47.346	45.671	58.931	107.893	115.821	111.501	98.579	81.392
FNDE	1.625	43.149	61.060	106.534	72.454	57.611	43.464	45.130	33.303	24.507	19.685	8.120
OPEN	-	-	1.186	1.735	376	720	1.232	3.104	10.607	4.708	4.141	2.080
Contribuição da União	310	3.680	1.387	1.170	591	691	494	442	319	435	332	431
Receitas Diversas	10.500	27	342	2.946	2.437	1.198	2.521	1.962	3.376	6.123	1.679	1.400
CEF (empréstimo)	-	-	-	-	9.062	10.642	-	-	-	-	-	-
Total	13.897	68.353	94.668	148.334	132.266	116.533	106.642	158.531	163.426	147.274	124.416	93.423

Nota: Em valores constantes a preços de 1970, deflacionados conforme
IGP - disponibilidade interna.

1fga.

EVOLUÇÃO DA RECEITA - 1970/81
Valores Correntes \

Cr\$ 1.000,00

Fonte de Recursos	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981 Estimativa
Imposto de Renda	1.552	25.900	43.230	58.359	98.843	121.789	222.382	580.072	864.339	1.231.620	2.240.421	4.009.612
FNDE:												
Loteria Esportiva	1.625	51.987	86.000	172.944	151.260	153.630	164.016	129.900	148.257	193.044	269.099	235.000
Salário Educação	-	-	-	-	-	-	-	78.962	81.175	67.495	178.300	170.000
Diversos/Projetos Especiais	-	-	-	-	-	-	-	33.774	19.084	21.144	-	-
OPEN	-	-	1.671	2.817	785	1.921	4.648	16.639	79.158	54.117	94.175	104.000
Contribuição da União	310	4.433	1.953	1.900	1.233	1.842	1.866	2.378	2.378	5.000	7.550	21.552
Receitas Diversas	* 10.500	33	482	4.783	5.087	3.194	9.513	10.545	25.193	70.381	38.165	70.000
CEF (empréstimo)					18.920	28.380						-
Total	13.987	82.353	133.336	240.803	276.128	310.756	402.425	852.320	1.219.595	1.692.807	2.827.651	4.671.164

(*) Corresponde a recursos da USAID

Notas: 1. Nos recursos do FNDE de 1980 está incluído Autodidatismo.

2. Não incluso Superavit no quadro acima

1977 - 18.565
1978 - 124.812
1979 - 82.916
1980 - 17.947
1981 - 121.835

Ifga.

EVOLUÇÃO DA DESPESA - 1970/1981
Valores Constantes

Cr\$ 1.000,00

Programas/Atividades	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981 Estimativa
Alfabetização	5.132	52.098	95.689	108.895	114.260	80.761	84.463	90.685	116.019	111.991	80.590	59.783
Cultural	-	-	-	9.919	10.192	1.917	2.292	2.498	4.732	1.240	2.805	858
Profissionalização	-	-	-	-	2.563	1.875	661	919	3.312	3.129	2.317	2.515
Ação Comunitária	-	-	-	-	-	-	99	432	1.351	536	1.945	286
Educação Comunitária p/ Saúde	-	-	-	-	-	-	1.312	2.065	7.081	5.825	1.792	1.810
Pré-Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.854
Campanha Esporte p/Todos	-	-	-	-	-	-	-	3.288	2.561	-	-	-
Tecnologia da Escassez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	725	250
Educação Integrada	-	-	-	13.211	9.928	5.675	1.776	1.980	5.211	4.815	8.125	6.952
Administração	-	-	-	10.254	11.727	19.740	13.431	18.498	28.773	25.353	21.546	17.552
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	134	353	18.381	-	-	-	-
Total	5.132	52.098	95.689	142.279	148.670	110.102	104.387	138.765	169.040	152.927	119.846	95.860

lfga.

Nota: Em valores constantes a preços de 1970, deflacionados
conforme IGP - disponibilidade interna.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBIL

EVOLUÇÃO DA DESPESA - 1970/1981
Valores Correntes

Cr\$ 1.000,00

Programas/Atividades (*)	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981 Estimativa
Alfabetização	5.132	62.769	134.773	176.777	238.538	215.361	318.730	487.555	865.810	1.287.248	1.031.578	2.989.143
Cultural	-	-	-	16.103	21.278	5.113	8.650	13.428	35.311	14.251	63.782	42.922
Profissionalização	-	-	-	-	5.350	5.000	2.493	4.938	24.719	35.970	52.663	125.741
Ação Comunitária	-	-	-	-	-	-	373	2.321	10.083	6.154	44.200	14.293
Educação Comunitária p/Saúde	-	-	-	-	-	-	4.942	11.211	52.841	66.958	40.732	90.480
Pré-Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	292.697
Campanha Esporte p/Todos	-	-	-	-	-	-	-	17.679	19.115	-	-	-
Tecnologia da Escassez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	440	16.472	12.500
Educação Integrada	-	-	-	21.446	20.728	15.134	6.701	10.643	38.889	55.345	184.654	347.602
Administração (**)	-	-	-	16.647	24.482	52.640	50.683	99.454	214.722	291.409	489.671	877.612
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	357	1.333	98.825	-	-	-	-
Total	5.132	62.769	134.773	230.973	310.376	293.605	393.912	746.054	1.261.490	1.757.776	2.723.752	4.793.000

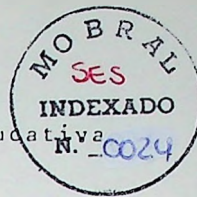
1fga.

(*) A desagregação por programa/atividade iniciou-se em 1973.

(**) As despesas com o PASEP estão incluídas em administração.

BIBLIOGRAFIA

- . COSTA, Roberto Mario Cunha. MOBRAL - dez anos de atuação. Rio de Janeiro, MOBRAL, 1980.
- . MOBRAL. Relatório 1979. Rio de Janeiro, 1979
- . MEC. III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos 1980/1985. Brasília, 1979.
- . LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Caracterização dos alunos do Programa de Alfabetização Funcional. Rio de Janeiro, MOBRAL, 1978.
- . ALMEIDA, Terezinha Wiggers. Programa de Alfabetização Funcional na Região Sudeste - Subsídios para Avaliação. Rio de Janeiro, MOBRAL, 1978.
- . MOBRAL. Subsistema de Supervisão Global. Rio de Janeiro, 1975.
- . MOBRAL. Documento Básico. Rio de Janeiro, 1975.
- . MOBRAL/Gerência Pedagógica. Programa de Alfabetização Funcional. Rio de Janeiro, MOBRAL, 1975.
- . MOBRAL. Documento Básico. Rio de Janeiro, 1973.
- . CAMPOS, Sueli Neto, BARBOSA Renato e BACKHEUSER Miriam. Roteiro de Ação para o Mobilizador. Rio de Janeiro, MOBRAL, 1973.



RELATÓRIO: Colóquio sobre Tecnologia e Comunicação educativa apropriadas ao meio rural.

INSTITUIÇÃO PROMOTORA: Instituto Latino Americano da Comunicação Educativa (ILCE) (Anexo I).

LOCAL: Cidade do México

PERÍODO: 27/05 a 29/05 1984

METODOLOGIA DO TRABALHO: O Colóquio obedeceu a seguinte sistemática:

- a) exposições pelos especialistas convidados com relato de suas experiências (Anexo II);
- b) constituição de Mesas Redondas com a participação dos especialistas participantes e técnicos convidados pelo ILCE. Vale observar que a natureza dos temas orientadores/provocadores das discussões, trouxeram subsídios muito significativos quanto a necessidade de se buscar modos para ampliar o espaço de participação da população rural e por acréscimo das periferias urbanas quando de aplicação das tecnologias educacionais; que pela sua própria natureza, tendem a ser aplicados de modo unidirecional e autoritário. (Anexo II).

Das experiências relatadas considero como as mais significativas para o MOBRAL:

a) a pesquisa desenvolvida pelo Dr. Francisco Gutierrez Pérez do Instituto Latinoamericano de Pedagogia de la Comunicación - Universidade de Costa Rica. A pesquisa em questão desenvolveu-se no período de 1975 - 1977 e busca uma metodologia no uso pedagógico dos meios de comunicação, onde as "técnicas" meios de expressão propiciem aos usuários a máxima participação ao longo de todo o processo. No momento o Dr. Gutierrez Pérez e sua equipe dão consultoria a projetos semelhantes em diversos países da América Latina. Durante o Colóquio tomei a liberdade de levantar com ele a possibilidade de se desenvolver no Brasil, integrando MOBRAL/FEPLAN/SEAT um Seminário operacional com a sua participação. A sugestão em princípio foi aceita mas apenas para o próximo ano. Aproveito a oportunidade para submeter essa idéia à Presidência do MOBRAL/Área Internacional.

Outra experiência bastante significativa e cujo modelo se aproxima bastante do trabalho de educação comunitária do MOBRAL

está se desenvolvendo no México, trata-se de algumas experiências de educação comunitária no meio rural mexicano, promovida pelo Conselho Nacional de Fomento Educativo - CONAFE.

São desenvolvidos 3 programas: Cursos Comunitários - Programa Pré-Escolar Comunitário e Programa Salas de Cultura.

Com características nitidamente comunitárias, a essência desse sistema é por ser patrocinado pelo Governo, e a nível de base sob responsabilidade de um Comitê que administra as propostas educativas a nível da própria comunidade.

O Comitê se integra com pessoas da comunidade, voluntários que contribuem com a sua mão-de-obra para construção dos locais onde funcionam o pré-escolar, as salas de aula e as salas de cultura.

É também o Comitê que gratifica os instrutores, jovens egressos da escola secundária, entre 15 e 20 anos e que são convocados pelo Governo para prestarem esse serviço por espaço de dois a três anos podendo em seguida ter acesso automático à universidade.

O modelo parece estar se desenvolvendo com bastante êxito. No momento estão sendo atendidos 15 milhões de alunos distribuídos em 17.000 comunidades, as mais pobres e isoladas do país ou seja 20% do total das localidades.

Considero uma boa medida uma troca de experiências entre MOBRAL/CONAF, inclusive do material didático utilizado.

Um terceiro contato realizado no Encontro e que a meu ver poderíamos estreitar um pouco mais as relações seria com a FEPLAN - Fundação Padre Landel de Moura, não apenas pelo know-how que parece terem adquirido no longo desses anos como também pelos Seminários a nível nacional e internacional onde a participação do MOBRAL só poderá ser produtiva.

No que se refere ao ILCE, a Instituição, no que me foi dado observar, parece contar com recursos financeiros bastante significativos e em processo de formação de uma equipe técnica.

Oferecem cursos de curta duração (4 meses) e um curso a nível de Mestrado em Tecnologia Educativa.

Talvez para os técnicos do MOBRAL este último seria o mais indicado, no entanto, como o ILCE não possui convênios com nenhuma Entidade Internacional UNESCO/OEA nem oferece bolsas

de estudo, o custo do Curso deverá ser financiado pela própria entidade.

Agradecendo uma vez mais a oportunidade que me foi proporcionada, fico à sua disposição para maiores esclarecimentos que julgar necessário.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1981

Maria Pellegrini

Maria Pellegrini